



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Caroline Trapp de Queiroz

Ponto cego: Sobre infância, luta e olhar

Rio de Janeiro

2021

Caroline Trapp de Queiroz

Ponto cego: Sobre infância, luta e olhar

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Infância, Juventude e Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita Marisa Ribes Pereira

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

Q3	<p>Queiroz, Caroline Trapp de. Ponto cego: Sobre infância, luta e olhar / Caroline Trapp de Queiroz. – 2021. 180 f.</p> <p>Orientadora: Rita Ribes Pereira Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.</p> <p>1. Educação – Teses. 2. Infância – Teses. 3. Olhar – Teses. I. Pereira, Rita Ribes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.</p>
es	CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Caroline Trapp de Queiroz

Ponto cego: Sobre infância, luta e olhar

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Infância, Juventude e Educação.

Aprovada em 31 de outubro de 2021.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Rita Ribes Pereira (Orientadora)

Faculdade de Educação – UERJ

Prof. Dr.^a. Lea Tiriba

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr.^a. Marcia Aparecida Gobbi

Faculdade de Educação da Universidade – USP

Prof. Dr.^a. Maria Tereza Goudard Tavares

Faculdade de Educação– UERJ

Prof. Dr.^a. Lisandra Ogg Gomes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Hoje milhões de crianças dormem nas ruas no mundo todo. Ainda que os números não sejam exatos, estatísticas produzidas por diferentes instituições apontam que aproximadamente 70 mil delas são brasileiras. Metade dos cidadãos que vivem suas infâncias em nosso país encontra-se em situação de vulnerabilidade social. Muitos deles morrem pelas mãos de quem obrigatoriamente deveria defendê-los: o Estado. Essa tese é dedicada a essas crianças...

AGRADECIMENTOS

Esse texto não é o que ele se propôs a ser de início. E da mesma forma, eu também não sou quem era quando embarquei no percurso dessa pesquisa. Olhar para trás, tentando mapear os vestígios da “pré-história” dessa tese até sua contemporaneidade é um exercício que me move nos trilhos de uma montanha-russa de emoções. Da euforia da classificação no curso de doutorado, passando pela alegria da contemplação com uma bolsa de estudos, à delimitação de campos onde eu alimentava minhas questões, a aproximação de crianças que iam me ajudando a entender que referenciais abraçar e quais outros abandonar, desembocando na tristeza de um pleito eleitoral que nos legou uma passagem apenas de ida à era medieval, da qual nunca participamos, mas que enfim nos alcançou em pleno século XXI, trazendo consigo a maior crise sanitária e humanitária jamais vivida desde a Segunda Guerra Mundial.

Me sinto um projeto *à la* JK: uma pessoa que envelheceu praticamente cinquenta anos em cinco! Deixando de lado o drama, é isso: NÃO FOI FÁCIL. Eu não tinha pretensões de que fosse, mas olha, também jamais imaginei dormir em 2018 e acordar em 1964, 1850, 1500... Como boa brasileira, o amanhã existiu, nós resistimos e eis a tese aqui! Ainda que não seja o texto que eu planejei, é um texto do qual tenho profundo orgulho e pelo qual sinto total respeito. As pessoas que pude conhecer, as trocas que pude fazer, as reflexões que pude tecer, as palavras que me foram ditas, as imagens que registrei em vídeo, e as outras que seguem gravadas em meu coração, as místicas das quais participei, os convites que me foram feitos, a acolhida que senti em cada espaço onde estive, o apoio dos amigos, dos compas, da família. Tudo isso foi lindo de viver! Eu me sinto honrada, privilegiada e muito sortuda por cada oportunidade que essa trajetória me permitiu experienciar. E espero, com a mais absoluta sinceridade, ter podido corresponder à altura das expectativas que essa pesquisa levantou.

Agradeço à UERJ, minha segunda casa, responsável por uma revolução silenciosa no íntimo do meu ser, que fez desabrochar dentro de mim o senso de justiça com o qual passei a olhar o mundo e o outro... Casa que fez de mim pedagoga, professora, mestra e agora doutora. Casa onde me abriguei quando a chuva me impediu de ir embora; onde curti festas, dancei músicas, fiz yoga, tomei sol, onde vi palestra do Mujica e discurso do Lula, onde sorri vitórias e chorei perdas, sempre ao lado dos meus; casa de muitos começos, recomeços, mas também casa de fins, alguns tristes e outros que, como esse, mesmo com portões se fechando, adoçam a existência em meio a contexto tão amargo. Casa onde espero abrigar também meu futuro, um dia... Mesmo diante dos tantos projetos de lei que visam sua privatização e extinção, a UERJ resiste!

Ao Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea, muito obrigada por ter me ensinado tudo o que eu sei sobre pesquisa com crianças. Quem é de verdade, sabe quem é de mentira, hahaha. Obrigada pela partilha sincera, sempre cuidadosa, respeitosa e certeira! Essa tese não poderia ser escrita dessa forma, com essa pegada, em nenhum grupo além desse. Ela existe porque vocês existem, e ela fala do que a gente enxerga como coletivo, e do que também como coletivo lutamos para mudar no mundo. Muito obrigada pela companhia de cada um de vocês na academia, nos eventos, nos botecos e na rua, hasteando bandeiras de um futuro possível!

Rita, querida desorientadora! Seu olhar sempre generoso e sincero fez dessa tese o que ela é – e a livrou do que poderia ter sido também, importante lembrar! Obrigada pelo equilíbrio que sua orientação trouxe para a experiência de escrita, equilíbrio entre quando dizer algo e quando deixar que eu mesma dissesse... Obrigada pela ética e pela responsabilidade com que fez seu trabalho, mas também obrigada pelo carinho e pela acolhida com que me recebeu nos momentos de incerteza, cansaço e surto. Hoje eu sei que escolhi a melhor parceira nessa trajetória e tenho muito orgulho por esse tico de história que construímos juntas! Minha total admiração sempre!!!

Núbia e Iza, minhas convergentes! A amizade de vocês me faz uma pessoa melhor e eu agradeço primeiro por isso! Mas a amizade de vocês faz de mim uma pesquisadora mais sensível também, o que faz dessa tese uma tese melhor! Obrigada pelos papos, pelos toques, pelo choro e pelo riso que dividimos! Vocês são minha inspiração e minha referência em diferentes frentes!

Fernanda, querida que me acompanha “par e passo” desde o mestrado. Ao seu lado a descoberta desse mundo de pesquisa, agências de fomento, escrita, etc., foi uma aventura sensivelmente menos traumática do que costumam narrar por essa academia afora. Obrigada por isso e também por abrir sua casa e confiar em mim, sendo parte importante da construção da tese e da lapidação do campo!

Cecília, minha dupla cá e lá. Obrigada pela parceria na ciência, na arte e na vida. E acima de tudo, obrigada por me arrastar para a educação popular muito antes de eu descobrir que era exatamente ali que eu deveria estar...

Perseu e Juliana, que comigo formaram um trio absurdo de bom e de imprestável! Obrigada por tornarem mais leve esse siricótico de produção, palestra e pompa! Vocês são maravilhosos e eu vou sentir muita falta dos nossos chopps semanais e dos nossos segredos mal guardados...

Cris, Patricia, Paula, Irani, Luciana, Camila e Taynara (autora da melhor crítica que essa tese poderia ter recebido: “dá pra ler e entender!”): a velha e jovem guarda juntas, minhas companheiras de Grupo, obrigada por dividirem as questões e multiplicarem os sorrisos cotidianamente em nossos encontros! Obrigada também pela leitura tão atenciosa e responsável desse texto, que cresceu a partir do olhar de cada uma de vocês! Que sorte a minha!

Lea, Maria Tereza, Marcia e Lisandra muito obrigada por aceitarem o convite de compor a banca dessa tese. Me sinto honrada em encerrar esse ciclo na companhia de vocês, que me inspiram e me motivam a acreditar na ciência como profissão, responsabilidade e alegria!

Lisandra, minha professora, minha parceira de Grupo, minha companhia de viagem e minha amiga! Eu não tenho palavras para descrever o quanto agradeço por esse encontro que o universo possibilitou! Talvez você não saiba tanto quanto deveria, mas meu carinho por você é enorme e extrapola os portões da UERJ! Muito obrigada por ser essa pessoa tão bacana e generosa!

Patrícia e Mailsa, agradeço por aceitarem estar como suplentes nessa reta final. À Mailsa, agradeço também o convite para participar das gravações do filme “Endereço”, que forçou os muros das casas para as quais eu estava olhando, convocando a realidade das ruas como experiência que reivindicava atenção, pesquisa, leitura e entrega.

Marcinha Ramos, minha amiga na vida, parceira na ciência e companheira na luta, muito obrigada pela acolhida, pelas trocas, pelos brindes e pela sincera tentativa de construção de uma sociedade mais justa e equânime. Você endurece quando precisa, mas nunca perde essa ternura que tanto me ergueu diante das análises de conjuntura que fizemos juntas. Como você mesma disse, essa luta é nossa, então, essa conquista também é nossa! Obrigada por estar sempre presente!

Vane, Babi e Carol, minhas amigas tão queridas, tão parceiras e tão presentes mesmo na distância. Eu sou uma pessoa mais feliz porque vocês existem na minha vida! Obrigada pela amizade sempre tão verdadeira e leve!

Gabriela, parceira de confidências e provocações, sobretudo em relação à escrita. Sua paixão pela vida me inspira muito e seus estudos sobre o ato de escrever são responsáveis por muito do que essa tese é hoje. Obrigada! E obrigada também por me arrastar para a exposição do Basquiat em 2019, onde fotografei todas as obras que aparecem nesse texto!

Ivana, amiga querida que o Grupo trouxe para minha vida e que nunca mais deixei sair. Obrigada por sempre estar por perto nos momentos bons e ruins que vivemos nesses últimos anos. Nossa amizade tem um lugar muito especial no meu coração!

Alexania, Alice e Dani, queridas compas que me receberam de braços e corações abertos no MAB Rio, onde eu aprendi na prática o significado e a potência do pronome político “nós”. Obrigada por me confiarem o espaço da Ciranda como formação na vida, na ciência e na luta! Muito dessa tese nasceu por intermédio de vocês, mulheres que admiro profundamente e nas quais muito me espelho!

Ana Luz, Fernanda, Janaína e Ana, todas mães que cederam suas casas como espaços de realização dessa pesquisa, muito obrigada por abrirem seus lares e a intimidade de suas vidas, me possibilitando pensar infância a partir da relação com suas crianças! Não é exagero afirmar que essa tese deu seus primeiros passos dentro da casa de vocês!

À equipe do Pré-vestibular Social do SINTUPERJ, muito obrigada por manterem acesa em mim a chama da luta pela justiça social! Um agradecimento especial à Vivi, nossa coordenadora, obrigada pela compreensão e pelo período de licença, fundamental para a escrita dessa tese! Outro agradecimento especial à Ceci e Iara, que assumiram minhas aulas de História do Brasil durante meu afastamento de forma comprometida e muito afetuosa!

Às amigas e parceiras de trabalho Graça, Marilu e Luisa que, durante a pandemia, tatearam o incerto comigo, em busca de seguir sustentando uma educação pública de qualidade no contexto da “escola em suspensão”. Vocês me inspiram a ser uma professora melhor e eu me sinto honrada de poder ter estado ao lado de vocês num período tão conturbado! E aos amigos e parceiros que me ajudaram na triste realidade de retorno ao ensino presencial na rede privada, em especial Marj, Alê e Dex (este último responsável também por revisar meu resúmen), muito obrigada pelo apoio de vocês, que fazem da Educação uma luta diária, transcendendo as vãs filosofias neoliberais!

Ao ProPEd agradeço pela acolhida por parte de tantos professores, servidores, funcionários e colegas incríveis e ao CNPq pela bolsa concedida para a realização dessa pesquisa!

Assim como várias das crianças que aparecem nessa tese, ao meu lado, durante toda a infância, sempre foi uma mulher forte e sensível que abriu caminhos, inaugurou postos e ensinou a tomar a luta nas mãos: minha mãe! Muito obrigada pela mulher incrível que você é, mulher em quem me espelho sem romantização, mas com toda a admiração que há em mim! Obrigada por cada batalha que você travou lá atrás e que viabilizou as batalhas que hoje eu tenho condição de travar. Tenho muita consciência da sorte que foi ter vindo a esse mundo na

condição de sua filha, e por isso sou feliz! Tô aqui e tamo junta, mainha! Pai, muito obrigada pela sua sinceridade, nem sempre palatável, mas precisa em cada palavra, olhar e abraço. Tenho certeza que o fato de não dourar pílula constituiu em muito o modo como encaro a vida hoje e, por consequência, o modo como essa tese se estruturou. Eu amo vocês e sinto muita falta dos nossos dias!

Minha família querida de mulheres muito maravilhosas: Herta, Neusa, Priscila e nossas crianças, Nathan, Daniel, Paulo... obrigada pela luta que nos torna unidade! E obrigada também por compreenderem minhas ausências tantas e tantas vezes durante o processo desse estudo. Vocês são meu eu no mundo e meu tudo na vida!

Flavio, meu parça, meu amigo, meu compa e meu amor! Eu sei que agradecer por tudo ainda é pouco, mas é exatamente dentro dessa palavra pequena, de quatro letras, que está contido o tanto que você fez por mim durante essa trajetória. Sem você essa tese não seria essa tese e eu não seria eu... Muito obrigada por verdadeiramente estar ao meu lado, por dividir comigo as responsabilidades da vida a dois (ou melhor, a seis!) e por tornar a quarentena, onde essa tese se modificou e (re)nasceu, um tempo de felicidades em um espaço de tanto amor: a nossa casa! Obrigada pelos filhotes monstruosos que tivemos a ridícula, porém melhor ideia de todas de adotar: Medusa, Pandora, Hórus e Vênus! Obrigada também pela fundamental ajuda com o título, que até os 45 do segundo tempo sequer existia, hahaha. Você é uma companhia maravilhosa no dia a dia e um companheiro incrível na lida da vida! Que sorte e alegria compartilhar as lutas e as conquistas ao seu lado! Te amo!

Às crianças com quem estive: muito obrigada por revolucionarem meu olhar, por me convidarem a experimentar outras perspectivas e por acolherem minhas limitações. Essa tese é porque vocês são!

Eu tenho esperança na gente, na nossa fome, no nosso histórico de vida, na nossa necessidade de subir, beber a água, respirar o ar, sobreviver, acredito na gente, não em quem tá com a barriga cheia, tá empapuçado da vida. Eu acredito nas pessoas que querem viver, que tá com sede de viver, que ainda não usufruiu, não sentiu o gosto da felicidade ainda...

Mano Brown¹

¹ BROWN, Mano. Entrelinhas – Silvio Almeida. Youtube, 24/11/2020. 20:20min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jLYM6Slieug>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

RESUMO

QUEIROZ, Caroline Trapp de. *Ponto cego: sobre infância, luta e olhar*. 2021. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Essa tese discute infância, luta e olhar. Infância porque chama atenção às especificidades de uma categoria social que nos convida a uma radical alteridade; luta porque parte de indícios que reivindicam formas singulares de estar no mundo que demandam sensibilidade para serem legitimadas como política; e olhar porque convoca à necessidade de assumir a opção de realmente enxergar a criança em sua condição de sujeito no mundo. O objetivo é, portanto, pensar a dimensão política das relações que as crianças estabelecem com os adultos, os espaços, as políticas institucionais, a arte, o trabalho, a vida, a estética, enfim, enxergar a criança como sujeito político nas relações que ela mesma tece em sua experiência de existir no mundo. Para isso, a metodologia se estruturou na observação, no interior de uma perspectiva de pesquisa como ato posicionado e entrelaçado às necessidades e objetivos de cada contexto onde se desenrolou: o espaço da casa, o espaço da rua, os ônibus municipais do Rio de Janeiro, os encontros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Encontro Nacional dos Sem Terrinha, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É possível destacar, dentre os aspectos analisados, a proximidade de mulheres e crianças na luta contra a opressão exercida pela convergência de diferentes estruturas; o cuidado como elemento político profundamente afetado pela desigualdade sistêmica do país; a coletividade como garantia de proteção; o afeto como vinculação principal na constituição familiar de diferentes coletividades; a necessidade de enxergar as crianças no limiar entre a familiaridade e o estranhamento; o entrecruzamento de percepções existente na relação alteritária a que a criança nos convoca; a perspectiva infantil como contraponto senciante à anestesia do adulto; o entrelaçamento de indignação, raiva e revolta; a potência da raiva como emoção que mobiliza também as crianças; e a necessidade de reconhecer as singularidades das crianças como prerrogativa para a compreensão de que os modos de exercício das ações políticas variam. Como forma de sistematizar os registros do campo articulando-os às discussões levantadas, optou-se pelo formato das crônicas e dos fragmentos de texto, compreendendo a linguagem literária como arena de teoria e crítica social. Os referenciais que ajudam a dar consistência a essa tese são, dentre outros: Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Jean-Michel Basquiat, Fals Borda, bell hooks, Italo Calvino, Mano Brown, Yi-Fu Tuan, Milton Santos, Adriana Vianna e Ângela Facundo, Juhani Pallasmaa, Sarah Escorel, Eduardo Galeano, Antonio Candido, Anne Rammi, Angela Davis, Leonardo Boff, Amílcar Cabral, Piotr Kropotkin, Gilberto Moreno, Carlos Lenkesdorf, Saint-Exupéry, Jens Qvortrup, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Freire e Marielle Macé.

Palavras-chave: Infância. Luta. Olhar.

RESUMEN

QUEIROZ, Caroline Trapp de. *Punto ciego: sobre la infancia, la lucha y la mirada*. 2021. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta tesis trata sobre la infancia, la lucha y la mirada. Infancia porque llama la atención sobre las especificidades de una categoría social que nos invita a una alteridad radical; lucha porque parte de signos que reclaman formas únicas de ser en el mundo que exigen sensibilidad para legitimarse como política; y mira porque llama a la necesidad de tomar la opción de ver realmente al niño en su condición de sujeto en el mundo. El objetivo es, por tanto, pensar en la dimensión política de las relaciones que los niños establecen con los adultos, los espacios, las políticas institucionales, el arte, el trabajo, la vida, la estética, en definitiva, ver al niño como un sujeto político en las relaciones que teje su experiencia de existir en el mundo. Para ello, la metodología se estructuró en la observación, dentro de una perspectiva de investigación como un acto posicionado y entrelazado con las necesidades y objetivos de cada contexto en el que se desarrolló: el espacio del hogar, el espacio de la calle, los autobuses municipales de Río de Janeiro, las reuniones del Movimiento de Afectados por Represas (MAB) y el Encuentro Nacional de Sin Tierra, del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Cabe destacar, entre los aspectos analizados, la proximidad de mujeres y niños en la lucha contra la opresión que ejerce la convergencia de diferentes estructuras; el cuidado como elemento político profundamente afectado por la desigualdad sistémica del país; la colectividad como garantía de protección; el afecto como eslabón principal en la constitución familiar de las distintas colectividades; la necesidad de ver a los niños en el umbral entre la familiaridad y el alejamiento; el entrelazamiento de percepciones existentes en la relación de alteridad a la que el niño nos llama; la perspectiva del niño como contrapunto sensible a la anestesia de adultos; el entrelazamiento de la indignación, la ira y la rebelión; el poder de la ira como emoción que también moviliza a los niños; y la necesidad de reconocer las singularidades de los niños como prerrogativa para comprender que las formas en que se ejercen las acciones políticas varían. Como forma de sistematizar los registros de campo, articulándolos a las discusiones planteadas, optamos por el formato de las crónicas y fragmentos de texto, entendiendo el lenguaje literario como un escenario de teoría y crítica social. Las referencias que ayudan a dar consistencia a esta tesis son, entre otros: Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Jean-Michel Basquiat, Fals Borda, bell hooks, Italo Calvino, Mano Brown, Yi-Fu Tuan, Milton Santos, Adriana Vianna e Ángela Facundo, Juhani Pallasmaa, Sarah Escorel, Eduardo Galeano, Antonio Candido, Anne Rammi, Angela Davis, Leonardo Boff, Amílcar Cabral, Piotr Kropotkin, Gilberto Moreno, Carlos Lenkesdorf, Saint-Exupéry, Jens Qvortrup, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Freire e Marielle Macé.

Palabras clave: Infancia. Lucha. Mirada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJ	Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça
CEP	Código de Endereçamento Postal
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGF	Imposto sobre Grandes Fortunas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB/RJ	Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro
ONG	Organização não Governamental
OTAN	Organização do Tratado de Atlântico Norte
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
RJ	Rio de Janeiro
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
TV	Televisão
UHE ITÁ	Usina Hidrelétrica Itá

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Retirantes	16
Imagem 2 – Jagunços Prisioneiros	18
Imagem 3 – Crianças detidas pelo DOPS.....	19
Imagem 4 – A menina que não deu a mão a Figueiredo.....	20
Imagem 5 – Mapa de localização da Barragem Guapiaçu	48
Imagem 6 – A rua e a casa	52
Imagem 7 – 102: uma casa na calçada	52
Imagem 8 – Os Despejados	53
Imagem 9 – Incêndios.....	54
Imagem 10 – Casa Gorda	55
Imagem 11 – Polícia confessa pelotão de extermínio.....	60
Imagem 12 – Denúncia de sobrevivente.....	61
Imagem 13 – Esqueletos aparecem no Guandu.....	61
Imagem 14 – Manifestação pelos direitos da infância e juventude nos anos 1980.....	65
Imagem 15 – Manifestação do MNMMR em frente ao Congresso Nacional.....	66
Imagem 16 – Jazz	85
Imagem 17 – Placa no teto da escola Uerê, na Maré.....	116
Imagem 18 – Mística de encerramento do I Encontro Nacional dos Sem Terrinha	122
Imagem 19 – Desenhos de Saint-Exupéry.....	131
Imagem 20 – Mapa do Morro do Cantagalo.....	163

LISTA DE CRÔNICAS

Crônica 1 - Passado e futuro.....	23
Crônica 2 - La casa de papel(ão)	24
Crônica 3 - Cai cai balão	43
Crônica 4 - A menina	49
Crônica 5 - Casa	53
Crônica 6 - Casa Nova.....	56
Crônica 7 - CEP.....	63
Crônica 8 - Dia das crianças	71
Crônica 9 - A avó.....	97
Crônica 10 - Ciranda.....	102
Crônica 11 - Alô Alô!	111
Crônica 12 - Camelô.....	113
Crônica 13 - Conselho Tutelar.....	114
Crônica 14 - Família afetiva	117
Crônica 15 - Encaixe	121
Crônica 16 - Análise do discurso.....	123
Crônica 17 - Roteiro	124
Crônica 18 - O espião	127
Crônica 19 - Preço	131
Crônica 20 - Repetindo o óbvio.....	133
Crônica 21 - Rompimento	137
Crônica 22 - De volta à calçada da Defensoria... ..	139
Crônica 23 - A que ponto chegamos?	146
Crônica 24 - Meninos	147
Crônica 25 - Chumbo trocado	149
Crônica 26 - Determinado	151
Crônica 27 - Planejamento	152
Crônica 28 - A ciranda é das crianças.....	155
Crônica 29 - O ponto de vista é a vista de um ponto.....	157

SUMÁRIO

1	UMA HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL	16
1.1	A chegada no tema	22
1.2	O texto da tese	29
2	ITINERÁRIOS	31
2.1	As crianças	31
2.2	Os contextos	39
2.2.1	<u>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST</u>	39
2.2.2	<u>Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB</u>	45
2.2.3	<u>A casa</u>	51
2.2.4	<u>A rua</u>	59
2.2.5	<u>O ônibus</u>	69
3	ABORDAGENS	76
3.1	Pesquisar o cotidiano: a observação	76
3.2	Registrar o cotidiano: as crônicas e os fragmentos	79
3.3	Composição estética da pesquisa	85
3.4	A pesquisa como ato político	88
4	LÍNGUA MATERNA	94
5	SOBRE-VIVÊNCIA	108
6	(AN)ESTESIA	127
7	INDIGNAÇÃO	142
	CONSIDERAR	158
	REFERÊNCIAS	167

1 UMA HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL

Porque ninguém está imune ao olho do outro.

Arnaldo Antunes

A história da luta por direitos é uma história que se repete no Brasil, constituindo-se de um tripé que escancara a injustiça com que alimentamos 521 anos de invasão: exploração, miséria e desigualdade.

Imagem 1 – Retirantes



Candido Portinari. 1955. Fonte: <<http://www.portinari.org.br/#/pagina/candido-portinari/cronologia>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

Começa com comunidades indígenas sendo ludibriadas, saqueadas, violadas e exterminadas. Passa por comunidades africanas objetificadas, sequestradas, compradas, vendidas, violentadas e podadas. Chega em comunidades empobrecidas, exploradas, torturadas e renegadas. Todas elas guardam em comum, a despeito do fato de terem sido sistematicamente predadas, o elemento do coletivo como potência: gente que se reúne para fazer a vida junto.

Em meio a uma realidade forjada na desigualdade, estão as crianças. Vivendo conosco a complexidade da vida e para ela tendo os olhos abertos desde a mais tenra idade. Isso significa dizer que a dinâmica social toca a criança de alguma forma, em alguma medida e, certamente, como o bater de asas das borboletas, traz à existência uma brisa que, do contrário,

jamais seria sentida. Não há redoma de vidro capaz de isolar uma criança do que é, e faz, a sociedade na qual ela vive. Somos todos responsáveis!

Nossa história nos fornece um vasto repertório de experiências que demarcam a presença da criança no tecido social – todo ele. Desde as crianças indígenas que foram retiradas do convívio de suas famílias e comunidades por missionários e colonos, responsáveis por incluí-las no projeto civilizatório e no ciclo econômico da escravização (PARAISO, 2006), às crianças que foram desterritorializadas e trazidas ao país em navios, sejam aqueles que transportaram órfãos portugueses para facilitar a evangelização dos indígenas (RAMOS, 2008) ou para se casar com membros da administração pública, no caso das meninas (REZZUTTI, 2018), sejam os negreiros, que trouxeram crianças africanas alvo de um complexo sistema que visava lhes expropriar de suas almas, corpos, vidas, laços e histórias, para lhes transformar em mão de obra forçada ao limite sobre-humano (ROSSINI, 2019). Estiveram em voga, nesses casos, projetos de consolidação da conquista de povos, territórios e epistemologias. Projetos que concebiam a criança como corpo dócil (FOUCAULT, 2011) e, portanto, promessa de um futuro domesticado.

A história da criança no Brasil é uma história de dor e sofrimento, e talvez por isso, uma história de luta. É também a história que negamos – ou enfeitamos para tornar palatável. O engodo de uma miscigenação que empurramos goela abaixo, fruto do estupro de crianças indígenas, negras, órfãs europeias, que gerou outras crianças, as brasileiras.² As mesmas depois abandonadas nas rodas dos expostos, vítimas da pobreza, da vergonha e das tantas outras violências sofridas por suas mães (TRINDADE, 1999) ou tomadas como objeto de políticas ocas, como a que as tornou libertas no ventre das mães escravizadas, mas cativas nas grades do contexto socioeconômico excludente (ZERO, 2004). Para as crianças pobres, os orfanatos, asilos e companhias de aprendizes, onde se encontravam sob a tutela da Igreja, do Estado e de outros adultos munidos de um poder conferido pela hierarquia geracional. Para as herdeiras das elites, os jardins de infância, os cuidados com a saúde e a preparação para um futuro promissor (KUHLMANN JR, 2011) – no seio de um país desde sempre condenado à falência.

O lugar de classe, longe de ser apenas um conceito de análise teórica, sempre delimitou o lugar concreto da criança na experiência da vida. Mas não só isso. No caso das poucas crianças que foram poupadas do massacre da Guerra de Canudos, por exemplo, havia

² Cabe lembrar aqui que esse processo não é linear e que evocar a questão da nacionalidade serve como elemento que nos lembra da violência com que essa nação se constituiu – ao contrário do mito da harmonia perpetuado pela falácia da miscigenação.

ainda dois elementos fundamentais: a cor, já que a maioria era negra, e a origem, pois se tratava de filhas de jagunços, considerados assassinos impiedosos de soldados republicanos (MONTEIRO, 2011). Ambas as características implicaram que essas crianças, embora acolhidas e educadas na lógica da ética do trabalho – a nova aposta da República para a docilização dos pobres –, seguiram socialmente entendidas como inferiores, instáveis e perigosas.

Imagem 2 – Jagunços Prisioneiros



Fotografia: Flávio de Barros. 400 jagunços prisioneiros. 1897. Canudos, Bahia.
Fonte: Acervo Museu da República. Imagem recuperada pelo Instituto Moreira Salles.

O estigma relacionado aos pais marcou também as crianças filhas de pessoas perseguidas pela ditadura militar. Crianças que, como as de Canudos, conheceram a violência do Estado antes mesmo de aprender a soletrar suas letras – ou até mesmo antes de nascer, violentadas ainda no ventre de suas mães. Quando o medo de um suposto e sempre ilusório golpe comunista se apossou – mais uma vez – de toda uma sociedade historicamente organizada pelo status, sendo mobilizado como discurso legitimador do autoritarismo, instalou-se uma ditadura lida pela historiografia como civil-militar justamente como forma de chamar atenção à responsabilidade de cada setor da sociedade que apoiou ou agiu com indiferença quanto à tomada do poder por parte dos militares.

Crianças que nasceram em cativeiros, que foram torturadas com seus pais, ou usadas como objeto de tortura contra eles, que vagaram pelo país e pelo mundo fugindo da repressão, ou que tiveram de se separar de seus pais, crianças que desapareceram sem deixar vestígios, ou que tiveram encobertos os vestígios da violência que sofreram pela nossa falaciosa justiça, crianças que viram seus pais sendo assassinados ou que nunca chegaram a conhecê-los,

crianças que foram arrancadas de suas mães, impedidas de serem amamentadas, abraçadas, acolhidas, crianças que sofreram por serem filhas e filhos de mulheres e homens militantes políticos (TELES, 2014).

Imagem 3 – Crianças detidas pelo DOPS



Fotografia de Domínio Público. Fonte: <http://anistiapolitica.org.br/abap3/2020/01/06/livro-reune-historias-de-criancas-presas-torturadas-ou-exiladas-durante-a-ditadura-no-brasil/>

Ainda hoje existem várias Canudos porque a história do pobre no Brasil segue constituída de uma mesma trinca: miséria, fome, violência. Independente de haver legislação consolidada, ou de o sistema em voga se querer democrático, para o pobre nada está garantido! E se ele for negro, nordestino, morador de favela, ou da rua, menos ainda... É exatamente na interseção dessas várias marcas que crianças seguem sendo vítimas de chacinas, como a da Candelária³ e aquelas perpetradas no próprio cotidiano, que não ganham contornos narrativos de massacre, mas que, na prática, condensam o número de crianças que perdemos por guerras que não as pertencem, mas das quais elas fazem parte. Esse número aponta que, desde 1980, mais de 265 mil crianças e adolescentes morreram vítimas de homicídio no país.⁴

³ SOARES, Jorge; ALMEIDA, Mateus. Ato com oito meninos marca os 27 anos da Chacina da Candelária. G1 Globo. 22/07/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/22/ato-com-oito-meninos-marca-os-27-anos-da-chacina-da-candelaria.ghtml>>. Acesso em: 16 out. 2020. A história da chacina é melhor discutida a partir da pg.113.

⁴ Dados do Atlas da Violência do IPEA. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 16 out. 2020.

Imagem 4 – A menina que não deu a mão a Figueiredo



Fotografia de Guinaldo Nicolaevsky. Fonte: <https://www.brasil247.com/blog/a-menina-que-disse-nao>

Embora a leitura feita até aqui dê a impressão de que a história da criança no Brasil é de passividade diante da violência de uma sociedade racista, classista, machista, punitivista e de um Estado autoritário, repressor e excludente, é preciso olhar mais uma vez. Em cada um desses processos a criança empreende uma luta por se fazer ouvir – quando fala e também se recusam a ouvi-la, como no caso de Coelho Menezes de Souza, a menina que se recusou a apertar a mão do presidente porque queria dizer algo para ele, mas em vez disso, mandaram que apenas lhe desse a mão para fazer uma fotografia. É sobre essa luta que falarei nessa tese, ou seja, sobre como a criança se torna, se descobre e se impõe como sujeito político. Politizar nosso olhar para os modos como elas se relacionam com o mundo e com o outro é premissa fundamental desse ponto do texto em diante.

Se tem algo que a história nos ensina é que, junto da opressão, nasce a luta. Em relação à criança, a lógica não muda. Uma rápida busca possibilita acessar trabalhos que sinalizam, mesmo que indiretamente, a presença de crianças em movimentos revolucionários, tanto como agentes, quanto como alvos de políticas específicas, como a Comuna de Paris (COGGIOLA, 2001), a Revolução Russa (FULFARO; SOUZA; SILA, 2020) e a Revolução Cubana (DUARTE; JACOMELI, 2020), e movimentos de resistência, como as fugas pelas matas no contexto da Segunda Guerra Mundial (BRECHT, 2014; FLETCHER, 2019), por

exemplo. Em geral, esses trabalhos tomam a educação como abordagem para a construção de uma reflexão sobre a infância. Para além desses contextos, é necessário que se faça referência a outras experiências, como forma de resgatar a memória de histórias ainda pouco visitadas na discussão sobre crianças, como a da Conjuração Baiana (VALIM, 2007), por exemplo. Acontecida na capital baiana em 1798, a Conjuração teve seu início marcado pela condução das elites, que reclamavam dos altos impostos, mas logo se tornou um movimento popular que defendia a independência e os valores republicanos, contando com ampla participação de pobres, negros, escravizados e ex-escravizados, dentre os quais certamente encontravam-se crianças.⁵

A referência a um movimento que envolve população escravizada se justifica, pois a presença das crianças em seu meio é lugar comum na historiografia da escravização e pode ser constatada na análise de documentos de compra e venda de pessoas escravizadas, bem como em obituários (GUTIÉRREZ, 1989; MOTT, 1979; NEVES, 1992; SILVA, 2013). Para além desse, é possível acreditar na ampla participação de crianças em movimentos mobilizados por pessoas empobrecidas e escravizadas, sobretudo devido ao fato de a própria concepção de infância ter sido redesenhada historicamente, respeitando não só questões de classe, como também de raça. Em outras palavras, a infância apesar de ter sido uma invenção da Modernidade, chegou tardiamente para as crianças pobres e negras.

Para além desses, houve e há movimentos que se levantam especificamente pelas crianças, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que se organizava para interferir na política nacional na década de 1980,⁶ o Movimento Sem Terrinha, composto pelos filhos e filhas da lona preta, as crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,⁷ os Fraldas Pintadas, movimento surgido em 2005 em prol da defesa da primeira etapa da educação infantil, de zero a três anos,⁸ dentre outros que colocam adultos ao lado de crianças para reivindicar interesses comuns. Aqui é importante enfatizar a existência de tensões nas relações políticas que unem adultos e crianças, calcadas sobretudo na

⁵ Como a maior parte dos movimentos levado à cabo pelas camadas pobres da sociedade, esse também resultou na prisão, morte, esartejamento e exposição de partes pela cidade das lideranças, seguindo o modelo do Antigo Regime europeu. Para saber mais: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Crime e castigo em Portugal e seu Império. Ordenações Filipinas. Livro V. Introdução, notas e cronologia de Silvia Hunold Lara. Companhia das Letras, São Paulo: 1999.

⁶ Movimento nacional de meninos e meninas de rua. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 14, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 dez. 2020.

⁷ ADRIANO, Juliana. Sem Terrinhas na construção do Movimento. MST. 21/02/2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/02/21/sem-terrinhas-na-construcao-do-movimento/>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

⁸ SUCUPIRA, Fernanda. "Fraldas pintadas" reivindicam inclusão das creches no Fundeb. Carta Maior. 30/08/2005. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Idades-da-Vida/%27Fraldas-pintadas%27-reivindicam-inclusao-das-creches-no-Fundeb/13/3311>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

desigualdade estrutural (CASTRO, 2008) que demarca os lugares sociais de cada um – para além dos próprios interesses que nem sempre convergem.

A luta por direitos figura, portanto, como mais uma das contradições que a criança experiencia na carne de sua infância. Para algumas delas, essa nem chega a ser uma questão, de garantidos que estão na história de sua vida – diametralmente entrelaçada ao lugar de sua classe. Para outras, no entanto, essa se apresenta como disputa, uma luta na qual a criança é inserida ao nascer e da qual vai aprendendo a tomar parte da única maneira possível: tomando nas próprias mãos. É justamente com essas crianças que formo par na escrita dessa tese, cujo objetivo é chamar atenção à dimensão política da infância.

1.1 A chegada no tema⁹



A entrada no campo marca o momento em que a pesquisa deixa de ser idealização, planejamento e especulação para se tornar encontro, afetamento, registro... Momento em que, para mim, a pesquisa ganha caráter de acontecimento, demarcando uma divisão visceralmente sentida entre a ilusão de um pesquisador que pensa ter a investigação nas próprias mãos e a noção de que o “estar” junto com os interlocutores implica construir coletiva e materialmente os sentidos desse estudo.

Como toda pesquisa, essa também sofreu muitas alterações ao longo dos anos que constituem o doutorado, desde as leituras selecionadas, até a própria delimitação do campo. Também como toda pesquisa, essa foi profundamente afetada pelo contexto em que foi produzida, passando pelo conturbado processo de achincalhamento das políticas sociais, embrutecimento das relações entre Estado e movimentos civis e pela triste conjuntura da pandemia da Covid-19, agravada por um governo obscurantista e negligente.

Nascida com a proposta de estudar as diferentes experiências de crianças no contexto de mudanças de residência, sustentada pela memória de infância que trago da criança que fui

⁹ O uso das imagens que abrem essa seção será melhor detalhado na apresentação das crianças que foram minhas interlocutoras (p. 32) e também na discussão sobre a Composição estética da pesquisa (p.89). As obras completas de onde essas imagens foram retiradas encontram-se em Anexo, no final dessa tese.

e das tantas vezes em que me mudei de casa na vida, o primeiro desvio que demarcou um recálculo de rota nos objetivos dessa pesquisa veio da concretude do campo, sistematizada em forma de crônica.

Crônica 1 - Passado e futuro

Na casa ainda vazia, ela planeja a organização daquele que será seu futuro quarto. O lugar onde vai dispor a cama, os livros de literatura e a escrivaninha, que colocará abaixo da janela para estudar olhando a paisagem, composta por enormes árvores de raízes fortes, folhas largas e troncos grossos, habitados por micos que sacolejam as copas o dia inteiro.

Ao mesmo tempo em que visualizamos o espaço em sua configuração futura, graças às expectativas de quem está recém-chegando, a amiga, antiga moradora da casa, investiga os frisos do piso, como quem busca pequenos indícios que permitam reconstruir a história que viveu morando nesse mesmo quarto. Reunindo algumas lantejoulas coloridas, ela vai nos contando que aquelas minúsculas estrelinhas eram de um painel que costumava ficar pregado na parede paralela à da janela. Imediatamente, ela começa a desenhar em sua narrativa o passado daquele quarto: onde ficavam suas coisas, como havia ajudado a mãe a escolher a cortina, o que provocara o risco vermelho marcado na parede... até encontrar um botão roxo, que havia caído de seu casaco na hora da mudança, com o qual se retira dali, no intuito de mostrar para a mãe.

Passado e futuro unidos sob a ótica do presente, como quando miramos Jano, o deus romano que possui duas faces opostas, uma voltada para frente e outra para trás. O deus dos inícios e dos términos, guardião das portas dos céus que olha simultaneamente para o futuro e para o passado, mas que, quando é visto, é olhado sob a perspectiva do presente de quem lhe observa.

Enquanto eu visitava diferentes crianças que estavam vivendo a experiência da mudança de casa, trazendo as questões que lhes eram específicas, sempre retornava à minha residência como passageira de uma das linhas de ônibus mais extensas da cidade do Rio de Janeiro, o que me permitia tomar pé do vertiginoso aumento da população em situação de rua, que pouco a pouco ia enchendo novamente as calçadas, marquises, vielas, viadutos... Provocada pelos estudos abraçados no interior do Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea,¹⁰ o incômodo foi elaborado também em forma de crônica.

¹⁰ GPICC – Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea. Institucionalmente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Crônica 2 - La casa de papel(ão)

O dia amanheceu cinzento. Como carioca nenhum gosta de constatar, uma frente fria se aproximara, trazendo consigo o tempo chuvoso. Sair de casa nessas condições só não é sacrifício maior que fazê-lo debaixo de um sol de 40 graus, típico da estação que é a cara do Rio de Janeiro: o inferno!

Ao cruzar o bairro da Tijuca, cujo nome, em tupi, significa “brejo”, “lamaçal”, “água suja” e muito bem condiz com as características topográficas da região, o ônibus para no sinal vermelho. Olho para o lado e me deparo com o que parece ser um comércio falido. Portas de ferro lacradas e marquise encardida. No letreiro empoeirado e já bastante gasto devido à oxidação do sol, é possível ler “Kalosórisma”. Em grego, “acolhida”, “aconchego”, “ser bem-vindo”.

Tendo fechado as portas provavelmente como resultado da mais profunda crise econômica que já atravessamos, situação que nos acompanha há alguns anos e nos presenteia, no Rio de Janeiro, com a maior taxa de desemprego do país, o Kalosórisma segue fiel à sua essência etimológica: ele acolhe.

Debaixo da marquise do comércio falido emerge uma casa. Suas paredes são edificadas por meio da estratégica montagem de três caixas de televisores de cinquenta polegadas. Em tempos de Copa do Mundo, essa é a matéria-prima de muitas criações alternativas – resta questionar dentre que opções. Da arquitetura à decoração mobiliária, a imaginação humana não tem limites: casas-caixa, camas-caixa, tetos-caixa, cobertores-caixa, caixões-caixas-caixinhas...

Ali, no meio de uma rua esvaziada, num dia cinzento de frio e chuvisco, no interior da cidade que era para ser maravilhosa, ou que o é apenas para um feliz grupo seletor, Kalosórisma abriga mais uma família Silva. Tapete na porta, lençóis pelo chão, porta entreaberta. Do lado de fora, o pai tenta vender balas no sinal, na iminência de uma invisibilidade que se encarrega de tornar alheia uma equação que também nos pertence. Do lado de dentro, duas crianças pequenas brincam, sob o olhar atento da mãe, que arruma os poucos utensílios de posse da família. Lençóis, roupas, cumbucas de plástico e pacotes de fraldas. A efemeridade da vida se mescla à efemeridade da casa de papel. De papelão. Olho pro céu e as nuvens anunciam a chegada de mais um temporal. Água, bueiros entupidos, lixo, insetos, roedores, doenças... A Tijuca da água suja, já diziam os indígenas.

O sinal abre, o ônibus dá partida. Eu me esgueiro para trás, tentando acompanhar a

Crônica 2 - La casa de papel(ão)

família até onde meus olhos, míopes e marejados, alcancem. No fim do dia, vejo-me em minha própria casa. Sob o abrigo do frio, da chuva, da insalubridade, do descaso e da invisibilidade. Quarenta e oito horas depois, decido que vou descer do ônibus e falar com os Silva. O que vou dizer é desconhecido até mesmo para mim. O que é possível falar no encontro com a barbárie?

Pego todo o dinheiro que consigo encontrar, alguns pacotes de biscoito, duas caixas de leite e faço minha baldeação, o BRT e o ônibus da linha 638. Chegando na Tijuca, me deparo com as ruínas do que um dia foi a tal casa – nada engraçada. A ausência da família imediatamente coloca em xeque: o tempo da necessidade é o agora! Ou, como tanto ouvimos, mas pouco escutamos: quem tem fome, tem pressa. E segue em deslocamento...¹¹

Os Silva foram a primeira família que capturou meu olhar e o devolveu sinalizando uma cidade já imersa no caos da pobreza, da fome e da desigualdade. Talvez o anuviamento quanto a essa percepção se explique pelo fato de termos aprendido desde cedo a naturalizar a dor do outro. Ou talvez porque, no lugar da empatia, nos acostumamos a cultivar a certeza de que, aquele lugar, nunca ocuparemos. No fim, quem garante?

Na busca de argumentos e tessituras narrativas que pudessem ajudar a lidar com aquilo que me roubava o chão, a dúvida: como vencer o desafio de comunicar o que nos cala? O que pode ser dito ao presenciar uma criança que, do lado de lá da janela de um restaurante, saliva enquanto observa a comida circulando minuto a minuto pelo salão com destino a mais uma boca que não a sua? Que análise dá conta de expressar o nó na garganta que se forma quando nos deparamos com situações que nos deslocam pela gravidade da injustiça nelas contida?

Em pelo menos dois fragmentos, o filósofo Walter Benjamin (2012a)¹² fala da potência das experiências que nos emudecem. Ele, que falava do contexto entreguerras, destaca o absurdo de uma experiência dilacerante de Primeira Guerra Mundial não ter sido suficiente para refrear o ímpeto pela Segunda, mesmo diante do profundo silêncio com que retornavam para casa os soldados sobreviventes. Silêncio que até hoje nos grita quão desumanos somos.¹³ Quanta barbárie é possível sustentar em nome da civilidade?

¹¹ Crônica publicada no livro: VENAS, Iza; RIBES, Rita. *Infância Crônica*. Rio de Janeiro: NAU, 2019.

¹² Os fragmentos são: “Experiência e pobreza” (p. 124) e “O narrador” (p. 214).

¹³ Guerras, depressão, suicídio: os veteranos dos EUA encontram confronto. Estado de Minas. 13/06/2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/13/interna_internacional,1061664/guerras-depressao-suicidio-os-veteranos-dos-eua-encontram-conforto.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 2012a, p. 124).

É justamente essa mesma lógica (e sentimento) que me provoca na reflexão sobre as crianças que são obrigadas a estar nas ruas. Os soldados que foram à guerra testemunharam tantas atrocidades que se viram numa realidade de esvaziamento dos sentidos da narrativa, ou como forma de sobrevivência ao afetamento emocional da barbárie, ou mesmo porque não encontraram um modo de conseguir materializar por meio de palavras o que viram, escutaram, sentiram, pensaram e choraram.

A experiência do choque, que segue em ritmo e movimento torturantes do ponto de vista das sensibilidades, marca um pouco os encontros que vivi com as crianças que moram, dormem ou ficam nas ruas nessas minhas andanças pelo Rio de Janeiro e também no acompanhamento das gravações do documentário “Endereço”.¹⁴ Experiência do choque porque ao mesmo tempo em que convoca o olhar, implica o espírito e dá nó na garganta, também constitui a paralisia, sobretudo do ato de escrever, uma paralisia mesmo dos modos de busca e achamento dos sentidos sobre os quais se escreve. Uma paralisia que enfatiza a nossa impotência diante do humanamente desumano. O que é possível dizer depois de dar a ver ao leitor, pela escrita, o que eu vejo cotidianamente pela vida? O que mais é realmente preciso dizer?

O contraste entre a casa e a rua me convocou, então, a olhar para essa como uma experiência que não poderia ficar de fora das minhas discussões: a experiência de fazer da rua morada. Foi assim que minha pesquisa, em vez de se concentrar somente nos diálogos quanto à mudança de casa, passou a enfocar também, quase que como “o outro lado da moeda”, as muitas formas de habitar o espaço da casa – tenha ela o formato que tiver. Esse reposicionamento do tema tornou explícito para mim o lugar político que a pesquisa ocupava e o lugar político que ela me convocava a também ocupar, como pesquisadora e como gente.

A partir dessa reorganização, aceitei dois convites que foram determinantes para o que a pesquisa se tornou e também para o que, de certa forma, eu mesma me tornei no interior desse estudo: o primeiro, de participar do I Encontro Nacional dos Sem Terrinha, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e o segundo, de me juntar ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) na condição de educadora da Ciranda, espaço de formação política das crianças. É importante dizer que eu não integrava nenhum dos movimentos antes da pesquisa, o que significou ocupar um lugar específico nos modos de

¹⁴ Dirigido por Mailsa Carla Pinto Passos e Jean-Christophe Houzel. Ainda sem previsão de lançamento.

estar junto desses grupos nos encontros de que participei. Para a pesquisa em si, o envolvimento com esses movimentos fez com que a própria questão da casa reivindicasse para si conotação política.

Entendo que o olhar atento às pessoas que em situação de rua, bem como a aproximação com o MST e o MAB, me despertaram para o salto que a compreensão sobre a pesquisa deu naquele momento, salto que deslocou o tema da mudança no contexto do núcleo familiar e trouxe, como questão, a emergência das diversas lutas por moradia, como ampliação da discussão e desdobramento do próprio processo de mudança de casa. Nesse momento, a moradia, que aparecia para mim como dado – quem se muda, se muda para outra casa –, se tornou questão – afinal, o que se entende por casa? E o que separa os 7,7 milhões de pessoas sem casa dos 7,9 milhões de domicílios vagos no país?¹⁵

O objeto ganhou, portanto, a partir da experiência do coletivo, novas significações, pois se é no deslocamento, em trânsito, que nos constituímos a nós mesmos e percebemos o mundo que nos cerca, é também imbuídos da busca pelo abrigo, a moradia, que empreendemos esse movimento, no interior do processo de mudança de casa. A própria história da humanidade tem início a partir desses dois eixos: mudança e moradia. Das sociedades caçadoras-coletoras até o efetivo processo de sedentarização, seguimos construindo uma trajetória que reveza entre movimento e paragem. Essa é uma dinâmica que começa na busca por melhores condições para a agricultura, a pesca e a proteção, e se desenvolve em direção à procura de emprego e renda, no caso das sociedades modernas e contemporâneas, na lida com as contingências da vida, sejam elas decorrentes de conflitos políticos, sociais, familiares, etc., ou mesmo pelo simples desejo do novo. É essa dimensão de humanidade que ajuda a dar rosto aos números que comumente integram os estudos sobre grupos que se deslocam, pois desnuda que por trás de cada cifra, existem histórias que precisam ser ouvidas.

Quando a pandemia da Covid-19 nos alcançou, forçando o contexto do isolamento social como única opção viável de sobrevivência coletiva – antes mesmo da pesquisa, produção e distribuição das vacinas –, minha pesquisa ainda demandava retorno ao campo para mais conversas, inclusive em movimentos sociais urbanos de ocupação, que me permitissem, de fato, entender a questão da luta por moradia sob a ótica das crianças. Como esse retorno era impossível, foi preciso mais uma vez recalcular a rota da pesquisa, como forma de seguir com o estudo, cumprir os prazos e encontrar, em meio ao caos, pistas para seguir também na luta.

¹⁵ Os dados são da Fundação João Pinheiro e podem ser conferidos no site: <<http://abc.habitacao.org.br/deficit-habitacional-e-populacao-de-rua-crescentes-desafiam-gestao-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

Sinal secreto. Transmite-se oralmente uma frase de Schuler. Todo conhecimento, disse ele, deve conter um mínimo de contra-senso, como os antigos padrões de tapete ou de frisos ornamentais, onde sempre se pode descobrir, nalgum ponto, um desvio insignificante de seu curso normal. Em outras palavras: o decisivo não é o prosseguimento do conhecimento em conhecimento, mas o salto que se dá em cada um deles. É a marca imperceptível da autenticidade que os distingue de todos os objetos em série fabricados segundo um padrão (BENJAMIN, 2012a, p. 271).

Para dar conta dessa nova configuração, foi necessário abrir mão do que eu ainda precisava para contemplar meus objetivos, em termos de produção material, e revisitar o que já existia de registro de campo, procurando identificar que temas apareciam na boca das crianças – e não mais na minha. Ou seja, que questões elas mesmas traziam, evocavam, apontavam e discutiam entre si e com os adultos com quem se relacionavam. Esse movimento trouxe, inclusive, a necessidade de assumir o ônibus como contexto em que a infância também ia convocando atenção, de forma única e totalmente distinta daquela encontrada em outros espaços, com especificidades que demandavam reflexão própria. Foi dessa forma que mais um lócus se tornou visível na análise dos registros de campo. E nessa análise, seja pela recorrência ou pela relevância, o que instituiu caráter de categoria reflexiva foi justamente o que me saltou aos olhos, do material de campo, aqui articulado da seguinte maneira: língua materna; sobrevivência; anestesia e indignação.

A partir desses referenciais, comecei a reler todo o registro material, tentando observar que tessituras eram possíveis de estabelecer entre as diferentes crianças, ou grupos de crianças, com que estive. Esse exercício me permitiu olhar para as crianças como que descoladas dos espaços em que nos encontramos, não na análise da concretude de suas vidas, que demanda essa contextualização, mas especificamente no que de infância lhes assinalava a experiência da luta pelo reconhecimento enquanto sujeitos políticos. Em outras palavras, significou pensar a infância para além de olhar as crianças.

É, então, desses encontros e desencontros que emerge a questão estruturante dessa pesquisa: que dimensões políticas da experiência da infância é possível conhecer na observação das relações sociais que a criança estabelece? Para respondê-la, parto das pistas que se tornam indiciárias de uma forma de estar na vida que demanda sensibilidade para ser chamada também de luta. A proposta é pensar a dimensão política das relações que as crianças estabelecem com os adultos, os espaços, as políticas institucionais, a arte, o trabalho, a vida, a estética, enfim, enxergar a criança como sujeito político nas relações que ela mesma estabelece – e para além daquelas que a ciência política categoriza aos sujeitos –, isso nos diferentes espaços em que estive com elas: o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos

Atingidos por Barragens (MAB), os ônibus, as ruas da cidade do Rio de Janeiro e o espaço da casa.

1.2 O texto da tese

O texto dessa tese, que tem por objetivo chamar atenção à dimensão política da presença e da ação das crianças em lutas que se desenrolam no cotidiano de suas vidas, está organizado em sete capítulos. O primeiro deles, “Itinerários”, busca apresentar ao leitor as crianças responsáveis pela emergência das reflexões aqui trazidas, bem como os contextos nos quais essas reflexões se fizeram presentes e possíveis. Para estruturar essa apresentação, lanço mão de uma estratégia estética que atribui signos visuais a cada criança, como forma de designar sua identidade ao longo do texto, considerando questões éticas quanto à presença e preservação das crianças com quem dialogo. Na abordagem dos contextos, história, memória e linguagem literária dão as mãos na difícil tarefa de resgatar os sentidos de cada espaço enquanto lócus nessa pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado “Abordagens”, tem por objetivo destacar os modos como a metodologia da pesquisa se estruturou, desde as discussões sobre a observação, carro-chefe dessa tese, bem como dos registros possíveis de realizar diante da diversidade dos espaços onde a investigação se desenrolou. Nesse capítulo busco explicitar também a composição estética mobilizada para apresentar ao leitor a sistematização do acontecimento de campo e organizar a escrita da tese em si, trazendo o processo criativo e as obras de Jean-Michel Basquiat como inspirações. A pesquisa como ato político encerra o capítulo, chamando atenção aos entrelaçamentos de vida, arte e ciência.

No terceiro capítulo, “Língua Materna”, tem início a discussão sobre os achados dessa pesquisa, enfatizando a intrínseca relação entre mulheres e crianças na história de lutas que são específicas, embora complementares. Entende-se, a partir das experiências de campo, que a conexão entre mulheridade e infância tem suas raízes justamente na luta contra a opressão exercida por uma convergência de estruturas que faz a busca pela emancipação das mulheres encontrar com a perspectiva política reivindicada pela presença das crianças no mundo. A prática do cuidado é aqui abordada como elemento político, ético e de resistência, na medida em que convoca a reflexão sobre os sentidos da fragilidade do humano e a interdependência que nos conecta uns aos outros.

O quarto capítulo é intitulado “Sobre-vivência” porque busca chamar atenção às estratégias das quais as crianças aprendem a lançar mão na manutenção da própria vida.

Tomando o afeto como elemento de vinculação principal na constituição das coletividades estudadas, é possível afirmar que as crianças vão se apropriando de códigos específicos aos grupos nos quais se inserem, partilhando com eles sentidos comuns que alternam e misturam mimese e constituição identitária. Para além disso, discute-se também a ajuda mútua como prática e característica responsável por garantir proteção contra ameaças externas e, por consequência, historicamente viabilizar a existência humana sobre a Terra.

No quinto capítulo, “(An)estesia”, é abordada a potência da infância como experiência que, na dialética com a adultez, nos chama atenção àquilo que vamos desaprendendo a ver, ou aprendendo a tornar invisível. O debate sobre a *Aithesis* se insere aqui, na medida em que demarca a condição de decidir se deixar afetar pela vida ou seguir anestesiado, entregue à indiferença. Defende-se, portanto, a infância como chave para a crítica a essa indiferença, partindo da explicitação sobre o entrecruzamento de percepções que ela nos possibilita, ou seja, a convergência entre o que vemos da criança, o que ela vê do mundo e o que nos permitimos enxergar a partir do que ela nos mostra. É a mudança de percepção sobre a infância e a mudança de percepção potencializada pela infância que esse capítulo enfoca.

O sexto capítulo, intitulado “Indignação”, demanda a assunção da especificidade da infância como elemento que diferencia o exercício das ações políticas empreendido pelos adultos daquele realizado pelas crianças. Entende-se que a legitimação dessa singularidade é fundamental para a compreensão dos modos como as reivindicações são mobilizadas na infância. A partir daí, discute-se como as crianças se indignam diante das injustiças que testemunham e como orientam sua raiva como emoção que as move também nas relações mais elementares que estabelecem, destacando esse como um processo político por excelência.

No sétimo capítulo, somos todos convidados a “Considerar” a infância enquanto pronome político, reconhecendo a potência de sua coletividade e do deslocamento que ela nos provoca. Os sentidos da luta são aqui resgatados a partir da perspectiva do amor como prática de liberdade. Chegando ao fim da leitura, o que se sobressai das discussões todas talvez seja a percepção de que, para politizar a infância, é necessário educar não as crianças em si, mas o nosso olhar para elas.

2 ITINERÁRIOS

2.1 As crianças

A maior parte dos interlocutores dessa pesquisa foi composta por crianças que não tiveram relação de proximidade comigo, no sentido de já nos conhecermos antes da experiência do encontro, ou de termos algum tipo de vinculação anterior à estabelecida no contexto dessa pesquisa. Essas crianças chegaram até a pesquisa pelas condições de vida que estavam experienciando naquele momento ou, em outras palavras, pelos contextos que ocupavam e pelos quais transitavam.

Também por conta dos próprios contextos em que a pesquisa se desenrolou é importante explicitar que eu não perguntei às crianças como elas se identificam em termos de raça, classe, gênero e outras categorias sociais específicas. Apesar disso, os marcadores utilizados são aqui considerados fundamentais na compreensão do lugar que essas crianças ocupam, sendo, portanto, elementos cuja explicitação se fez indispensável. Assim, ciente da complexidade das discussões em torno das questões de autodeclaração, optei por demarcar aquilo que foi possível saber a partir do que acessei e conheci sobre cada criança em nossos encontros.

Para falar sobre elas nessa tese, opto por aproximá-las, nesse momento, de tais contextos como forma de demarcar os espaços e tempos que lhes trouxeram até a pesquisa. Ao longo do texto da tese, no entanto, ainda que esses contextos estejam implícitos, trarei as crianças a partir de seus atos, como forma de discutir temas que as aproximam na experiência da infância que compõem, para além das especificidades que as constituem. Assim, como forma de identificá-las durante a leitura, cada criança receberá uma imagem, um signo específico que estará presente no início das diferentes seções, formando uma composição de colagem, designando quais crianças alimentaram aquela discussão.¹⁶

Especificamente quanto à identificação dos sujeitos no contexto da pesquisa acadêmica, é preciso recolocar aqui a questão da ética, a fim de viabilizar a presença daqueles de quem não se fala com tanta frequência. Entendendo que a ética é um agir do qual o pesquisador não escapa, é importante chamar atenção ao fato de que as questões de responsabilidade e responsabilização se colocaram a todo momento, pautando cada uma das

¹⁶ Essa dinâmica é mais bem detalhada a partir da p. 89.

decisões de pesquisa, fazendo parte e se fazendo presente ao longo de todo o percurso metodológico como expressão do reconhecimento da criança como um legítimo outro.



Esse menino aparece na pesquisa ocupando o lugar de neto e irmão, além de um grande amigo. Se trata de uma criança negra de nove anos de idade que conheço durante as gravações do documentário “Endereço”¹⁷ e que é categórico quanto a não querer aparecer nas filmagens, embora demonstre muita curiosidade quanto aos equipamentos de audiovisual que a equipe leva no dia. Ele é um menino atento, que sinaliza injustiças em diferentes ocasiões, enquanto conversamos, e que se importa com todos com quem divide a calçada onde dorme. Um menino de sorriso largo, porém tímido.



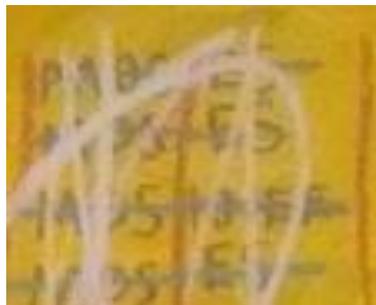
Essas crianças aparecem juntas, embora sejam duas crianças diferentes, muito porque são irmãs, ambas bebês que requerem cuidados específicos da primeira infância. São crianças negras, ela com três meses de vida, ele com dois anos de idade. Ela muito calma, ele cheio de energia. Ela com jeitinho traquina de bebê recém-nascida, ele de riso solto e afetuoso. Os dois irmãos moravam num espaço de 4x2 metros, debaixo de uma marquise na lateral de um restaurante do centro da cidade do Rio de Janeiro, numa habitação improvisada, mas muito bem cuidada pelos pais e pelo guardador de carros que trabalhava na rua em frente, usada como estacionamento. Conheci os dois também durante as filmagens do documentário

¹⁷ Dirigido por Mailsa Carla Pinto Passos e Jean-Christophe Houzel. Ainda sem previsão de lançamento.

“Endereço”. Após o encerramento das gravações, recebemos com pesar a notícia de que as crianças haviam sido retiradas de seus pais e direcionadas a um abrigo.



Essas crianças são um grupo. Um grupo enorme, composto de mais de mil delas. As conheci durante o I Encontro Nacional dos Sem Terrinha, um evento totalmente voltado para a infância construída no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Elas são crianças negras, indígenas, brancas, nordestinas, sulistas, grandes, pequenas e que, em geral, vivem com seus pais nos diferentes acampamentos e assentamentos de todo o país. São crianças que lidam cotidianamente com os afazeres domésticos e laborais dos espaços da casa e do campo como parte de uma organização que é coletivizada e que, desde cedo, aprendem a se posicionar e o fazem de forma orgânica, discutindo tecnicamente questões sociopolíticas e econômicas que são desconhecidas para muitas outras crianças – se não dentro da família, dentro do movimento em si. São crianças que brincam, pregam peças umas nas outras, estudam, passeiam e vão vivendo suas vidas.



Esse é um menino negro de aproximadamente dez anos de idade, bastante alto e esguio. É uma criança com a qual não cheguei a conversar, apenas observei por alguns minutos de dentro do transporte coletivo no dia das crianças, quando me locomovia pela cidade. Enquanto o ônibus levava crianças bem arrumadas para shoppings, circos e passeios comemorativos junto de suas mães, do lado de fora ele estava sozinho, vestido com roupas leves, e mesmo assim suando muito debaixo daquele sol de 40°C. Nas mãos trazia bolinhas de tênis e uma caixa de sapatos revestida com papel de presente, com o que se apresentava a cada fechamento de sinal.



Essa é uma menina negra de quatro anos de idade que eu conheci também durante as gravações do já referido documentário “Endereço”. Muito animada, ela saltita de um lado para o outro durante nosso encontro e está sempre pedindo para brincar de alguma coisa. Quando o almoço chega, no entanto, ela se senta para comer e abre os livros de que tanto gosta. “Vai ser escritora ou professora” arrisca a família. Por enquanto ela segue sendo essa menina de cabelo black estiloso, esperta, curiosa e muito afetuosa.



Essa é uma menina branca de quatro anos de idade que eu acompanho no processo de mudança de casa. Ela e sua família organizam as coisas estabelecendo critérios sobre o que vai para o novo lar e o que fica, ou seja, aquilo que será destinado à doação. Provocada pelo movimento, a menina passa a se perguntar sobre se as coisas pertencem às pessoas ou aos espaços.



Esse é outro grupo de crianças, composto por cerca de quinze delas, com quem tive contato a partir da minha aproximação com o Movimento de Atingidos por Barragens, de que fazem parte. São crianças negras, brancas, grandes e pequenas que vivem entre a Região

Serrana do Rio e a capital, num local que abastece a cidade de muitos artigos alimentícios diferentes movendo milhões de reais por ano para o Estado em produção de frutas, tubérculos e leguminosas. Essas crianças estudam, trabalham com seus pais nas lavouras locais e nas feiras da capital, brincam, se encontram para reuniões e atividades periódicas do Movimento e vão construindo também seu próprio espaço de ação no interior dele, discutindo seus direitos a partir de violações que as ameaçam constantemente.



Esse menino foi outra criança com quem me encontrei no interior de um dos ônibus da cidade e, antes de trocarmos poucas palavras, o observei enquanto dormia num dos bancos daquele transporte. Ele era negro, tinha seus oito anos de idade e estava vestido com roupas bastante sujas. O cabelo desarrumado, a garrafa de guaraná dentro do short e o chinelo arrebitado... Eu não o observava sozinha e esses elementos todos foram suficientes para despertar nos demais passageiros sentimentos conflitantes que se expressaram em olhares paradoxais e falas impiedosas.



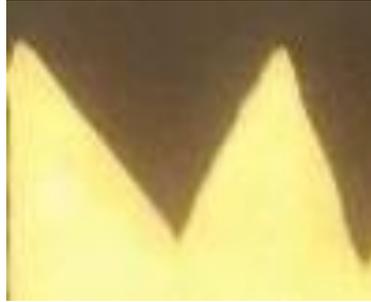
Essas crianças fazem parte de um grupo que já apareceu aqui, mas ocupam dentro dele um lugar específico. São crianças menores, negras, indígenas, brancas, nordestinas, sulistas, que também estão no I Encontro Nacional dos Sem Terrinha, mas que sinalizam uma condição de experiência totalmente diferente das demais: elas têm seu espaço de circulação limitado justamente pela faixa etária. São um grupo menor de crianças de até quatro anos de idade que reivindicam participação efetiva nas oficinas dos “grandes”, enfatizando a existência de dois eventos diferentes no interior desse único Encontro.



Essa é mais uma criança com a qual também cruzei dentro de um ônibus. Ele é um menino negro, franzino, de aproximadamente doze anos de idade que circula com uma mochila cheia de balas, chicletes, chocolates, amendoins, paçocas e pingos de leite, todos devidamente separados em saquinhos cuja unidade varia de R\$1,00 a R\$5,00 reais. Um menino ágil que se vira bem diante da fiscalização dos seguranças da empresa de transporte, esperto ao pedir a ajuda dos colegas para aproveitar o tempo e facilitar as vendas no interior do veículo e também bastante carismático na propaganda dos seus produtos. Um grande vendedor que, ao guardar os doces na mochila, aproveita para observar detidamente o discurso de venda do colega que segue o comércio dentro do ônibus.



Essa é uma dupla composta por duas amigas, uma branca e outra negra de pele clara, que se conhecem há alguns anos e que dividem uma experiência bastante singular: uma delas, com dez anos de idade, está se mudando para a casa de onde a outra, de sete anos, acaba de sair. Assim, as amigas dividem histórias, memórias, expectativas e afetos sobre esse mesmo espaço, deslocando seu significado a cada movimento que fazem, como num caleidoscópio que se altera a cada giro.



Essa é outra dupla composta de dois amigos, uma menina branca de pele clara de quatro anos e um menino branco de cinco, que moram com suas mães, duas mulheres que dividem um mesmo apartamento. Os conheço ao acompanhar o processo de mudança de casa da família, num movimento de fechar as caixas que traz consigo um rememorar das experiências abastecido pelos objetos que são cuidadosamente acomodados nelas. Enquanto a menina me conta suas histórias mais afetuosas, o menino as esconde de mim, reivindicando sua privacidade.



Essas são duas irmãs negras muito pequenas, ainda bebês. Meu contato com elas se deu através do vidro das janelas de um ônibus, do qual avistei sua moradia, construída com três caixas de televisão de 50 polegadas que ficavam encostadas na marquise de um restaurante aparentemente falido, de fachada gasta e portas enferrujadas. A fragilidade arquitetônica da casa contrastava com a solidez do carinho com que a mãe dobrava as roupas das crianças. Choque e sensibilidade.

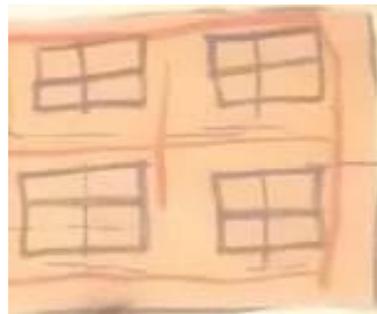


Esse é um menino negro, morador de um assentamento no Estado do Rio de Janeiro que estava participando do I Encontro Nacional dos Sem Terrinha. O motivo pelo qual ele

ganha uma descrição individualizada, para além do coletivo do qual faz parte, diz respeito ao fato de ter protagonizado um protesto pessoal, durante uma das mobilizações programadas pelo Movimento, quando perguntou a um dos seguranças da Esplanada dos Ministérios se o presidente estava presente e era possível pedir que viesse recebê-lo “rapidinho”.



Esse menino branco de aproximadamente 10 anos de idade, vestido com roupas de marca e trazendo consigo uma sombrinha estampada com os personagens do filme Toy Story, chama minha atenção quando, andando pela rua, o encontro parado em frente a mais uma casa feita de papelão. Seu olhar mistura curiosidade e estranhamento, sendo quase possível ler as inúmeras perguntas que passam em sua cabeça ao perceber que aquela se trata da moradia de outra pessoa que, como ele, também tem 10 anos de idade.



Essa menina faz parte de um movimento social, mas também ganha nomenclatura individual nessa tese ao protagonizar uma das mais bonitas e paradoxalmente tristes cenas que presenciei ao longo dessa pesquisa. Olhando o rio que passa atrás de sua casa, a menina expressa a dor da dúvida sobre até quando aquela paisagem fará parte de seu cotidiano, afinal, sua casa faz parte de um projeto grandioso que historicamente é usado como subterfúgio para a destruição de uma de vidas e memórias.

2.2 Os contextos



2.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Seja como for, os deserdados da terra alimentam a esperança de melhores dias...

Sebastião Salgado

O MST é herdeiro da história que revisitamos no início dessa tese, uma história que todos conhecemos e que insiste em se repetir: a história da violação dos direitos humanos fundamentais de viver, de produzir sustento, de morar, de acessar saúde e educação de qualidade... Uma história que distribui igualmente o sofrimento sobre os sujeitos empobrecidos e miserabilizados, ao passo em que vai tornando coletivos os sentidos da própria luta. É por isso que, desde seus primeiros passos, unem-se em torno do Movimento posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores, etc.

As ocupações de terras se tornaram metodologia de luta do MST desde a sua institucionalização, na década de 1970, como “ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo”.¹⁸ A partir daí, três passaram a ser os objetivos em torno dos quais se sustentou sua ação: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças

¹⁸ “O embrião do MST”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/#:~:text=O%20Embri%C3%A3o%20do%20MST,a%20terra%20C%20bem%20da%20natureza.>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

sociais no país”.¹⁹ Em meados da década de 1980, as ocupações se alastram como rastro de pólvora sobre diferentes Estados do país, começando por Santa Catarina. Após vinte e um anos de regime ditatorial, o país vivia um período de esperança, sobretudo para os trabalhadores rurais, já que não havia sequer um partido, na época, que não falasse em Reforma Agrária. No entanto, o próprio Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), do Governo Sarney, que tinha por objetivo assentar 1,4 milhão de famílias, fracassou, cumprindo apenas 6% das metas. Ficou a certeza: “aprendemos que os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado suas melhores ferramentas de repressão ou omissão”.²⁰

No jogo político de “vai, não vai” que marca a história dos embates em torno da Constituinte de 1988, a inserção de artigos que garantiam a desapropriação de terras que não cumprissem sua função social tornou a Constituição símbolo de concretização de uma esperança depositada nas narrativas apaixonadas que historicamente circulavam quanto à necessidade da Reforma Agrária no país... concretização que, no entanto, foi solapada pela aprovação da Lei Agrária, durante o governo Collor, que impediu as desapropriações previstas na Constituição.

Não bastasse o triste golpe desferido pelas vias da legalidade, o Movimento sofreu nesse momento dois dos maiores massacres da segunda metade do século vinte, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro deles foi Corumbiara (1995), ocorrido em Rondônia, onde a Polícia Militar, o Comando de Operações Especiais e homens armados, descumprindo acordo que já previa a desocupação da área por parte dos acampados, iniciaram um violento confronto contra as famílias em nome da reintegração de posse da Fazenda Santa Elina.

“O que ficou bem claro da apuração em torno dessa questão é que se tem dois momentos: o primeiro é um enfrentamento entre os policiais e os sem-terra. Depois, quando acaba a munição dos sem-terra, os policiais protagonizam um episódio bárbaro, com torturas e homicídios”, conclui [o jornalista] João Peres.²¹

Houve tanta covardia no ataque, que o próprio Ministério Público classifica o caso como uma chacina, que ceifou a vida de nove Sem Terra, entre eles uma criança de sete anos de idade, Vanessa dos Santos Silva, que fugia de mãos dadas com a mãe.²² O segundo dos

¹⁹ “Surge o MST”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

²⁰ “Surge o MST”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

²¹ FRANCO, Guilherme. “Corumbiara: um massacre que diz muito sobre o Brasil”. Revista Forum. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/semanal/corumbiara-um-massacre-que-diz-muito-sobre-o-brasil/>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

²² “Massacre de Corumbiara”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/94-95>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

massacres citados, e talvez o mais conhecido pela repercussão internacional e pelas consequências políticas, foi o de Eldorado dos Carajás (1996), no Pará, no qual dezenove trabalhadores rurais foram assassinados pela Polícia Militar enquanto acampavam na rodovia, depois de uma marcha de sete dias rumo a Belém. O objetivo do Movimento era chegar à capital para cobrar, além do cumprimento do acordo de fornecimento de alimentos e remédios, firmado pelo presidente do Instituto de Terras do Estado do Pará, a desapropriação, prevista na Constituição, da Fazenda Macaxeira, por eles ocupada em Curionópolis (PA).²³

Quase 300 policiais armados com escopetas, metralhadoras, fuzis e revólveres investiram contra os acampados, que resistiram usando paus e pedras. Após duas horas de enfrentamento, 19 sem-terra foram mortos e mais de 50 ficaram feridos. Dezenas de lavradores foram presos, espancados e humilhados. Nenhum policial morreu.²⁴

Os dezenove mortos na hora do massacre tornaram-se vinte e um, dias depois, quando outros dois trabalhadores rurais morreram em decorrência dos ferimentos sofridos.²⁵ Vale lembrar que o atual presidente do Brasil evocou a memória do massacre de Eldorado dos Carajás como forma de angariar votos de fazendeiros e policiais, além de somar *likes* de pessoas desinformadas ou desumanizadas nas redes sociais, aumentando o contingente dos que confundem história com opinião, direitos com regalias e política com futebol. Vale lembrar também que esse mesmo presidente, ao editar mais de vinte atos alterando regras sobre armamentos, facilitou as cenas de violência no campo, sobretudo diante da vulnerabilidade social dos trabalhadores rurais.²⁶ Assim, além de atropelar por completo os trâmites democráticos, esses atos – que nada têm a ver com autoproteção, até porque garantir segurança é dever do Estado – têm como objetivo não só expandir uma indústria sem muito lastro no país até então, a armamentista, mas também desenhar um alvo nas costas daqueles que constroem os movimentos por reforma agrária e demarcação de terras.

O debate pela demarcação de terras ganhou novos contornos com a aprovação do Projeto de Lei 490/2007 na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que agora segue para o plenário. A PL transfere do Executivo para o Legislativo a função de demarcar terras indígenas, além de ferir diversos direitos previstos na

²³ “Eldorado dos Carajás” Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/96>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

²⁴ “Polícia massacra em Eldorado dos Carajás”. Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/policia-massacra-em-eldorado-dos-carajas>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

²⁵ “Eldorado dos Carajás” Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/96>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

²⁶ DEUTSCHE WELLE. Como Bolsonaro vem atuando para facilitar o acesso a armas. 27/08/2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-bolsonaro-vem-atuando-para-facilitar-o-acesso-a-armas/a-54715225>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Constituição, como o usufruto das terras demarcadas, que serão abertas a empreendimentos do agronegócio, mineração, hidrelétricas, etc., e a criação do marco temporal, que determina como terra indígena apenas aquela demarcada até 1988, deslegitimando demarcações posteriores e inviabiliza novas demarcações.

Massacres como os de Corumbiara, Eldorado dos Carajás e o das comunidades indígenas nunca deixaram de acontecer em nosso país, que tem sua história alicerçada numa disputa de terras que rouba, estupra e mata desde 1500, numa violência que se alimenta de trucidar os mais pobres – depois de explorar toda a sua potência de vida – e na desigualdade social que assegura boa vida aos “senhores” desde a criação das capitâneas hereditárias. É justamente por isso que o MST e tantos outros movimentos de reivindicação da terra e de contestação da organização socioeconômica existem,

A semente para o surgimento do MST talvez já existia quando os primeiros indígenas se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master? Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade.²⁷

Ainda sob o governo de FHC, a prática de “clonar” assentamentos, ou seja, nomear como seus assentamentos criados em governos anteriores ou mesmo governos estaduais, gerou grande confusão, inclusive para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que teve dificuldades para contabilizar quantos assentamentos foram, de fato, criados. Na disputa discursiva, FHC segue afirmando ter realizado a maior Reforma Agrária do país. Na prática, o fim de políticas de crédito especial para a Reforma Agrária e assistência técnica prejudicou em muito as famílias já assentadas, intensificando seu empobrecimento.

Da década de 1990 para cá, o próprio uso da terra se transformou, de modo que a exploração dos recursos, do meio ambiente e do trabalho se estruturaram com financiamento público, permitindo a ascensão de um complexo e lucrativo sistema, o agronegócio. Assim, cada vez mais, tornava-se explícito para o Movimento que a base da luta não se calcava apenas na concentração de propriedade, mas também no modo de produção e no modelo de sociedade defendidos. Com a expansão do agronegócio, o capital estrangeiro, as transnacionais e os grandes grupos econômicos, a agricultura no país se modificou

²⁷ “Nossa história”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

radicalmente, focando no modelo centrado nas exportações e tornando insustentável o discurso da Reforma Agrária como manobra política por parte dos governos.

Foi a partir daí que a reestruturação da concentração de terra no Brasil e do modelo de produção e consumo tornou-se bandeira na defesa dos modelos de sociedade que se levantavam: de um lado os projetos da pequena agricultura, voltada para produção de alimentos para consumo interno, e do outro o agronegócio, que faz de nós ainda uma colônia, ao conclamar a monocultura e a exportação como bases da economia nacional.²⁸ A Reforma Agrária, de questão campesina, passou então a se situar no debate sobre uma nova organização de economia, renda e trabalho, o que significava pensar uma arquitetura política disposta a romper com toda uma tradição de produção alienada e alienante. Assim, como compromisso socioeconômico, o MST apresenta um programa agrário,

[...] que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica. Neste sentido, o MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude.²⁹

Minha aproximação do MST se deu a partir do convite de uma amiga que faz parte do Movimento e que me chamou para compor o grupo de educadores que atuaria no 1º Encontro Nacional dos Sem Terrinha, um evento articulado pelo MST que aconteceu em julho de 2018 no Parque da Cidade, em Brasília. Considerado o maior parque urbano da América Latina, esse espaço abrigou, durante quatro dias, mais de mil e duzentas crianças dos diferentes assentamentos e acampamentos espalhados pelo país em torno de atividades culturais, esportivas e políticas.

Crônica 3 - Cai cai balão

Ao término do encontro, balões iam caindo do céu como se as próprias estrelas tivessem se pintado de diferentes cores e se lançado à terra só para ver, refletido nas pupilas das crianças, seu próprio brilho.

Apesar das diversas chamadas feitas ao microfone, quando finalmente a corda que

²⁸ “Disputa entre dois modelos agrícolas”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

²⁹ “A Reforma Agrária Popular”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/hoje>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

segurava os balões no céu se rompeu, as crianças simplesmente ignoraram a advertência e se puseram a pular em cima dos balões como se eles fossem, de fato, raras estrelas cadentes, daquelas que quando caem dos céus convocam pedidos tão incrédulos, quanto esperançosos.

Segundos depois, o som de “cai, cai balão” seguia ecoando por todo o parque. Aos poucos, uma imensa roda, a última que nos uniria naquele tempo e naquele espaço, foi se formando. Nesse momento, quando as instruções ao microfone cessaram, pudemos ter certeza de que o que nos unia era justamente as estrelas caídas e os pedidos desperdiçados.

Em inúmeras culturas, sobretudo as de origem africana e indígena, a roda ganha destaque como espaço de manutenção da história e da memória através da partilha dos códigos de significação do grupo. Um espaço de reafirmação e resistência que se sustenta no coletivo e que garante, na comunhão, a continuidade de uma luta que se trava pelo direito à própria existência. Espaço vivido nas mais de quarenta oficinas realizadas durante o encontro dos Sem Terrinha que, sem orientação prévia da direção, acabaram adotando como composição estética e relacional a roda – o que facilmente era percebido por quem, como eu, circulava por entre as atividades oferecidas.

Na comemoração dos 34 anos do MST, Ayala Ferreira, dirigente nacional do Movimento pelo estado do Pará, e Kelli Mafort, dirigente nacional pelo estado de São Paulo, trouxeram a poesia de Drummond, “Mãos dadas”, para enfatizar os sentidos desse estar junto no interior das mobilizações que marcam a existência do MST e que desenham como legado histórico a continuidade da contestação coletiva.³⁰

Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças
Entre eles, considero a enorme realidade
O presente é tão grande, não nos afastemos
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes
A vida presente!

³⁰ FERREIRA, Ayala; MALFORT, Kelli. Parabéns MST pelos seus 34 anos. **MST**. 24/01/2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/01/24/parabens-mst-pelos-seus-34-anos.html?fbclid=IwAR2W9lrXaeSJe_xY1IVaHcmsefcPKtI_K-EdDWI0wZ8gZ9If6LVOINrSMac>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Entender a roda como essa partilha de um mesmo propósito, de reafirmação do que dá liga ao Movimento me possibilitou compreender melhor o momento da mística (CALDART et. al., 2012, p. 473), que dentro dos movimentos populares se insere justamente como experiência em que os sentidos da luta se intensificam, se revigoram e são reassumidos no coletivo. Para além da roda, estar no 1º Encontro Nacional dos Sem Terrinha me possibilitou também perceber como a organização dos espaços respeitava regras próprias ao “viver junto” dos muitos assentamentos e acampamentos de onde vinham as crianças. Na dinâmica do encontro, todos faziam tudo: arrumar os alojamentos, lavar a louça, recolher o lixo, organizar os que são menores que você, seguir a ordem para o banho e a refeição, respeitar as quantidades, sabendo que somente assim há comida para todos, marcar a duração das atividades, para que o ritmo temporal seja compreendido pelo grupo... Absolutamente todos, dos quatro aos doze anos de idade, tomavam parte nas tarefas, que tão bem se equilibravam no movimento das brincadeiras, das artes, das criações e das lutas ali proposto.

2.2.2 Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!

A história do MAB tem início a partir da articulação dos atingidos, ainda na década de 1970, quando uma profunda crise energética impulsionou a busca por fontes “renováveis” de geração de energia. No Brasil, essa busca foi encabeçada pela Eletrobrás, que desenvolveu estudo detalhado do potencial hidrelétrico de nossos rios. Para atrair capital externo, o país foi cumprindo uma série de exigências, feitas pelas empresas eletrointensivas (alumínio, ferro-liga, etc.) no tocante às adequações estruturais, o que colocou o Estado brasileiro como principal financiador da construção das hidrelétricas. No entanto, sem uma proposta de indenização justa, milhares de famílias que viviam na beira dos rios foram expulsas de suas terras e de suas casas.³¹

Diante da insatisfação com o desamparo estatal, foram se formando pequenos grupos de resistência nos locais onde as obras tinham início. Esses grupos reivindicavam, num primeiro momento, indenização adequada ao ato de remoção. Com o tempo, a discussão foi se

³¹ “Final da década de 70: os primeiros passos”. Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ampliando no interior do movimento para a concepção de que a construção das hidrelétricas incorria em violação de direitos, sobretudo o de continuar na terra. Nesse sentido, a indenização devia garantir que as famílias agricultoras pudessem seguir vivendo da maneira como sabiam: produzindo seu próprio alimento. A organização em comissões possibilitou não apenas o amadurecimento do Movimento, fortalecendo as pautas e ampliando a concepção de direito dos atingidos, mas também gerou conquistas importantes, como foi o caso dos atingidos pela Usina Hidrelétrica Itá (UHE ITÁ) que, através da luta, garantiram a construção de reassentamentos coletivos em 1987. Esse acordo “é uma referência até hoje para a luta por reassentamentos nas várias regiões onde os atingidos estão organizados”.³²

Na década de 1990, diante da privatização do setor de energia elétrica, fruto do projeto neoliberal adotado pelo governo brasileiro, as lutas dos atingidos se tornaram ainda mais árduas, já que “grandes empresas do setor energético, mineradoras, papelarias, grandes bancos passaram a ser donos das barragens”.³³ Na virada do século, diante do avanço do capital privado, o Movimento intensificou a denúncia do modelo energético predatório que viola direitos básicos, precariza vidas e não se responsabiliza pelos danos causados ao meio ambiente.³⁴ Prova disso é o recente caso de rompimento de barragem que vivemos no país, na região de Brumadinho, Minas Gerais, que nos lembra que barragem não se relaciona apenas ao setor de energia elétrica, mas também ao de mineração, que há séculos explora terra, trabalho e vidas mineiras.³⁵ Assim, a luta dos atingidos passa da água para a lama tóxica tão rápido quanto os rejeitos tomam comunidades inteiras no que se chama, nos noticiários, de acidente, mas que sabemos: é crime e pura negligência!

Minha inserção no MAB tem início quando aceito participar do Movimento a convite de uma amiga que me chama para contribuir como educadora com a Ciranda Infantil de Guapiaçu, na região serrana do Rio de Janeiro. A Ciranda é um espaço de formação política das crianças, em que as discussões caminham lado a lado com os temas em torno dos quais os encontros dos adultos se organizam. A ideia é que as crianças acessem o conhecimento

³² “A criação das comissões regionais de atingidos”. Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

³³ “A onda de privatizações e a organização internacional dos atingidos”. Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

³⁴ “Novas perspectivas na virada do século: mais luta popular”. Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/5-novas-perspectivas-na-virada-do-s-culo-mais-luta-popular>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

³⁵ “Brumadinho (MG): um novo crime anunciado”. Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/brumadinho-mg-um-novo-crime-anunciado>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

mobilizado pelos adultos do Movimento a partir de uma linguagem que atenda as especificidades da infância, e que possam incorporar ao Movimento temáticas e demandas próprias.³⁶

Especificamente sobre o lugar ocupado pelo MAB do Guapiaçu, é importante destacar que a construção de uma barragem no rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu (RJ), é um projeto antigo, do qual se fala pelo menos desde a década de 1980, e que foi resgatado pela Petrobrás como projeto de compensação socioambiental para o licenciamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) – exigência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) que estabeleceu como critério a captação de novas formas de fornecimento de água para o leste metropolitano do Rio de Janeiro. Como projeto que visa compensar impactos socioambientais, a barragem de Guapiaçu acaba se apresentando, na verdade, como novo vetor de novos impactos socioambientais – mesmo porque já é comprovado que a construção de barragens é considerada destrutiva ao meio ambiente.³⁷

O projeto, que pode atingir diretamente três mil pessoas e incidir diretamente sobre uma cadeia produtiva de quinze mil agricultores, é considerado, pela Associação de Geógrafos Brasileiros, o mais prejudicial do ponto de vista dos seus impactos sociais e ambientais.³⁸

De acordo com o projeto, a região a ser alagada equivale a dois mil hectares (dois mil campos de futebol) e, embora prometa aumentar em 70% a capacidade do sistema responsável pelo abastecimento de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá, diversos estudos comprovam o contrário. O que, a princípio, parece um bom negócio, se apresenta como um péssimo projeto até mesmo em termos econômicos, já que a área a ser alagada move milhões de reais por ano para o Estado em produção de frutas, tubérculos e leguminosas – aproximadamente R\$ 8,10 milhões/ano em aipim e R\$ 2,31 milhões em milho verde.³⁹

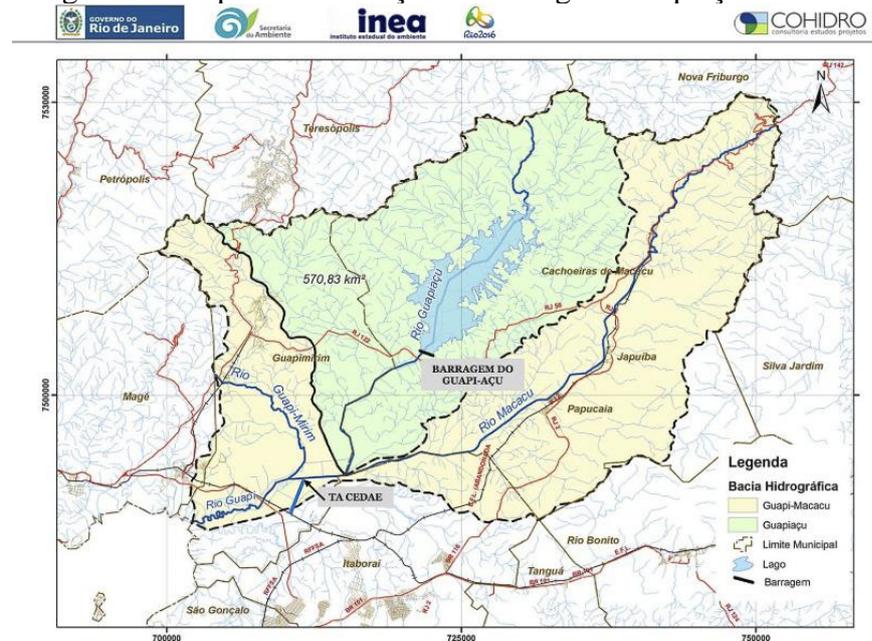
³⁶ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. As crianças atingidas por barragens e a Ciranda Infantil. São Paulo, abril de 2017.

³⁷ “Guapiaçu, um Rio de Janeiro Ameaçado”. Um filme de: Bruno Ferrari, Guilherme Weimann e Vinicius Denadai. Realização: Movimento dos Atingidos por Barragens. Cooperação: Heinrich Böll Stiftung. Apoio: Fase e Associação dos Geógrafos Brasileiros. Trilha Sonora Original: Moura e Jairo Crespo de Alancântara. Duração: aproximadamente 23 min. Legendas: Português, Espanhol e Inglês. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?list=UU3UDbLgGfCfxiHDc7m8faQQ&time_continue=1201&v=0VjZ6ro6BCk>. Acesso em: 22 jun. 2020.

³⁸ “Guapiaçu, um Rio (de Janeiro) ameaçado”. Le Mond Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/tv/guapiacu-um-rio-de-janeiro-ameacado/>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

³⁹ ALENCAR, Emanuel. “Guapiaçu: precisamos falar sobre a barragem”. O Eco. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/emanuel-alencar/guapiacu-precisamos-falar-sobre-barragem/>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Imagem 5 – Mapa de localização da Barragem Guapiaçu



Fonte: INEA/SCOM, 2015.

Em relação aos atingidos, vale dizer que os números são bastante controversos, mas o Sindicato dos Trabalhadores e Produtores Rurais de Cachoeiras de Macau e o próprio Movimento dos Atingidos por Barragens estimam que a construção desalojará mil pessoas e deixará mais duas mil sem emprego. Portanto, além da implicação ambiental da construção da barragem, há ainda a questão da propriedade de terras, já que a maior parte das famílias não possui títulos legais, e do reassentamento, pois várias famílias foram deslocadas para a região nas décadas de 1950 e 1960 por conta de projetos de colonização realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Diante desses atravessamentos todos, da mísera indenização de R\$5 mil por hectare oferecida pelo governo às famílias (que, em geral, possuem 3 hectares cada), e do fato de não haver qualquer garantia sobre a resolução do problema de abastecimento da região metropolitana, em 2015 os agricultores da região apresentaram uma proposta de menor impacto socioambiental, considerando também estudos quanto ao volume e qualidade da água. A alternativa prevê, dentre outras ações, a preservação e replantio da mata ciliar, a fim de aumentar a vazão do rio, e a ampliação do número de locais de captação de água, de um para três, entendendo que é preciso recuperar o meio ambiente e permeabilizar o solo para

aumentar a água na bacia, afinal, “se barragem resolvesse o problema, o Cantareira estaria cheio”.⁴⁰

O processo de remoção das famílias atingidas na região tornou-se um fantasma que paira sobre suas vidas, ameaçando não apenas a memória dos que ali moram há décadas, mas também o próprio sustentáculo econômico de Guapiaçu e desses núcleos familiares. O tempo na região se arquitetava no medo de, a qualquer momento, ter de deixar o lar e o trabalho para que, no espaço habitado de tantos significantes, se construía uma hidrelétrica comprovadamente ineficaz ao pleno abastecimento do leste metropolitano do Rio.

Crônica 4 - A menina

À primeira vista, uma represa é só uma represa. Água e mais água, delimitada pela estrutura de uma barragem que desenha suas fronteiras e de comportas que ditam o ritmo de suas correntes. Ora a potência de um repuxo que impulsiona a água para fora, ora a calma de uma grande piscina que aguarda o momento certo de se rebelar.

Submersa em toda a barragem há, porém, a memória de um rio por ela violentado. É quando a água devolve à imensidão do concreto sua face mais cinzenta, lembrando das quedas e cachoeiras que morreram afogadas e das matas ciliares desenraizadas, que forçam um voo sem pousos às aves que migram. As comportas que regulam a entrada e a saída de água demarcam, então, a degradação de um rio tragado pela técnica humana, que passa a correr o curso de sua vontade e a pagar o preço de sua ganância.

Antes que a barragem, monumento de barbárie que se quer mensageiro do progresso, soterrasse também a história de toda uma região, trabalhadores rurais se levantam para defender seus direitos sobre a terra da qual, por gerações, fazem a própria vida. Na construção coletiva dos sentidos em disputa, as crianças redesenham as perspectivas desse estar junto na tentativa de nomear a espera, que reveza com a expectativa o tempo da vida. A menina cujo rio passa no quintal de casa, que cresceu acompanhando os ritmos de cheia e as vazantes, cunhando sua identidade no movimento cotidiano da natureza, agora lhe lança um olhar que pactua com as águas a decisão de fazer seu próprio tempo.

A perspectiva de um tempo sentido como suspensão da vida, como um hiato que se finca no cotidiano a partir de um evento específico – aqui a determinação da remoção – é

⁴⁰ VIEIRA, Isabela. “Agricultores apresentam projeto para substituir barragem no rio”. EBC. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-02/agricultores-apresentam-projeto-para-substituir-barragem-no-rio>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

abordada pelas pesquisadoras Adriana Vianna e Ângela Facundo (2014, p. 49) na leitura de documentos que tratam duas situações específicas: o assassinato de moradores da favela e as solicitações de refúgio. Essa espera “minúscula do dia a dia”, para quem aguarda a tramitação de uma burocracia sem fim para acessar o simples direito de ser, em contextos nos quais a identidade é disputada na própria semântica – o que é um favelado? O que é um refugiado? Quem cabe nessas categorias? –, é narrada a partir de duas imagens bastante dialéticas: a da castração e a da casa desabando.

A primeira, proferida por um solicitante de refúgio, nos traz o nítido sentido da mutilação, a subtração de parte de si provocada por um outro que não hesita em arrancá-la (VIANNA; FACUNDO, 2014). Além disso, a mutilação relacionada à castração tem por finalidade tolher o ímpeto sexual do sujeito, a potência criativa e reprodutiva que, na psicanálise, por exemplo, é lida como pulsão de vida. A segunda imagem, trazida pela irmã de um homem morto pela polícia na favela, se aproxima também dessa perda de algo que diz de nós, no âmago, mas que traz a ideia da impotência de modo ainda mais incisivo ao enfatizar que a casa não está desabada, mas desabando (VIANNA; FACUNDO, 2014). Não está em ruínas, mas sendo arruinada. A sensação, portanto, é de estar assistindo ao arrasamento de si mesmo sem que se possa fazer algo para impedir. Ambas as imagens denotam o estado de extrema fragilidade em que pessoas postas à margem se encontram.

Sustentar a espera no tempo presente significa, então, reiterar continuamente o valor da verdade contida no tempo passado [...] O descaso ou má fé experimentados no presente são combatidos com esse estofamento moral constituído através da re-narração de si mesmo e de sua trajetória. Mas, também, com a afirmação, sempre que possível, na confiança em um tempo futuro melhor. Esse, porém, se apresenta como incógnita durante a espera. Afirmar a confiança nele é um ato de fé que pode ou não se confirmar, o que faz da espera uma forma peculiar de temporalidade, cujo sentido pleno só poderá ser dado a posteriori, quando será transformada na narrativa épica da superação das adversidades ou no relato melancólico das desconsiderações e derrotas acumuladas (VIANNA; FACUNDO, 2014, p. 49).

É no entrecruzamento de passado e futuro, flexionados pela ação presente no hiato da espera, que a superação dessa suspensão é possível, mesmo como utopia. Na linha tênue que delimita dor e esperança, não numa relação fronteira em que ambas não se tocam, mas numa relação de limiar em que, de tão bamba, a corda pende ora para um lado, ora para o outro. Pensar os modos como esse tempo vai sendo experienciado pelos sujeitos abre, então, a possibilidade de compreensão dos afetos postos nesse contexto que as crianças atingidas por barragens vivem.

2.2.3 A casa

A indissociabilidade identitária de corpos e espaços emerge como discussão nessa tese por duas vias, a primeira justamente devido à escolha de ter deslocado as crianças dos espaços onde o encontro com elas aconteceu, como forma de enfocá-las pelo que de político elas trouxeram em seus atos, colocações, olhares, etc.; e a segunda por conta de ainda assim julgar necessária a consideração desses lócus como o que permite a essas crianças serem e se constituírem como as pessoas que são.

O geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) ao falar da relação entre os corpos e os espaços, destaca que a experiência de organizar os espaços parte da experiência de habitar o corpo, de tomar consciência de si e de posicionar o mundo de acordo com referenciais da sua própria materialidade. “O homem é a medida” (TUAN, 1983, p. 50), o que significa dizer que se coloca no centro da organização que faz dos espaços dos quais se apropria. Sendo a medida, esse espaço se esgarçará para organizar o homem em relação ao outro, de modo que se eu estou aqui, ele está lá.

Assim, a dinâmica do espaço é constituída pelos corpos que nele se estabelecem, mas da mesma forma é esse espaço que constitui e organiza identitariamente esses corpos. O arquiteto Juhani Pallasmaa (2017) vai insistir nessa concepção ao enfatizar que, no ato de ocupar um espaço enquanto moradia, a casa, o habitante estabelece uma dupla relação com ele: a de intercâmbio e a de extensão. Dessa forma, por um lado, o habitante se acomoda no espaço “e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão do seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental” (PALLASMAA, 2017, p. 07).

Portanto, além da dimensão social, esse espaço habitado atua como eixo organizador do eu para mim. Não à toa, mesmo em situações de deslocamento forçado, como quando esconder-se é condição da sobrevivência ao holocausto, por exemplo, é comum identificar tentativas de tornar seu o espaço do esconderijo, da exceção, do horror. Anne Frank, a menina judia que ficou conhecida por seu diário, tinha coladas na parede do que passou a ser seu quarto, no esconderijo em que ficou com a família em Amsterdã no contexto do regime nazista, fotos e imagens do quê e de quem gostava. Da mesma forma, seus pais seguiram marcando nas paredes da nova habitação o crescimento das filhas. O estético que marca a contrapartida do horror, mais em tensão que em síntese, é justamente esse esforço que a vida processa de encontrar um jeito, de criar uma forma, de resistir. Essa estética talvez marque a busca realizada por todos nós, ainda que inconscientemente, de dar sentido ao caos da vida, o

que também se evidencia na dialética entre a casa e a rua – e mesmo quando a rua se torna casa.

Imagem 6 – A rua e a casa



Fotografia reproduzida em postagem no Facebook. 2017. Fonte: <https://www.facebook.com/>

Imagem 7 – 102: uma casa na calçada



Fotografia de Mailsa Passos. Arquivo particular.

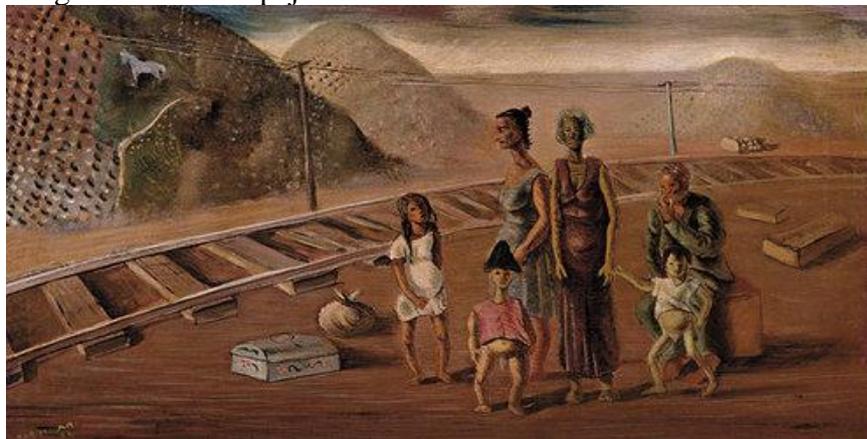
Se o corpo organiza o espaço (TUAN, 1983) impregnando-o de subjetividade, a ponto de se tornar esse mesmo espaço uma exteriorização do eu que o habita (PALLASMAA, 2017), então, o que se pode de fato afirmar na correlação das forças que demarcam a tensão entre a casa e a rua? Que subjetividades vemos ou invisibilizamos quando os corpos que habitam a rua reorganizam o espaço público, transformando-o em casa?

Crônica 5 - Casa

O espaço da casa constitui nosso primeiro universo, real e simbólico, que borda na materialidade de nossa existência os sentidos que nos alimentam de vida e que significam o que nos cerca. E isso independe do formato que a casa tenha, ou do material que lhe alicerce. Fato é que ao passo que lhe estruturamos, vai a casa também nos estruturando, nos acolhendo e, nesse movimento, nos devolvendo a compreensão de quem somos no mundo. O exercício de morar é, então, o exercício de criar um universo e de ser por ele (re)criado.

Como espaço de acolhida do ser, que confere sentido a quem se é, nos acolhendo e sendo por nós acolhido de volta, a casa diz de nós, mas que também nos diz quem somos. Por isso mesmo, essa acolhida é física e material, mas também emocional e sensível, na medida em que historicamente fomos aprendendo a fazer da casa lar, ou seja, local onde se acende o fogo, onde ancestralmente se realiza a partilha de histórias e memórias e onde se tecem laços e afetos. A casa como um espaço que se deixa para trás, no passado, em processos de deslocamento, mas também o espaço em que se começa a desenhar o desejo, encharcado da expectativa de um acolhimento e reconhecimento futuros, uma vez que habitar é preciso. Um movimento de construção ontológica, portanto. Diante dessa constituição mútua entre ser e espaço, quão injusto é ver arrasado todo o seu universo em contextos de remoção, despejo, desapropriação?

Imagem 8 – Os Despejados



Cândido Portinari. 1934. Fonte: <http://www.portinari.org.br/#/pagina/candido-portinari/cronologia>

Pensando nos sentidos possíveis da experiência vivida no processo de perda da casa – que aqui aparece como horizonte de expectativas nos espaços em que vivem muitas das crianças dessa pesquisa –, o pintor Cândido Portinari dá contornos que permitem tornar

visíveis as tantas histórias que se repetem na correlação de corpo e espaço, adensando esteticamente nossa reflexão sobre como nos constituímos de tudo o que nos cerca – o que também implica pensar como nos encontramos afetivamente na experiência da perda.

Imagem 9 – Incêndios



Agência O Globo. 1957. Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/21650322-9f7-1d2/imagemVerticalFotogaleria/favela.jpg>

Quais são os efeitos que o espaço gera nos corpos, da materialidade da casa à materialidade de nossa própria existência, na carne de nossa vida? Que sentidos emergem, então, da experiência do atentado à morada, como aquele sofrido pelos moradores da favela da Praia do Pinto, que mesmo depois de 50 anos, segue tendo o incêndio que a destruiu nomeado de “suspeito”?⁴¹ Que subjetividades desmoronam junto das cinzas e dos escombros da terra arrasada?⁴²

Essa relação tão intrínseca e por vezes simbiótica é trazida à concretude estética também em duas outras obras: através da exposição “O Corpo é Casa”, do artista austríaco Erwin Wurm; e por meio do filme “Mormaço”,⁴³ dirigido e roteirizado por Marina Meliande.

⁴¹ Para saber mais sobre o incêndio que destruiu a Favela da Praia do Pinto, ver: REY, Juan Pablo. História de uma tolerância precária. Jornal da PUC. 19/12/2019. Disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=11972&sid=29>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

⁴² “Terra arrasada” é o nome que se dá a uma tática de guerra que tem por objetivo destruir tudo o que o “inimigo” puder usar como recurso para sobrevivência.

⁴³ MORMAÇO. Direção de Mariana Meliande. Duas Mariola Filmes e Enquadramento Produções, 2019.

Na primeira dessas obras, Wurm nos chama atenção aos elos entre a casa e corpo ao provocar, com curiosas e muitas vezes desconfortáveis imagens, indagações sobre como nos habitamos a nós mesmos e como nos constituímos de tudo o que nos cerca. Do modo como suas obras são construídas, a correlação entre casa e corpos, espaço e existência, nos convoca a olhar as marcas que a materialidade da casa imprime à nossa própria materialidade, na carne de nossa vida.

Imagem 10 – Casa Gorda



Erwin Wurm. Fat house. 2003. Fonte: <https://www.designboom.com/art/erwin-wurm-wear-me-out-at-middelheim-museum/>

A mesma relação simbiótica que Wurm evoca em suas obras pode ser apreciada na sétima arte, com o filme “Mormaço”, em que a personagem principal, Ana, é uma defensora pública que assume o caso da Favela Autódromo, então no radar das remoções promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro com vistas à construção do aparato esportivo e turístico do Parque Olímpico no contexto das Olimpíadas de 2016.

Ao mesmo tempo em que defende os direitos dos moradores da favela, Ana passa também por um processo de “remoção” em sua própria residência. Moradora de um apartamento localizado na zona Sul, área privilegiada da cidade, Ana é coagida a vender o imóvel para especuladores interessados em investir na construção de um hotel. O desfecho do filme se dá numa simbiose entre a parede da casa e a pele de Ana, que vão apresentando, simultaneamente, estranhos sinais de adoecimento, denunciando um caos expresso na materialidade da fala da personagem: “Só tem monstro nesta cidade”.

O que acontece no espaço habitado, acontece também no corpo de Ana – antes mesmo que ela se dê conta desse processo, tão intrínseca é a territorialização do eu no plano do existir. Assim, a disputa pelos territórios, impressa no filme, não é uma disputa apenas da

ordem da pragmática do morar ou do planejamento urbano do espaço ocupado pela residência, mas também da ordem simbólica da identidade que se assume, considerando os laços entre os espaços e a constituição de nossos seres de que viemos falando até aqui. Uma disputa sobretudo política, porque território não é apenas espaço, mas o todo que resulta de um sistema, formado pela apropriação humana do conjunto pré-existente, que une natureza e humanidade e, por isso mesmo, constituído da substância oriunda dessa relação, como nos diz o geógrafo Milton Santos (2014).

Isso significa que o território, como afirma o professor Marcelo José Lopes de Souza (2001), é espaço de relação de poder, desde aquele concorrido por grupos de bairro até o que se assiste nas disputas dos países membros da Organização do Tratado de Atlântico Norte (OTAN), por exemplo, ou de qualquer outra instituição geopolítica, econômica, etc. Em termos de educação dos corpos, a partir desses embates, o território vai nos dizendo sobre os lugares que ocupamos no mundo, especialmente quando nos atentamos ao fato de serem, as fronteiras, realidade apenas na iminência da pobreza, de modo que o dinheiro praticamente as dissolve, circulando com liberdade. O que isso diz do estado em que nossa condição habitacional se encontra hoje? Afinal, por que há tanta casa sem gente e tanta gente sem casa?

Para além das conexões entre os seres e os espaços, em escala macro, é preciso pensar a casa também como um espaço no qual a criança se faz e se percebe sujeito político, tanto nas relações com a família, nas quais vai aprendendo a barganhar, impor limites e contestar regras desde cedo, quanto à própria estruturação dos sentidos de pertencimento ao espaço e às coisas que nele também fazem morada.

Crônica 6 - Casa Nova

Mudança é bagunça! Caixa para lá, caixa para cá, pertences revirados, perdidos e eventualmente quebrados... tudo isso faz parte do processo, que torna visível a quantidade de coisas que temos. Pelo movimento que lhe é próprio, a mudança permite avaliar quais objetos são necessários, e seguem conosco, e quais já cumpriram seu papel ao nosso lado e podem, então, ser destinados a outros usos – ou outros donos.

A criança que vive a mudança nem sempre é autorizada a participar da decisão sobre o que vai e o que não vai para a casa nova. Talvez por esse motivo, a abertura das caixas no novo espaço tenha sido tão especial para ela, que durante todo o deslocamento da escola para a casa, sinalizava à mãe: “estou tão ansiosa!”, “podemos ir mais rápido?”, “vamos, manhee!”.

Já em casa, é chegada a hora de abrir as caixas e acomodar os pertences em seus

devidos lugares, nesse lugar tão novo no qual todos estão ainda se acomodando. Entre cada fita que a menina retira da caixa e sua completa abertura, se passam 3 minutos, durante os quais ela enfia a cabeça por uma fresta, a fim de conferir o que há em seu interior.

Quando a primeira de suas caixas é aberta, ela não contém a alegria e o que se seguiu foi uma sequência de agradecimentos e abraços celebrando cada item ali encontrado: “Mãe, muito obrigada por ter trazido esse casaco!”, “Ai, mãe, eu gosto taaaanto dessa camiseta!”, “Obrigadaaaa, mãeeeeee!”, “Eu te amo!”.

A movimentação em torno da mudança num contexto em que há crianças pequenas envolvidas, deu pistas sobre uma complexa concepção de pertencimento: afinal, pertencem as coisas aos espaços onde estão e de onde, portanto, são, ou nos pertencem a nós mesmos e podemos levá-las conosco para outros espaços? Essa tessitura se evidenciou em três momentos distintos: o primeiro relativo à pergunta de uma das crianças sobre se poderia levar suas coisas para a casa nova; o segundo, quando outra criança perguntou se o cachorro da família poderia se mudar junto; e o terceiro, enfim, quando essa mesma menina confessou à mãe o medo de ser esquecida pela família na “bagunça” da mudança.

Essa reflexão do estreito vínculo que estabelecemos também com as coisas dentro de casa se fez presente especificamente para as crianças mais novas com quem experienciei o movimento da mudança de casa. A relação entre o afeto pelos objetos, seu pertencimento ao cotidiano da criança, que congrega tempo, espaço e experiência vivida, e a dúvida alimentada pela dicotomia *velha casa x nova casa*, e o que cabe nelas duas, recolocam a questão dos significados envolvidos nesse processo.

No ato de separar as coisas que vamos guardando ou encontrando nas caixas, em meio ao processo de mudança, há um relampejo de oportunidade: esse de enfocá-las sob a ótica do afeto. Esse olhar lhes permite passar a ocupar o lugar de objetos de memória, nos termos da professora Ecléa Bosi (2003), ou seja, objetos que guardam em si o gérmen de uma constituição identitária e biográfica. Objetos que rompem a lógica temporal e nos lançam de volta a contextos específicos, quase sempre envolvidos numa narrativa que segue a cadência do desenrolar do mitológico fio de Ariadne. Esses objetos cumprem a importante função de pontuar a história do narrador a partir de articulações específicas – a fantasia costurada pela vó, o presente comprado pelo pai, o chapéu que a avó deu no nascimento –, conferindo sentidos à própria organização da subjetividade de quem narra. A reafirmação de uma ordem identitária no caos desordenado da mudança.

Estar com essas crianças me permitiu pensar o ato de fechar as caixas sob um duplo aspecto: esse de poder participar da partilha das memórias que vão se derramando pelos objetos, por meio deles; e um segundo, que muito martelou em minhas reflexões, o de não ser

autorizada a adentrar a história do outro. Isso de fato aconteceu em uma das experiências que vivi, de modo que, quando cheguei na casa de duas delas, uma se mostrou bastante desconfiada. Pudera! Ali estava uma completa estranha a esse menino que, dizendo-se interessada em ajudar a fazer a mudança, parecia mais é querer fuxicar suas coisas. Em seu veredito, ele foi categórico ao me nomear como “espionadora de mudanças”.

Uma rápida visita ao dicionário ajuda a pensar os sentidos que o ato de espionar desperta: “vigiar ocultamente, com objetivo de obter informações; espiar, espreitar; olhar, de modo dissimulado” (MICHAELIS, 2019). Quanto de espionagem não há na atividade da pesquisa? Ainda mais da pesquisa com crianças... E como esses sentidos se condensam na discussão sobre a autorização, afinal, que autoridade reconhecemos e legitimamos? Quando a mãe do menino me disse que estava tudo bem participar do processo de mudança, mas seu filho resistiu, mantendo-se firme, de pé no corredor, impedindo minha entrada, recolocou-se a questão ética que nos visita constantemente cobrando respostas à difícil questão sobre o que fazer. Afinal, onde começa verdadeiramente a compreensão de que a criança é sujeito de sua própria história? Como pensar a participação sob o ponto de vista da concretude dessas relações humanas? Como sustentar que o passo dado atrás também constitui percurso e questão de pesquisa?

A partir do posicionamento de quem opta por não partilhar suas coisas, ele chama atenção à experiência da introspecção e ao direito à própria intimidade, também parte importante da constituição humana: temos algo de nós que podemos escolher não partilhar com o outro – ou com uma pessoa qualquer que, no caso, sintetizava quem eu era para o menino. O direito à intimidade constitui fator a ser considerado na construção de subjetividade da criança, bem como no processo de politização de suas decisões. Quanto a essa experiência, em específico, o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (2011) ajuda a pensar sob duas dimensões: a do eu para o outro; e a do outro para mim. Estes se tratam de acabamentos que recebemos do outro e que também a ele conferimos. Quando a menina decide narrar sua história a partir dos objetos, que vão se apresentando como vestígios de uma memória reconstituída no ato de fechar as caixas de mudança, ela está dando acabamento estético à própria vida, num desenho de si, ocupando a posição de quem se apresenta como quer que o outro lhe veja. Sempre narramos ao outro uma imagem do que queremos que seja o “eu” para ele – ainda que essa imagem receba, de volta, o acabamento desse outro que a vislumbra.

Da mesma forma, quando o menino interdita meu acesso a seus objetos, reservando-se ao direito de negar também o compartilhamento de suas memórias, ele está chamando atenção a um acabamento que construiu sobre mim, ou seja, o modo como eu me pareço a seus olhos: a espionadora que veio bisbilhotar. Esse acabamento, por mais que não coincida com o meu,

me constitui também. É claro que eu gostaria que ele tivesse me visto como quem tinha interesse em conhecê-lo a partir de sua relação com as coisas e esse movimento de encaixotá-las e se mudar de casa, mas ter consciência desse lugar no qual ele me colocou, acabou por tornar potente a reflexão sobre a autorização dessa partilha, sobre o direito que a criança tem de não fazê-la e sobre a politização da categoria da infância em si.

2.2.4 A rua

O antropólogo Roberto DaMatta (1997), chama atenção à oposição gramatical presente na definição das palavras casa e rua – ainda que sua leitura do termo rua remeta a uma discussão sobre o comportamento do brasileiro diante das esferas do público e do privado. De toda forma, é interessante pensar na reflexão que o autor faz quanto aos imaginários, que vão constituindo e perpetuando os papéis sociais, ações e tempos específicos a cada espaço – que não constitui apenas uma dimensão física, mas também social e moral. Assim, enquanto a casa se estrutura nas relações pessoais, nos laços familiares, na hospitalidade que define nossa ideia de amor, a rua é movida pelo inverso, um local perigoso, marcado pela fluidez propícia a desgraças. No entanto, em que pese as distinções entre um espaço e outro, devemos ter claro que, para muitos, essa delimitação se confunde, sobretudo devido àqueles que foram obrigados a buscar, no perigo e na desgraça família e amor.

Assim, para quem mora nas ruas, a violação dos direitos abrange absolutamente todas as dimensões da vida, a começar pelo próprio reconhecimento da cidadania, permeado de questões que colocam em xeque os modos como esses sujeitos se inserem na sociedade. Afinal, sob que ponto de vista enfocamos a cidadania? “Ser parte” passa pela correlação de forças que nos empurra à contínua produtividade: precisamos ser socialmente ativos para fazer valer nossos direitos, o que significa inserção no mercado de trabalho – o mesmo que dificilmente oferece postos a quem não comprova residência. É a lógica da produção e também do consumo que parece recortar os limites dessa cidadania. Como essa dinâmica toca a criança?

Junto dessa dimensão coletiva da identidade dos sujeitos, ou seja, dos lugares sociais que eles ocupam, que se constituem também das nomenclaturas que receberão – pessoa em situação de rua, morador de rua, mendigo, abrigado, pedinte, pivete, menor, etc. –, vai se alicerçando sua identidade pessoal, no movimento sempre alteritário entre o que sou eu para o outro e o que sou eu para mim – num movimento que Bakhtin (2011) vai chamar de exotopia. Essas nomenclaturas vão erigindo territórios não apenas espaciais, mas também discursivos, se impondo à própria experiência da vida e legitimação dos direitos reivindicados.

Resgato aqui novamente a pesquisa das antropólogas Adriana Vianna e Ângela Facundo (2014, p. 46) que, ao tratar das categorias favelado e refugiado, aponta que tais nomenclaturas circunscrevem “territórios de margem”, pois materializam “processos de produção de desigualdades diversas, trazendo em si mesmas um conjunto de narrativas morais e políticas pré-definidas”. Os sujeitos, quando nomeados, passam a ocupar, portanto, um lugar específico no imaginário social e no cotidiano que ora lhes interdita determinadas entradas e, noutras lhes permite acesso livre, borrando fronteiras e forçando limiars. DaMatta (1997) assinala essa dimensão quando chama atenção ao fato de a subversão dos lugares realizada por quem faz da rua sua casa produzir os malandros, meliantes, pilantras e marginais, justamente porque cola no sujeito aquilo de que é feita, em termos de imaginário, a própria rua.

O modo como se nomeia os sujeitos reserva a eles, portanto, lugares simbólicos que movem sentimentos coletivos. No caso das pessoas em situação de rua, esses sentimentos envolvem, mesclam e às vezes fazem confundir medo, insegurança e solidariedade. Isso tanto para as classes médias, que historicamente narram a condição de estar na rua como incômodo, mas também para as classes empobrecidas, que enxergam nessa realidade a ameaça concreta de um futuro possível (ESCOREL, 1999, p. 239). Foi exatamente esse lugar simbólico para o qual essas pessoas foram empurradas que permitiu, nas décadas de 1960 e 1970, que seu extermínio fosse sistematicamente promovido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, na figura de Carlos Lacerda e da secretária de Serviços Sociais, Sandra Cavalcanti.

Imagem 11 – Polícia confessa pelotão de extermínio



Jornal Última Hora. Fonte: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/uhdigital.

Imagem 12 – Denúncia de sobrevivente



Jornal Última Hora. Fonte: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/uhdigital

Imagem 13 – Esqueletos aparecem no Guandu



Jornal Última Hora. Fonte: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/uhdigital

Em 1963 essas denúncias começaram a povoar as páginas do jornal Última Hora, devolvendo para a sociedade carioca a face mais cruel de seu próprio preconceito: a limpeza social – que em terra *brasilis* converge com a limpeza étnica. A política de higienização demarca a vida da cidade do Rio de Janeiro como verdadeiro laboratório: da mudança do local de chegada de pessoas escravizadas, geralmente doentes, cansadas, sujas ou mortas, para o Cais do Valongo, cerca de 2 quilômetros de distância das vistas da boemia que desfilava na Rua do Ouvidor – arquitetada à imagem e semelhança da Paris da Belle Époque –, ao processo de reforma urbana, ocorrido no início do século XX, que se estruturou na marginalização da população empobrecida, cada vez mais entocada nos subúrbios, transportada aos locais de trabalho por meio de transportes coletivos que, como vimos

anteriormente e como bem nos lembra o grafiteiro Bruno Perê,⁴⁴ até hoje remetem aos navios negreiros: precarizados e superlotados.

Em Leônia, uma das cidades invisíveis narradas pelo escritor Ítalo Calvino (2003), os lixeiros são tratados com admiração, pois realizam uma função que torna a vida mais palatável ao afastar dos olhos aquilo que o coração não quer sentir – ou talvez não possa, porque há muito esvaziado de potência afetiva.

O resultado é o seguinte: quanto mais Leônia expele, mais coisas acumula; as escamas do seu passado se solidificam numa couraça impossível de se tirar; renovando-se todos os dias, a cidade conserva-se integralmente em sua única forma definitiva: a do lixo de ontem que se junta ao lixo de anteontem e de todos os dias e anos e lustros (CALVINO, 2003, p. 110).

Como Leônia, quanto mais expelimos a história da pobreza de nosso país, tanto mais ela nos cobra sobre os que estão hoje desabrigados. Escravização e contemporaneidade se encontram, portanto, na história das pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro por meio do desejo pequeno-burguês, sempre presente e cada dia crescente, de apagar o rastro da miséria por ele estruturada. Se nas décadas de 1960 e 1970 temos a institucionalização de uma política higienista por parte do Estado, nas de 1980 e 1990, essa política se torna hegemonia entre os que seguem defendendo o extermínio da população de rua, agora por meio de ações esporádicas postas em prática por pessoas comuns: “Moradores do Higienópolis querem ‘limpeza’ de população de rua”,⁴⁵ “Morador de rua é queimado vivo em Parauapebas enquanto dormia”,⁴⁶ “Homem atea fogo em morador de rua após acusa-lo de roubo em SP”,⁴⁷ “Prefeitura corta 23% da verba de assistência social e deixa moradores de rua ainda mais vulneráveis no Rio”.⁴⁸

⁴⁴ PERÊ, Bruno. “Todo vagão tem um pouco de navio negreiro”. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/bpere/5975940324/in/album-72157708240160294/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

⁴⁵ “Moradores do Higienópolis querem ‘limpeza’ de população de rua”. Revista Fórum. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/moradores-do-higienopolis-querem-limpeza-de-populacao-de-rua/?fbclid=IwAR33eIBzkbC8QiGQcXIbsTV__nhf7ffR9NPQRZuZbIh9p7IGLf-G84b4hvA>. Acesso em: 02 jun. 2020.

⁴⁶ “Morador de rua é queimado vivo em Parauapebas enquanto dormia”. Diário Online. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-550990-.html?fbclid=IwAR27mBJDdC_WKk40XogKA_rkkRTuvHNRy--JSYt_kcZmq369HWK6Py0Lu-k>. Acesso em 21 jun. 2020.

⁴⁷ “Homem atea fogo em morador de rua após acusa-lo de roubo em SP”. Globo.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/12/18/homem-atea-fogo-em-morador-de-rua-apos-acusa-lo-de-roubo-em-sp-video.ghtml>>. Acesso em 21 jun. 2020.

⁴⁸ “Prefeitura corta 23% da verba de assistência social e deixa moradores de rua ainda mais vulneráveis no Rio”. Jornal do Brasil. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/2019/01/971979-prefeitura-corta-23--da-verba-de-assistencia-social-e-deixa-moradores-de-rua-ainda-mais-vulneraveis-no-rio.html?fbclid=IwAR0t8YphGxVu_6fMUxP7tQzK7ztRMENweMGBEaAyDr43FupuI04ScaHUB9s>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Crônica 7 - CEP

<p>O CEP mais disputado do Rio de Janeiro é a rua. Não, não falo da boa e velha ocupação das calçadas pela resistência do samba, da poesia ou da cervejinha gelada nas noites de calor. Falo mesmo do contexto que tem obrigado diversas famílias a fixar residência no limiar, aquela soleira que outrora separava a rua da casa. Quando a rua vira casa, pode parecer que a fronteira foi transposta, mas há no ato de morar indícios que rabiscam tímidas delimitações, facilmente e quase sempre transpostas pela precarização: o par de chinelos deixado do lado de fora, os tapetes que forram o chão e o ajudam a manter-se limpo – afinal, casa suja é questão séria para o Conselho Tutelar –, o pedaço de madeira como porta de entrada, as sacolas e bolsas que fazem vezes de mobílias, os setores tão caprichosamente divididos entre documentos, roupas, remédios, comida e brinquedos.</p>

Para falar especificamente da rua e das crianças que nela moram, trabalham ou passam um tempo hoje, no Brasil de 2021, é preciso resgatar parte importante da história da infância pobre, que começa a ser olhada em nosso país junto da questão de raça em 1871, quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que tornou libertas no ventre de suas mães, crianças filhas de mulheres escravizadas. Essa lei constitui-se marco justamente porque, a partir dela, os setores da classe dominante passaram a se interessar pelos "menores" abandonados.

Antes disso, já havia crianças alforriadas aptas a receberem tutores, no entanto, o interesse em recorrer aos meios legais para acolhê-las e conquistar sua guarda só surgiu quando o ventre da mulher escravizada "deixou de gerar novos seres escravizados" (GUIMARÃES, 2006, p. 06). Assim, por detrás do discurso de amparo das crianças desvalidas, havia um contexto de crise do modelo escravocrata que levou as famílias ricas, proibidas de comprar ou investir na reprodução de pessoas escravizadas, a buscar essas crianças como fonte de renovação e perpetuação da mão de obra escravizada.

A transição do século XIX para o XX e as mudanças que ela acarretou, sobretudo no mundo do trabalho – que nesse momento impacta absolutamente toda a estrutura política, econômica e social do país –, marcou também a emergência de uma concepção de infância que beirava o maniqueísmo. De um lado, havia as crianças que representavam o futuro da nação e, do outro, aquelas que simbolizavam o risco, o perigo, o problema da nação. Ao futuro era reservada proteção e cuidados específicos e, ao problema, vigilância, repressão e preparação para o ingresso no mundo do trabalho. A educação era o meio pelo qual se disciplinava esse segundo grupo, a fim de que aprendesse a ler, escrever e desempenhar um ofício manual, como o de pedreiro, carpinteiro ou sapateiro, por exemplo. Educar e instruir as

crianças pobres, nesse momento, além de pretender reorganizar as relações de trabalho, era tido como verdadeiro antídoto para a vadiagem, a criminalidade e o ócio (MARTINEZ, 1997).

Para isso, segundo a pesquisadora Irene Rizzini (2008, p. 29), um “complexo aparato médico-jurídico-assistencial” foi arquitetado, com a criação da Justiça de Menores, em 1923, e a aprovação do Código de Menores, em 1927, que coroaram o discurso corrente, fundamentado no estigma da infância pobre e alimentado por adjetivos pejorativos, como o da criança abandonada, desvalida ou simplesmente menor. O discurso corrente se estendeu às famílias empobrecidas, lidas como desajustadas, promíscuas e imorais, por meio do qual seguiu-se o preconceito de classe.

A proclamação da República, que nasceu de um jogo de negociações e trouxe consigo a promessa narrativa do progresso, não concretizou sequer os passos mais elementares da estruturação republicana. Assim, os mais pobres seguiram analfabetos, sem direito a propriedade – um dos principais valores da Revolução francesa –, e mais uma vez aliçados de qualquer participação política. À revelia do caráter civilizatório que se almejava, as reformas empreendidas nas diversas capitais no início do século XX, também aos moldes franceses, tornaram explícito que os lugares de abandono e violência seguiam reservados aos pobres no projeto da última República criada nas Américas. Além desses, permanecia destinado a eles também o lugar do trabalho, que nas primeiras décadas do século XX recebeu valorização moral, a partir de uma estruturação narrativa e jurídica.

Atribuir ao trabalho conotação qualitativa era uma necessidade, afinal, fomos o último país do mundo a abolir a escravização, o que significa que foi preciso criar uma nação afeita ao trabalho, que acreditasse nele como superação e que lhe enxergasse como elemento de distinção. Para isso, a criminalização da vadiagem, dos vícios e do ócio foi fundamental, ainda mais diante de uma realidade política e econômica que jogou nas ruas das cidades uma massa de indivíduos empobrecidos junto de suas crianças. O brilho das vitrines, o glamour dos bondes e a vida urbana que se revezava entre cafés e teatros, contrastava com o cinza das fábricas, o clima de greves e agitações populares, a instabilidade dos cortiços, a livre circulação de epidemias e a miséria – multidiversificada: trabalhadores pobres, vagabundos, mendigos, capoeiras, prostitutas e pivetes (RIZZINI, 2008, p. 34).

O Código de Menores sancionado em 1927 e revisto em 1979 só foi revogado em 1990, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Isso significa que a concepção maniqueísta de infância que divide duas experiências de ser criança de acordo com os lugares de classe – conferindo a elas tratamento médico, sanitário, pedagógico e jurídico diferenciados –, se perpetuou em nosso país por muito tempo, sendo possível ainda hoje encontrar, em diversos espaços, o uso dos mesmos adjetivos pejorativos que designavam a infância pobre na virada do século XIX para o XX. O menor foi alvo de políticas diversas,

desde a criação de um Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), na ditadura varguista, até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), na ditadura civil-militar, passando pela criação das famosas Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), responsáveis pela aplicação de “métodos corretivos”.

Quando parcelas da sociedade civil passaram a se organizar fazendo frente ao regime ditatorial, três movimentos de relevância despontaram, em relação às políticas articuladas em torno do “menor”: o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e o Fórum-DCA, Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todos eles movimentos intrinsecamente relacionados às discussões pela construção da Constituição de 1988 que culminaram, dois anos depois, na estruturação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mundialmente reconhecido como modelo jurídico na ampliação de direitos da infância e adolescência, mas ainda aquém de proporcionar a garantia desses direitos na concretude da vida desses sujeitos.⁴⁹

Imagem 14 – Manifestação pelos direitos da infância e juventude nos anos 1980



Oficina de imagens. Fonte: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/>

O professor Mario Volpi (2001, p. 30) afirma que foi a partir dessa mobilização da sociedade civil que passou a surgir uma “nova metodologia de atendimento a crianças e adolescentes que viviam pelas ruas”. Essa metodologia ficou conhecida como Educação social da Rua, que seguia os princípios da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e das

⁴⁹ SUDRÉ, Lu. ECA é referência mundial mas precisa ser posto em prática. Brasil de Fato. Direitos Humanos. 20/07/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/20/eca-e-referencia-mundial-mas-precisa-ser-posto-em-pratica/>. Acesso em: 09 jul. 2021.

“discussões mais avançadas da educação histórico-crítica, esse processo desenvolveu diferentes metodologias. Associações de Engraxates, cooperativa de picolezeiros, grupos comunitários e muitas outras iniciativas” (VOLPI, 2001, p. 30).

O Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua (MNMMR), do qual Volpi fez parte, sendo também um dos articuladores do ECA, simboliza uma importante virada na história das políticas sobre infância que, segundo o pesquisador Jens Qvortrup (2010), geralmente compreendem as crianças como parâmetro para pensar grandes estruturas sociais, como a economia, a tecnologia, etc., ou como meio para alcançar outros objetivos, enfocando sua condição como “futuro adulto” e não como “criança presente”. Para além disso, há ainda os casos em que se reconhece a criança como sujeito que sofre as consequências de políticas não necessariamente a ela dirigidas – mas nem por isso revogadas ou desarticuladas. No caso do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, a proposta formativa e mobilizadora se situava no modelo que Qvortrup considera ideal em governos democráticos: aquele em que as crianças discutem, deliberam e constroem as ações que lhes são importantes.

O MNMMR procurava mobilizar os próprios “menores” em prol da luta por direitos. Em 1986 foi realizado um Encontro Nacional de Meninos de Rua em Brasília, no qual foi possível levantar uma série de reivindicações a partir da escuta à voz tantas vezes silenciada dessas, que além de crianças, integravam ainda o contingente da população em situação de rua. Esse encontro legou à mobilização infantil a articulação de comissões de crianças que passaram a se reunir para discutir sua condição de marginalização. A agência de crianças e adolescentes no Movimento colocou em evidência a politização da existência infantil.

Imagem 15 – Manifestação do MNMMR em frente ao Congresso Nacional



Arquivo PMMR. Brasília, 1989. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Pautada na troca de experiências que pressupunha colocar-se literalmente ao lado dessas crianças, para realmente conhecer seu cotidiano e suas demandas, o trabalho do MNMMR se pautou desde o início nos princípios da educação popular, que alia informação e conhecimento à dinâmica de organização política. Assim, o processo de reconhecimento da condição social em que essas crianças e adolescentes se encontravam se unia à gradativa conscientização acerca dos seus direitos – bem como das violações que lhes tocavam. Desse contexto a luta emergiu como afirmação de uma existência negada: agora essas crianças demandavam não apenas visibilidade, mas também reconhecimento enquanto sujeitos de ação, responsáveis e atentos aos processos políticos, que não poderiam mais desconsiderá-los – em tese.

Ainda que o futuro parecesse promissor às políticas pensadas para e pelas crianças, é importante compreender como o contexto da década de 1990 acabou por emudecer esses e outros movimentos que ganhavam espaço no cenário público, sobretudo a partir da sobreposição do capital aos direitos sociais. O fortalecimento do neoliberalismo e de um novo modelo de gerenciamento do país, perpetrados pelas mesmas agências internacionais que hoje denunciam a miséria como questão urgente, interferiram diretamente no processo de lapidação das políticas públicas – elevando o terceiro setor como responsável por ações que deveriam ser garantidas pelo Estado, nomeando ideologicamente de “gastos” investimentos em setores-chave, como educação, saúde, segurança, etc. Em outras palavras, quando parecia que alcançaríamos nossa maioria política em termos de gestão pública, a lógica dos cortes orçamentários se impôs e o assistencialismo deu as caras mais uma vez, contrariando os desígnios registrados em nossa tão jovem Constituição.

Como um dos resultados desse movimento, o número total da população de rua cresceu enormemente e sua composição se modificou de forma drástica, abarcando grupos nos quais foi possível perceber a presença cada vez mais gritante de crianças e adolescentes (ESCOREL, 1999). Nesse contexto é importante destacar também o movimento da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que denunciava a situação dramática da miséria e da fome no país, chamando atenção à urgência de ações concretas, uma vez que “quem tem fome, tem pressa” (BETINHO apud PANDOLFI, GAZIR E CORRÊA, 2012, p. 167).

É necessário dizer que, apesar do hiato existente entre o início dos anos 2000 e meados da década de 2010, quando as políticas públicas dos governos Lula e Dilma permitiram ao

país o feito histórico de finalmente sair do Mapa da Fome⁵⁰ e reduzir a pobreza extrema em 75%,⁵¹ sobretudo por conta do Programa Bolsa Família, assistimos hoje ao retorno de uma conjuntura que nos lança de volta à década de 1990.⁵² E como elementos que dão concretude aos dados publicizados diariamente pelos jornais estão aqueles que vivem a condição de estar na rua.

Embora haja discussões filosóficas sobre a inviabilidade de nomear “excluído” o sujeito que vive sob a égide de um Estado Democrático de Direito (ESCOREL, 1999, p. 261), é inegável a existência de uma fragmentação, no todo da sociedade, que viola e mutila aqueles que borram fronteiras utopicamente sólidas. E no ato de circunscrever o que é uma pessoa em situação de rua – ou um mendigo, como pejorativamente é chamado – também está latente de que cor majoritariamente se colorem os termos, o que fica nítido na diferenciação que se faz, por exemplo, em relação aos refugiados, cuja significação, inclusive tônica, difere em se tratando de árabes, venezuelanos e congoleses, por exemplo, como nos mostram as pesquisas de Vianna e Facundo (2014).

Uma visita às páginas dos jornais ou aos programas investigativos – para os que não se contentam com estudos estatísticos – e constatamos facilmente: são os corpos negros que a ceifa busca de modo mais contundente, corpos que flexionam em torno de si raça e classe, elementos desde sempre e ainda hoje determinantes dos lugares sociais passíveis de serem ocupados por cada um. “Corpos e espaços se constituem, portanto, de maneira inextrincável” (VIANNA; FACUNDO, 2014, p. 46).

⁵⁰ NÓBREGA, Camila. “Brasil: o país que saiu do mapa da fome”. Brasil de Fato. 2014. Disponível em: <https://www.fup.org.br/downloads/especial_eleicoes.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020; LUPION, Bruno. “Como o Brasil saiu do Mapa da Fome. E porque ele pode voltar”. Nexo Jornal. 23/07/2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

⁵¹ “Brasil reduz a pobreza extrema em 75%, diz FAO”. Uol Notícias. 16/09/2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/09/16/brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-diz-fao.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2020; LEAL, Luciana Nunes. “Combate à pobreza foi o maior feito do PT”. Estadão. 12/05/2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,combate-a-pobreza-foi-o-maior-feito-do-pt,10000050641>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

⁵² “Fome: quase 10% não terão o que comer no Brasil”. Jornal de Brasília. 15/09/2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/fome-quase-10-nao-terao-o-que-comer-no-brasil/>>. Acesso em: 26 nov. 2020; RODRIGUES, Cris. “O que nos levou a sair do Mapa da Fome já foi destruído”, diz ex-ministra de Dilma”. Brasil de Fato. 12/09/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/12/tereza-campello-tudo-que-nos-levou-a-sair-do-mapa-da-fome-ja-foi-destruido>>. Acesso em: 26 nov. 2020; PINHATA, Thais. “Relatório da ONU indica que fome no Brasil, que antes diminuía, voltou a crescer”. Justificando. 22/07/2019. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/07/22/relatorio-da-onu-indica-que-fome-no-brasil-que-antes-diminuia-voltou-a-crescer/>>. Acesso em: 26 nov. 2020; OLIVEIRA, Flavia. “A urgência da fome”. O Globo. 16/10/2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/a-urgencia-da-fome-24694756>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

2.2.5 O ônibus

“Bora dormir de pé pra gente voltar no sonho!”

Criança no ônibus

Nantes, a oeste da França, foi a primeira cidade do mundo a ter o serviço de transporte coletivo batizado de *omnibus*, em meados do século XIX. O Rio de Janeiro, por sua vez, foi a primeira cidade brasileira (a primeira cidade da América do Sul, aliás) a adotar esse modelo de transporte sem tração animal, durante a Exposição Nacional de 1908.⁵³ Atualmente, dos transportes coletivos da cidade, o ônibus segue sendo um dos mais importantes, apesar de não ser o mais antigo. Responsável por aposentar os bondes, aliado dos metrô como forma de conectar diferentes bairros às suas escassas linhas e hoje trafegando em pistas exclusivas nas maiores avenidas da cidade, o ônibus é tão necessário que ao menor sinal de paralisação ou desativação de itinerários específicos, já se instala o caos.

O ônibus não foi pensado como um lócus para essa pesquisa de início. Ele sempre foi um espaço onde as coisas aconteciam enquanto eu me deslocava entre um contexto e outro. Ainda assim, com o olhar atento e muito por estar no “ritmo” da pesquisa, eu sempre fazia registros do que me chamava atenção, sem nunca ter parado para pensar que ali dentro, enquanto ia e vinha pela cidade, ia vivendo experiências demarcadas pelas especificidades dessa modalidade de transporte e pelas questões que eram possíveis de ser levantadas apenas naquele lugar e naquele momento, a partir do encontro com aquelas crianças. O amadurecimento dessa percepção demandou um tempo tão singular que foi ao terminar de escrever sobre os outros contextos que a ficha caiu: o ônibus exigia teorização própria, convocando a necessidade de pensá-lo como um espaço adornado por um tempo só seu, ou seja, um cronotopo (BAKHTIN, 2010).

O conceito de cronotopo trata de uma concepção que entrelaça as dimensões temporal e espacial e pressupõe a transformação dos sujeitos que se encontram nessa interseção. Esse conceito é tomado de empréstimo da teoria da relatividade de Einstein por Bakhtin (2010), que vai desdobrá-lo no interior das análises que faz sobre diferentes textos literários. Nesse estudo, o filósofo destaca que a função dos cronotopos é temática e figurativa. Temática porque funciona como um centro organizador, em que os enredos são feitos e desfeitos (BAKHTIN, 2010, p. 355); figurativa porque nele o tempo adquire um caráter sensivelmente

⁵³ REVISTA ÔNIBUS. Ano VIII. N. 46. Janeiro-Fevereiro 2008. Disponível em: <<https://www.revistaonibus.com.br/edicoes-virtuais/revista-onibus-no-46/>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

concreto, já que é onde os acontecimentos se concretizam. Ao privilegiar a dimensão temporal, o cronotopo se relaciona ao movimento e à transformação, tanto que na análise sobre os romances, por exemplo, ele aparecerá sempre na identificação dos processos que levam à metamorfose do personagem-herói (AMORIM, 2012).

Pensar o ônibus como um cronotopo ajuda, portanto, a perceber a condição de peculiaridade de um cotidiano que só é possível de se observar no seu interior. No ato de pesquisar no ônibus o tempo se coloca também como dimensão que circunscreve um campo quase que “de curto prazo” (que é bastante relativo, dependendo da linha que se pegue!), um campo passageiro. Isso porque a qualquer momento a observação pode cessar, já que a criança ou o pesquisador podem se retirar do campo ao descer no ponto de destino. Essa dinamicidade tornou mais intensa minha observação e meu registro, já que a necessidade de captar as nuances do encontro contrastava com seu caráter fugidio. Por outro lado, foi exatamente a movimentação do ônibus que deu ênfase ao que de crucial existe nos cronotopos: o fato de cada encontro instituir acontecimentos únicos, olhares únicos, diálogos únicos e sentimentos únicos.

A escritora Chimamanda Adichie (2009) trabalha com primor essa especificidade cronotópica do encontro como acontecimento singular no conto “Uma experiência particular”, em que duas mulheres que não se conhecem acabam se encontrando em meio a um conflito étnico-religioso entre muçulmanos de origem hausa e igbos cristãos, na cidade nigeriana de Kano. Na tentativa de se proteger, as mulheres buscam refúgio em uma loja abandonada, onde aguardam até que tudo se acalme. Uma das mulheres desamarra a wrapper (uma espécie de saia) que cobre todo o seu corpo e a estende no chão empoeirado para que as duas se sentem. Ali, sobre aquela wrapper, as duas experienciam uma relação única de estranhamento e proximidade, como observa a professora Mailsa Passos (2014, p. 236) numa leitura sensível da narrativa,

É a wrapper, transformada em tapete, que as acomoda, as coloca em condições simétricas. É ali – ao sentar neste restrito pedaço de tecido estendido no chão – um microcosmo de identificações e memórias – que a vendedora de cebolas mostra a Chika os seios inflamados por causa do tempo em que está longe do filho que amamenta, e que a estudante de medicina lhe sugere como cuidar dos mamilos feridos; é ali que ela chora a preocupação com a filha que vendia castanhas quando se perdeu na confusão das ruas por causa dos conflitos; é ali que a companheira de infortúnio emociona-se com a sua preocupação.

A wrapper funciona na história como o cronotopo em que os acontecimentos se desenrolam. Um espaço e um tempo singulares que organizam a experiência. Ainda que suas diferenças pareçam inegociáveis, o encontro propicia movimentos de intensa identificação – um movimento que não pressupõe harmonia, mas tensão. Os olhares trocados, os sentimentos,

os choques, os sorrisos, o cuidado, tudo isso jamais se repetirá. Existe unicamente ali, naquele lugar, naquele momento, onde um encontro se dá e afeta ambas as mulheres, modificando-as de maneira ímpar. É exatamente com esse tom que olho para meus encontros com as crianças dos ônibus nos quais circulei pela cidade, enxergando neles experiências cronotópicas singulares e irrepetíveis, nem sempre harmoniosas, mas que me transformaram e tornaram possíveis essas reflexões.

Crônica 8 - Dia das crianças

No transporte coletivo nos relacionamos com a concretude do mundo sem filtros. Tem de tudo: vendedores de balas, salaminhos, fones de ouvido, lanternas de led e chaves de fenda. Famílias com a bíblia debaixo do braço rumo à igreja, homens em seus ternos bem alinhados rumo ao serviço, mulheres superproduzidas rumo à noitada, molecada de isopor e guarda-sol rumo à praia... e crianças. Em todas as composições possíveis, há crianças. Da bala à chave de fenda. Da igreja à noitada. Do lazer ao trabalho.

Hoje não seria diferente, sobretudo porque hoje é dia das crianças. No terceiro banco do ônibus onde estou, uma menina de vestido roxo e laço branco no cabelo não contém a expectativa de chegar ao circo. Entre os olhares lançados rapidamente à paisagem e os risos que não cabem dentro de si, tamanha a animação, ela indaga à mãe, com a exata periodicidade de 60 segundos: “já tá perto?”... “tá chegando?”... “e agora, mãeee?”... A mãe responde, num estado de irritação condescendente: “Calma, Luana! Eu, hein? Tem que ter paciência! Isso daqui não é táxi, não!”.

Quatro bancos atrás, dois irmãos disputam a abertura dos presentes, rasgando os embrulhos, como se disso dependessem suas vidas. O olhar atento e cansado da mãe, que se espreme no banco para caberem os três no espaço de duas pessoas, acompanha cada movimento dos filhos. “Júnior, deixa ela! Se o papel é rosa, não é seu!” – intervém. A irmã quer sempre o brinquedo que está na mão do irmão mais velho, que parece não se importar, transferindo imediatamente sua atenção para outro brinquedo, até que este seja reivindicado pela irmã. Já está tão acostumado à situação que sabe exatamente o que fazer para irritá-la: prender o brinquedo atrás de seu corpo, impossibilitando que ela o alcance. Ela chora. A mãe dá bronca. E ele ri. Nossos olhares se cruzam, na cumplicidade de quem parece saber que também eu já sorri o sorriso dos irmãos mais velhos.

O ônibus para no sinal e olho pela janela, de onde vejo outra criança. Um menino negro, magro e comprido que, na minha família, seria facilmente identificado como vivendo

a fase em que as crianças dão “aquela esticada”. Lá pelos 10 anos de idade. Numa das mãos, ele segura três bolas verdes, daquelas de tênis, que são ótimas para fazer malabares. Na outra, uma caixa de sapato embrulhada com papel de presente. Ele está do lado de fora do ônibus. Na rua. Sozinho. À sua frente, também parada no sinal, está uma Ranger de cor prata. O carro tem, praticamente, o dobro da altura do menino, que conversa e gesticula. Gesticula e conversa. Quem lhe empresta ouvidos, no entanto, não é o motorista da Ranger, mas seus vidros. Escuros e fechados. O reflexo que deles emana devolve ao menino sua imagem, como que para lembrá-lo de sua própria existência. Ou da ausência do outro. Os sinais abrem e o ônibus e a Ranger dão partida, rumo aos seus destinos – diametralmente opostos, não é risco dizer.

O menino retorna à calçada, debaixo do típico sol carioca de 35 graus e se senta, aparentemente aguardando mais um sinal fechado... na esperança de que haja alguém do lado de dentro do próximo carro. Ao voltar a atenção para o coletivo, sou surpreendida pelo olhar de outro menino, que emerge parado em pé na porta do ônibus, bem à minha frente, e que descubro ter me acompanhado na observação da cena. Na potência do olhar de quem praticamente lê pensamentos, ele me convoca a assumir que o dia das crianças é realidade apenas para aquelas que conseguem transpor janelas, mas, paradoxalmente, na pactuação de um silêncio profundamente gritante, sustentamos a certeza de que nós, nesse miúdo de quem tenta limpar bem os próprios vidros, não estamos sozinhos.

A leitura do automóvel como cronotopo por excelência não é nova. A pesquisadora Marília Amorim (2009, p. 105), por exemplo, faz essa relação ao analisar a obra do cineasta Kiarostami, cujos filmes, em sua maioria, trazem histórias que se desenrolam no interior de carros. “Pode-se dizer que o carro desempenha em seus filmes um verdadeiro papel de cronotopo, pois é ali que o tempo da ação se escande e avança”. Essa ação, ao contrário do que podemos pensar de imediato, não se refere a uma atividade corpórea, mas sim dialógica. São os diálogos travados no interior dos automóveis que estabelecem as transformações de sentido pelas quais passam os personagens. Em relação aos ônibus e especificamente aos encontros que vivi com as crianças em seu interior, é possível também afirmar que as transformações de sentido acontecem em ações que, em qualquer outro espaço, aconteceriam de qualquer outra maneira.

Falando em sentido, a palavra ônibus vem do latim *omnibus*, que etimologicamente faz alusão a algo destinado “para todos”. Na cidade do Rio de Janeiro o ônibus realmente é para todos, inclusive, parece que o desejo é que de fato todos sejam comportados AO

MESMO TEMPO em seu interior, tamanha a lotação que é possível observar a cada dia. No contexto pandêmico não é diferente. O transporte coletivo segue coletivizando – ou seria aglomerando? – histórias, diálogos, transformação e agora vírus, uma vez que distanciamento não casa com a realidade a que os usuários desses veículos são submetidos. Há, no entanto, que se fazer uma ponderação: o ônibus não é efetivamente para todos porque dentro desse “todo” não cabe muita gente. Por isso é importante chover no molhado e reiterar que a generalização aqui fala sobre aqueles que naturalmente pegam ônibus diariamente, seja para se locomover da casa para o trabalho ou até o local onde o lazer acontece. Quem vai para qualquer lugar de carro, obviamente continuará indo de carro – e não fará, portanto, parte do todos a que a etimologia da palavra remete, já que ser passageiro está para além de pegar eventualmente um ônibus vez ou outra.

Falar de todos é, então, falar de quem historicamente sempre foi transportado, primeiro em navios, agora em trens e ônibus. Entre eles, uma conexão: o espreme espreme, movimentos suaves que buscam acomodar, sem incomodar, um mexe mexe no meio do qual, vez ou outra, alguém acaba caindo, escorregando, surfando... Muitos sentados, muitos mais em pé. O corpo cansado, a cabeça batendo de sono, as mãos escapando do apoio com o suor, o sufoco. Todos. Juntos. E em movimento. No meio de todos, outros que vão subvertendo o espaço do cansaço em oportunidade (dentre que opções?). Um vasto comércio ganha vida no interior dos ônibus. Ali é possível encontrar de tudo, desde linguiça “pronta para comer”, até aparelhos de barbear. Nada é excêntrico, nem a margarina “mais barata que a do mercado”, nem as carteiras “versáteis que as blogueiras usam”, mas a verdade é que balas, chocolates, pipoca, biscoito de polvilho e paçoca seguem na liderança do ranking de vendas.

O antropólogo Paique Duques Santarém (2020), que pesquisa mobilidade urbana e racismo, chama atenção a três aspectos que delineiam os laços existentes entre os meios de transporte atuais e os navios negreiros do período da escravização. O primeiro deles é o fato de que “muitas das primeiras empresas de transporte coletivo e infraestrutura viária do país atuavam no tráfico e, com o fim deste, reverteram seus excedentes de capital para área de transporte e mobilidade” (SANTARÉM, 2020). O segundo aspecto é a semelhança entre o transporte de pessoas e o de mercadorias, o que fica “especialmente claro nos ônibus com motor dianteiro – que é pior para quem usa e dirige, mas mais barato para quem fabrica e compra – e sistema de amortecimento igual ao de caminhões” (SANTARÉM, 2020). O terceiro e último aspecto diz respeito à lógica de produtividade do setor, medida pelo número de passageiros transportados, como cargas. “É uma tecnologia racista. Muitos navios negreiros afundaram por excesso de negros embarcados” (SANTARÉM, 2020).

Para além da figura do navio negreiro, que sinaliza o entrecruzamento das questões de raça e classe, trazida por Santarém, há também a possibilidade de outra leitura complementar em que se evidencia como as fronteiras entre mundo do trabalho e mundo da vida se borram, a partir da nomenclatura com que popularmente é designado o motorista dos ônibus no Rio: motor. Quase como se o sujeito se fundisse à máquina que opera, transformando-se nela num processo de mecanização como nos é permitido visualizar no filme “Tempos Modernos”⁵⁴ de Chaplin. Nele o personagem Carlitos trabalha numa fábrica nos Estados Unidos do pós-depressão de 1929 e, refém da linha de montagem e do processo de execução das atividades, vai aos poucos se transformado na própria máquina, ou melhor, numa mera engrenagem que a impulsiona, uma peça que dela faz parte, mas que é perfeitamente substituível, caso não atenda mais aos interesses. Por fim, o personagem acaba engolido pelo sistema da máquina, sistema capitalista devorador de vidas.

No Rio contemporâneo o mundo do trabalho anda de ônibus. Os encontros que vivi nesse contexto se deram com crianças que estavam trabalhando no interior dos veículos, ou trabalhando no sinal de trânsito em que ele parou, ou que estavam ali na condição de passageiros, mas que estranhamente não integravam o “todo” que os demais passageiros compunham – sinalizando a existência de divisões internas que respeitam recortes sociais específicos a que a população de rua não atende, por exemplo. Ainda assim, todas elas estavam ali exatamente no mesmo horário em que deveriam estar em espaços formais de educação. Sem uniforme, sem material escolar, sem a companhia de um adulto. Todos esses signos que se colam à imagem rasa que tantas vezes fazemos da infância estavam ausentes e, apesar das inúmeras críticas que se possa fazer quanto à escola que temos hoje (Qual? Pra quem? Onde? Para quê?), essa é uma provocação importante.

Isso porque a escola segue sendo o espaço através do qual muitas discussões urgentes chegam até as crianças e adolescentes, seja pela relação com os códigos específicos da vida escolar, seja pelas relações que naquele espaço se estabelecem – afinal, a escola é também um cronotopo em si. Assim, alimentação, consumo, trabalho, direitos, relacionamentos, saúde coletiva, responsabilidade ambiental, violência doméstica, etc., são temas que circulam nas diferentes áreas de conhecimento mobilizadas pela escola e encontram os estudantes, potencializando as transformações características dos cronotopos.

⁵⁴ Tempos Modernos é um filme que retrata o cotidiano de um trabalhador submetido à monotonia do trabalho fabril e à lógica industrial de produção da linha de montagem, no contexto de uma sociedade estadunidense ainda mergulhada na depressão de 1929. Direção: Charles Chaplin. Produção: Charles Chaplin. Fotografia: Ira H. Morgan, Roland Theroth. Trilha sonora: Alfred Newman, Charles Chaplin. 1936.

É muito importante que se tenha cuidado, ao criticar a escola, porque em linhas gerais, as críticas são sempre tecidas do lugar de quem a frequentou e pôde desfrutar do que ela oferece, inclusive dos equívocos criticáveis. O exercício deve ser o de ponderar: Será que se perguntássemos a essas crianças que não são parte da comunidade escolar, elas escolheriam o trabalho à sala de aula? E as que ocupam o lugar de estudantes, será que se pudessem, o trocariam pelo ponto do ônibus? Essa tensão é necessária para que nossas críticas não sejam vazias, nem ignorem lugares de classe que talvez não nos pertençam – mas que pertencem a alguém, um outro que talvez não pôde tomar parte dessa discussão.

3 ABORDAGENS

3.1 Pesquisar o cotidiano: a observação

O que você aprende do que o seu olho apreende?

Arnaldo Antunes

Somos uma sociedade que faz planos. Planejamos a rotina diária, a ida ao supermercado, o programa do fim de semana, a chegada dos filhos, a compra do carro e, em tempos de extrapolação do capitalismo, a quem sobra tempo e dinheiro, é possível planejar até mesmo o próprio velório. Na pesquisa em ciências humanas não é diferente. Planejamos, dentre tantas coisas, um lócus que nos permita inferir sobre as diversas variáveis postas no acontecimento do campo empírico, formas de registro e organização de dispositivos que otimizem a cobertura desse acontecimento, atividades ou questões disparadoras que estimulem a interlocução, etc.

Na contramão desse movimento, as pesquisas no cotidiano vêm nos dizendo de uma outra inserção no mundo que nos convida a pensar a importância de uma sensibilidade das emergências. Ou seja, de estar atento ao que acontece “no meio do caminho” e que, por algum motivo, captura nosso olhar. O que inquieta, gera dúvida, apreensão, incerteza e, por isso mesmo, abre possibilidades de reflexão, compreensão e construção de conhecimento para além do que havíamos planejado. O historiador Michel de Certeau (1994) chama atenção às especificidades dessa abertura ao destacar que ver a cidade do alto de um edifício é uma experiência completamente diferente da de vê-la sob a perspectiva de quem anda por suas ruas. Isso porque do alto e de longe, a cidade é um simulacro que não permite o mergulho nas práticas cotidianas. Para ele é se embrenhando pelas suas ruelas e avenidas que a experiência de ocupação do espaço se torna real e sua reinvenção possível. É, portanto, o movimento de caminhar pela cidade que propicia os encontros e o estranhamento necessários à educação desse olhar sensível, que segundo a professora Raíza Venas (2020, p. 41), se trata daquele olhar,

[...] que está atento e considerando os conhecimentos, corporeidades e experiências das crianças, para construir relações de aprendizagem mútua, de trocas, desde que haja sensibilidade e sincero envolvimento afetivo com as crianças. Criar conexão com os saberes e aprendizagens e formas de ensinar de maneira amistosa.

Pesquisar o cotidiano, o trivial, o miúdo, vai dando pistas de uma metodologia que nem sempre pode demandar a parada do fluxo da vida para a proposição de um diálogo sobre

o tema. Isso porque a poética da ciência emerge na corrente da própria vida. É precisamente essa questão que está colocada na decisão de seguir o fluxo do cotidiano até onde ele se permita apreender. Pesquisar o cotidiano é pesquisar pela sinestesia, olhando a infância a partir do que ela nos provoca na vida, entendendo que no fragmento do cotidiano há estilhaços das muitas dimensões sociais, como a economia, a política, a história, etc. A construção de um conhecimento que pressupõe sensibilidade e percepção se sustenta na concepção benjaminiana que busca compreender o espírito de uma época (BENJAMIN, 2006) e, para isso, foge das generalizações típicas de uma ciência moderna, apostando na atenção aos sinais que sua materialidade permite ver.

Por desacreditar dos caminhos prontos e considerando tanto a abertura ao estudo do cotidiano quanto o aguçamento do olhar sensível àquilo que ele nos dá a ver, temos como premissa em nosso Grupo de Pesquisa⁵⁵ a compreensão de que a metodologia mora no tema, no sentido de chamar atenção ao fato de que as estratégias metodológicas não estão dadas, pois o percurso vai se fazendo na sua própria feitura. Essa postura tem a ver com a decisão de abrir mão das situações de pesquisa que ganham vida a partir da convocação do pesquisador, ou seja, nos interessam contextos instaurados pela dinâmica da vida que, através do afetamento, nos provocam a observar e pensar a infância.

Quando a criança atrai nosso olhar no cotidiano de um tempo marcado pela aceleração, em que olhar para o outro tornou-se perda, seja de tempo, seja de dinheiro, seja da ética que preconiza considerar o outro nas decisões que tomamos individualmente? Como a infância se mostra para nós no movimento da vida? O que é possível que ela nos diga, ainda que a proposta seja adiar a interlocução direta, demorando-se na observação que, mediada pelo que nos afeta, também provoca um movimento dialógico? (QUEIROZ, 2018, p. 648).

Diante dessas questões, os diferentes espaços em que estive com as crianças – o MST, o MAB, a casa, a rua e o ônibus – demandaram chegadas específicas, de modo que a metodologia foi se modificando a cada encontro, respeitando a inserção, a acolhida, a experiência, bem como o tipo de registro e de retorno possíveis de se estabelecer com os sujeitos e coletivos em questão. Pensando nessa diversidade, tracei um único fundamento inegociável, que pautou minha condição de pesquisadora como requisito de estar em campo: estar junto das crianças. E nesse estar junto coube tudo o que as dinâmicas internas dos diferentes espaços exigiam como ação direta – desde a integração nas oficinas para crianças ou nas cirandas infantis, até a lavagem da louça do almoço nos encontros de formação, a

⁵⁵ GPICC – Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea. Institucionalmente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

limpeza dos espaços, passando mesmo por mobilizações, doações, reuniões de estratégia e avaliação de ações e também a resistência à desnecessária vigilância policial em contextos onde não havia qualquer “atitude suspeita”, seja lá o que isso signifique – ou mesmo ação indireta, na observação de cenas tantas vezes invisibilizadas, na conversa rápida, na troca de olhares, no sorriso afetuoso, nesses pequenos indícios que sinalizam ao outro um sincero “eu te vejo”.

Essa percepção, que permite compreender o diálogo como um movimento que não depende necessariamente de interlocução, mas sim de abertura ao outro e aos modos como ele pode nos afetar, implica compreender que os pesquisadores ocupam o lugar de tradutores daquilo que observam. É importante perceber que esse é um lugar que o pesquisador ocupa em pesquisas que se valham de qualquer percurso metodológico, nas ciências humanas, mas que ganha mais destaque em metodologias de observação do cotidiano, justamente porque descortina que a assunção do lugar de sujeito sócio-histórico de direitos e o balizamento da ética de pesquisa não dependem da abertura da fala, mas sim da consciência (QUEIROZ, 2018). Assim, como cada espaço demandava um tipo de inserção, cada espaço contou com uma forma de “estar junto” e de registrar os modos como essa relação se constituía. No entanto, em linhas gerais, a observação foi o carro-chefe da metodologia dessa pesquisa, sempre associada ao que era possível ou necessário nos contextos em questão.

O último livro publicado em vida pelo escritor Ítalo Calvino (1994) oferece referenciais importantes sobre a observação do cotidiano. Na obra, Palomar é um senhor que olha para o mundo num belo entrecruzamento de leveza e profundidade. O cotidiano alimenta seu pensamento, que vai se desenrolando a partir do que lhe acontece. Nesse sentido, Palomar não busca o que vê, mas vê o que se mostra a seu olhar: um olhar atento de quem se posiciona em abertura e curiosidade, de quem se deixa ser arrebatado pelo trivial e ordinário. Além de dar nome ao personagem, Palomar é também o nome de um famoso observatório astronômico, o que traça entre a pessoa e o lugar uma correlação marcada pelo ato da observação, mas com uma diferença crucial: enquanto o observatório nos permite olhar a amplitude do espaço, o observador se atém às minúcias do cotidiano, como que para chamar atenção ao fato de que as grandes questões do mundo encontram-se também no miúdo da vida.

O tipo de registro que acompanhou essa observação também estava diretamente relacionado aos contextos, de maneira que, em alguns espaços, tirei fotos, gravei pequenos vídeos, fiz perguntas e, em outros, somente foi possível fazer anotações nos blocos de notas do celular ou no caderno que levava para os espaços, sobretudo quando o uso do celular era

proibido – como critério de segurança. Esses registros foram revisitados inúmeras vezes, pois a partir deles se articulou o esforço de construção das pequenas crônicas e fragmentos de texto que apresentam esses tantos contextos do campo dessa pesquisa. A ideia é que as crônicas e os fragmentos possibilitem relampejos do campo que permitam ao leitor enxergar os encontros e conhecer as crianças com quem estive.

3.2 Registrar o cotidiano: as crônicas e os fragmentos

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.

Walter Benjamin

A escrita é um processo bastante complexo. Envolve não apenas um tema sobre o qual se quer falar, mas questões éticas e estéticas para as quais o autor deve estar atento. Éticas porque pressupõem, no ato de criar algo assinado individualmente, considerar os tantos outros sujeitos que dão vida às discussões levantadas, e isso a cada palavra impressa no papel e a cada vírgula que demarca a entonação do que se diz, entendendo que sem eles a própria escrita perderia sentido. Esses sujeitos são muitos: aqueles com quem o pesquisador esteve enquanto dava substância às suas questões de pesquisa nos encontros do campo, aqueles que ele convida para compor o lugar de referências, ou seja, para lhe fazer companhia na construção argumentativa dessa escrita, aqueles para os quais o texto se dirigirá, os leitores, auditório social que vai ajudar a criar acabamentos para o tema que o próprio autor sequer imaginou (BAKHTIN, 2011), etc.

No entanto, a escrita é o que “aparece” ao leitor quando toma nas mãos uma obra, seja literária, científica, técnica, jornalística... por trás dela há elementos que, embora invisíveis, são determinantes para sua criação e desenvolvimento. No caso do texto dessa pesquisa, tais elementos ocupam um espaço localizado entre a observação e o ato de escrever, onde pensamentos, reflexões, sentimentos, experiências, lembranças e confusões se revezam e se tornam substância para a escrita.

São os entrepostos ou momentos de entressafra, quando paralisamos e sentimos um aparente vazio mental, um êxtase, que é ao mesmo tempo uma espécie de turbulência que se experimenta após uma atividade no campo. Algumas vezes vivemos essa experiência nos trajetos entre o campo e o retorno para casa, nos transportes coletivos, na esquina de onde acabamos de sair. É quando anotamos

pequenas frases, palavras soltas ou mesmo gravamos uma cena ou imagem com o celular, para fisgar algo que nos toca e não correr o risco de perder o fio da meada (QUEIROZ, MILANEZ, VIEGAS, 2018).

A escrita, portanto, transcende em muito o ato de teorizar sobre algo, pois implica também dar conta de uma série de afetamentos na tessitura do texto, inclusive os estéticos. O lugar da autoria convoca não só pensar no que se diz, mas também pensar em formas de dizer, formas de uma escrita que consiga aproximar o leitor da experiência do campo. Benjamin (2012) é tomado também como inspiração quanto à estética desse texto, pois chama atenção à necessidade de criar uma tessitura que desloque, que mova o leitor em direção ao acontecimento narrado, que seja capaz de afetá-lo a nível visceral. Nos textos de Benjamin esse movimento é bastante evidente. O filósofo constrói narrativas que envolvem o leitor a ponto de quase podermos sentir o gosto da omelete de amoras (BENJAMIN, 2012a, p. 223) ou aquela ansiedade gostosa da criança que, ao se esconder, sabe que será pega num instante (BENJAMIN, 2012a, p. 40).

A preocupação com o formato da escrita se reflete nesse texto a partir da busca por materializar o acontecimento do campo na linguagem literária das crônicas e dos fragmentos de texto construídos pelo próprio Benjamin, aqui entendidos como elaboração teórico-metodológica da pesquisa, ou seja, como lentes através das quais a realidade do campo é perspectivada. Como dispositivo que demanda observação de um objeto e como modo do qual se lança mão para a produção do registro dessa observação, essas crônicas e fragmentos ocupam nessa pesquisa, a uma só vez, o lugar da sistematização de um movimento de observação, registro e crítica de campo.

Seguindo a premissa de que todo tema traz consigo metodologias específicas, que condizem com o percurso teórico-metodológico, defendo aqui também o imbricamento de uma estética que o próprio movimento de pesquisa descortina, como indício mesmo de uma linguagem que dê conta, ou ao menos tente dar, das questões que emergem no campo. É justamente essa compreensão que baliza a coerência das crônicas e dos fragmentos nesse texto, como formas de escrita produzidas a partir das experiências vividas no campo. Além disso, a margem alegórica da linguagem literária é vista aqui pela ótica da abertura, que permite e também convida o leitor a transcender o que está escrito, alcançando outras leituras e reflexões. De modo direto, o que me interessa não é construir A leitura, assegurando o que cabe ou não cabe no tema e nas experiências trazidas, mas sim UMA leitura que desloque, que convide ao movimento de pensar junto e, principalmente, pensar além.

Cronos, o deus do tempo, filho do céu e da terra, é conhecido na mitologia grega por devorar os próprios filhos assim que nascem, na tentativa de perpetuar-se no trono. Sendo enganado pela titânide Reia, que em vez de oferecer o filho, oferece uma pedra para ele engolir, Cronos acaba derrotado por Zeus, que se torna rei dos deuses do Olimpo. Cronos se encontra presente em diferentes vocabulários, como cronologia e sincronia, por exemplo. A arte, por sua vez, toma Cronos como figura alegórica para nomear o gênero literário da crônica – palavra que também pode se referir a doenças, quando usada como adjetivo.

O professor Antonio Candido (1992), ao falar da crônica, “filha do jornal e da era da máquina”, destaca o fato de muitos a considerarem um gênero literário de menor importância, o que para ele é indicativo de que se trata de um gênero ainda bem próximo dos leitores e, portanto, potente na medida em que permite tocá-los de forma mais efetiva. Essa proximidade a que se refere Candido é também uma exigência em relação à produção da crônica, de forma que só é possível uma escrita que toque o outro quando o autor é próximo também dos temas que aborda, escrevendo “ao rés-do-chão”. Nesse sentido, as crônicas “talvez comuniquem mais do que um estudo intencional a visão do homem na sua vida de todo dia” (CANDIDO, 1992, p. 19).

Sendo um gênero “bem nosso” (CANDIDO, 1992, p. 17), a crônica se consolidou no Brasil na década de 1930, trazendo a fragmentação como possibilidade, tanto pela flexibilidade de sua definição, quanto pelo caráter das discussões que potencializa, sendo lugar de fomento de reflexões que transcendem a própria narrativa contida em suas linhas, reflexões que se apresentam justamente nas entrelinhas. Para além disso, a crônica também expressa temporalidade específica, mesclando a perenidade à que aspira a literatura com a veia jornalística marcadamente fugaz e fundamentalmente contextual.

Assim, tal qual Cronos, esse é um gênero que devora o cotidiano para devolvê-lo em relampejos aos seus leitores, numa espécie de seleção das porções de tempo em que a vida se desenrola, deslocando fatos para fazer emergir novos ou diferentes olhares em relação àquilo que nem sempre nos chama atenção. Em lugar de oferecer um cenário “excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes” Candido (1992, p. 14) destaca que a crônica, “amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas”, pega o miúdo desse cotidiano e mostra nele “uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas” (CANDIDO, 1992, p. 14).

Embora essa discussão se torne bastante poética, na perspectiva assumida até aqui, é importante deixar registrado que longe de ser um lugar de conforto e inspiração artística idílica, o processo de escrita das crônicas e dos fragmentos no interior dessa tese se tratou de

um esforço laboral, um trabalho que demandou passos criteriosos e mesmo dolorosos em alguns momentos, afinal, como afirma Clarice Lispector (1984, p. 154), escrever é tão difícil, do ponto de vista do fazer e do compartilhar com o outro, que acaba por ser uma verdadeira maldição,

Ao linotipista

Desculpe eu estar errando tanto na máquina. Primeiro é porque minha mão direita foi queimada. Segundo, não sei por quê. Agora um pedido: não me corrija. A pontuação é a respiração da frase, e minha frase respira assim. E se você me achar esquisita, respeite também. Até eu fui obrigada a me respeitar. Escrever é uma maldição.

Especificamente para a escrita nessa tese, após o movimento da pesquisa, de estar junto das crianças, considerando o tempo, o contexto, os diálogos, gestos, cheiros, entrecruzamento de olhares, sorrisos, compartilhamento de sentimentos e tantos outros vestígios do humano, seguiu-se a tentativa de dar materialidade a esses momentos por meio das crônicas e fragmentos, sobretudo pelo reconhecimento de que se trata de uma estética de escrita capaz de intensificar o acontecimento político-poético da vida. Foi, portanto, o processo de uma escrita como registro, que foi sendo lapidada para dar conta daquilo que, na observação do cotidiano, tanto me tocou.

E foi exatamente nessa escrita que as dimensões da ética e da estética se entrelaçaram na construção do texto. Isso porque a escrita se trata de um ato individual, de certa forma, uma ação do autor que depois de estar junto dos sujeitos de sua pesquisa, se senta à frente da tela em branco e decide que palavras, expressões e conceitos enredar em sua narrativa. Ele decide cada vírgula posta, cada ponto que pretende encerrar a discussão e cada reticência que permite ao leitor marear um pouco mais – nesse oceano de que o leitor só conhece mesmo é o barco... É nesse exercício que o autor do texto deixa ver a responsabilidade que baliza sua existência no campo acadêmico e sua inserção no tema em debate. Isso porque é na escrita que, em última instância, ele escolhe se segue na companhia dos sujeitos da pesquisa, considerando-os a cada uma dessas inscrições, ou se os cala diante da sua necessidade de dizer mais do que os próprios sujeitos lhe deram a conhecer. É ali que ele vai optar se segue pela escrita como indivíduo ou se vai convocar aqueles que são responsáveis pela emergência do tema enquanto questão, nos trilhos de um texto polifônico, onde as diferentes vozes aparecem (BAKHTIN, 2011).

Essa reflexão é importante porque dela nasce a postura com a qual esse outro será enxergado, recebido, tratado e apresentado no texto – lembrando que as ciências humanas são ciências do texto, pois têm como meio de divulgação a circulação escrita de procedimentos de pesquisa, sendo o texto aqui entendido como o ato de comunicar, que une palavra e

enunciado, signo e sentido (BAKHTIN, 1997). E essa postura, quer queira o pesquisador ou não, aparece impressa na escrita, numa cristalização da ética que balizou o processo todo, desde a elaboração das questões, das escolhas metodológicas, até o encontro com o outro e os modos como escolheu-se trazê-lo na narrativa científica.

Ainda que o movimento de elaboração das crônicas e fragmentos tenha, no momento da escrita, esse caráter ético de produção autoral e pessoal – na medida em que escrevo sobre o que experiencio do ponto de vista do meu posicionamento no mundo – está presente também uma dimensão coletiva, já que esses escritos nascem do meu olhar lançado ao outro, nesse caso as crianças, com quem divido as experiências e que convoco, a partir dos meus registros, a narrá-las junto comigo. Mas além dessa dimensão de compartilhamento das experiências, há ainda uma outra, pois depois de rascunhados, esses escritos são levados à roda do Grupo de Pesquisa.⁵⁶ Afinal, se compreendemos a ciência do ponto de vista de uma produção coletivizada, nada mais coerente que entendermos as crônicas e fragmentos de texto sob este aspecto também.

Portanto, como itinerário mesmo de uma proposta metodológica, é como registro, sustentado muitas vezes com o uso de fotografias, vídeos, registros em blocos de notas eletrônicos ou bilhetinhos que as crônicas e os fragmentos capturam e tentam dar conta da observação do cotidiano. Do processo de esboço individualizado, próprio do exercício da escrita, passamos ao compartilhamento da leitura com o Grupo, que vai lapidando proposições nesse coletivo, sendo parte da construção de uma ciência que se faz na sua própria feitura e entre pares.

Para além das questões específicas da escrita, o modo como o campo é trazido para o texto torna explícitos os laços que esse trabalho busca tecer entre ciência, arte e vida, na medida em que procura condensar, no formato das pequenas crônicas e fragmentos, a materialidade do cotidiano numa linguagem poética embebida da necessária crítica da cultura. Assim, trazer a literatura como teoria social e a escrita como processo de elaboração do mundo também fazem parte do esforço de pensar as influências do meio sobre essa escrita, marcadamente social, como nos chama atenção Candido (2006 p. 28) ao indagar “em que medida a arte é expressão da sociedade [...] e em que medida é social, isto é, interessada nos problemas sociais”.

Historicamente é lugar comum afirmar que a literatura é um produto social, trazendo impressa em suas páginas marcas da cultura e do contexto em que é escrita. Essa concepção

⁵⁶ GPICC – Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea. Institucionalmente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

se manifesta nas análises literárias sobre os autores, sua posição social e motivação para a escrita; sobre o conteúdo, na escolha dos temas e no uso das formas; e também na transmissão e recepção da obra, ou seja, como ela circula e age sobre o meio (CANDIDO, 2006 p. 30). Essa última dimensão analítica considera que, além de ser produto, a literatura é também produtora de contexto, influenciando os leitores e, portanto, se afirmando como elemento constitutivo da sociedade.

Nesse sentido, ainda que a obra seja uma produção pessoal, “única e insubstituível, na medida em que brota de uma confiança, um esforço de pensamento, um assomo de intuição, tornando-se uma ‘expressão’” (CANDIDO, 2006 p. 147), a literatura em si é coletiva, ou seja, demanda a conjunção de “meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma ‘comunicação’” (CANDIDO, 2006 p. 147). Portanto, é o elemento cultural que localiza a literatura como parte de um todo, lançando-a à dimensão constitutiva dos valores, usos e costumes da sociedade de onde nasce. E é ocupando esse lugar que a escrita dessa tese situa a literatura, como produção contextualizada que busca, ao mesmo tempo que oferecer uma leitura da realidade, traduzida e significada pelo olhar da autora, também provocar no leitor uma percepção com a qual ele possa dialogar – e transcender – ao olhar e dizer dessa mesma realidade dali em diante.

A escrita acadêmica é entendida aqui, então, como processo de constante (re)pensar sobre o que queremos fazer existir a partir do que comunicamos para o mundo com as nossas pesquisas. Assim, para além das questões éticas e estéticas que envolvem a construção do texto, importa pensar ainda na dimensão política do que se quer dizer, como nos lembra o escritor Graciliano Ramos,⁵⁷

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxaguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

⁵⁷ RAMOS, Graciliano. “Morte de Graciliano Ramos, autor de Vidas Secas, completa 64 anos nesta segunda-feira”. Correio Notícia. Cultura. Disponível em: <<https://correionoticia.com.br/imprimir/noticias/cultura/morte-de-graciliano-ramos-autor-de-vidas-secas-completa-64-anos-nesta-segunda-feira/43/16383>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Talvez o que precisemos enquanto parte da academia, sobretudo a que vive hoje um processo de achincalhamento institucional e ideológico por parte de diversos grupos fundamentalistas e negacionistas, contrários à emancipação como valor primeiro da produção de conhecimento, seja pensar e responder sinceramente: o que estamos querendo dizer? E como podemos dizer de modo que nos ouçam?

3.3 Composição estética da pesquisa

Encontro meus elementos em livros, latas de spray, blues, álcool etílico, gansos em glifos egípcios [...] O mérito dos fatos não é meu. Eles existem a despeito de mim.

Jean-Michel Basquiat

Construir uma pesquisa não é diferente de construir uma estrutura de concreto. É necessário pensar no melhor tipo de matéria-prima, visando sua edificação sobre um consistente alicerce, a proporção correta entre os elementos utilizados, para alcançar um equilíbrio satisfatório entre as partes e o todo, o modo apropriado de montá-los, pensando não apenas na sua conservação, mas também na coerência arquitetônica, ou seja, no conteúdo do que é feita a estrutura, bem como na forma com a qual ela se apresentará aos olhos.

Imagem 16 – Jazz



Jean-Michel Basquiat. Jazz, 1986. Coleção particular.

Essa matemática que certamente se mescla à poética da estética implica, a quem se põe a construir o alicerce, escolher logo de cara se dele fará parede ou ponte. Isso porque convoca a um constante exame das razões que motivam a sua construção. Um exame ético, portanto. A inspiração buscada em Jean-Michel Basquiat, artista norte-americano que despontou na década de 1970 e alcançou, em 1980, repercussão nas altas rodas de Nova York com uma estética que marcou o cenário cultural do contexto, reside justamente no posicionamento político de considerar essa engenharia como tarefa que precisa mobilizar o que estiver à mão para fazer ouvir o que já não se enxerga.

Usar elementos que existem a despeito de nós mesmos para denunciar o que nos desloca, nos afeta, nos corrói. O processo criativo de Basquiat envolvia estar atento, conectado. Por isso, produzia suas obras com a televisão ligada, assistindo desenhos animados, ouvindo música ou com livros de anatomia abertos sobre a mesa. Seu ímpeto de vida era alimentar-se de mundo, devolvê-lo a si mesmo ressignificado pela tela de quem apenas se punha a enxergar o que havia à sua volta, tentando dar sentido a fragmentos do cotidiano. É precisamente esse o movimento que entendo compor minha metodologia de pesquisa e também de apresentação desse texto: estar atenta ao que já acontece no cotidiano da vida, sobretudo em relação às crianças que circulam nos espaços em que estive, buscando criar composições e oferecer acabamentos que permitam fazer ouvir a partir das ferramentas que tenho, a escrita mais especificamente, e do lugar social que hoje ocupo, a academia.

Para além disso, há ainda o fato de a própria biografia de Basquiat encontrar-se com as preocupações e as discussões levantadas nessa tese. Tendo sido ele um jovem negro que experimentou as ruas como inspiração, palco e também como casa durante um período da vida, entendo que apresentá-lo como referência nesse texto transcende minhas preferências, localizando-se quase que num lugar de justiça estética e política.

Esse exercício de dar acabamento a algo que está acontecendo na ordem da vida, a despeito de mim ou de minha pesquisa, é exatamente o mesmo ato de criar uma colagem,⁵⁸ que é o modo como a escrita sobre o campo será composta nesse texto. A colagem é uma técnica antiga, mas que ganha destaque no início do século XX a partir do movimento Cubista, no interior do qual se começa a usar recortes de letras e pequenos fragmentos de jornais para compor os quadros e confrontar a arte tradicional. De complemento da arte cubista, a colagem logo alçou seus próprios voos com a inserção de uma série de materiais onde antes só se usava tinta e pincel. Areia, papel, cordas, madeira, plástico, folhas secas,

⁵⁸ Técnica artística criada a partir do uso de materiais de diferentes texturas que compõem uma só imagem.

retalhos e mesmo o que poderia se considerar lixo nas mãos de outros artistas, na colagem passou a ocupar importante lugar no movimento de expandir os conceitos da arte. Assim, abrigando elementos do cotidiano no espaço do quadro, a colagem acabou por borrar as fronteiras entre a pintura e a escultura, sendo seus princípios de composição adotados por artistas de todo o mundo, ampliando suas possibilidades.⁵⁹

A imagem produzida pelo movimento da colagem é sempre uma abstração, já que o que existe de fato são fragmentos de diferentes tipos de materiais que não se reconhecem como corpo único. O todo da obra, ou seja, a relação entre os fragmentos, é uma construção do sujeito que agrupa, embaralha, retira e adiciona cada objeto à composição, a fim de ir estabelecendo afinidades entre as partes. Esse todo é estético, uma criação autoral, uma referência para instaurar ordem e dar acabamento ao caos do que nos chega pela via dos fragmentos.

Usar a imagem da colagem na composição da narrativa de campo nessa tese significa pensar as crianças como partes de um mesmo todo que integra a infância, todo que se altera a cada movimento dos sujeitos que a compõem e a cada nova visada a eles lançada. Para além disso, significa também poder efetivamente enxergar as crianças com quem estive descoladas de seus espaços, na busca de experiências que permitam seu encontro em torno de temas que lhes são comuns, independente dos contextos de onde falam. O objetivo, com isso, como já foi explicitado anteriormente, não é fazer uma análise que prescindia das condições concretas delineadas pela materialidade da vida de cada criança. É claro que uma criança que dorme na marquise de um comércio fechado tem demandas específicas que diferem das de uma que frequenta um espaço de desenvolvimento pensado em suas singularidades dentro de um movimento organizado, por exemplo.

Justamente por esse motivo, e na busca por manter a tensão entre o todo e suas partes, cada criança nesse texto de pesquisa ganhou uma identidade visual própria,⁶⁰ um fragmento recortado das obras de Basquiat e que, ao longo de toda a tese, demarca sua chegada em cada tema discutido na coletivização das questões que a torna parte de um grupo social maior, a infância. A ideia, então, é unir essas crianças no que de comum há em suas lutas cotidianas, permitindo ao leitor identificar sua inserção ao longo das discussões. A colagem resultante de cada discussão permitirá, portanto, na composição do texto, compreender os modos como

⁵⁹ COLAGEM . In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo369/colagem>>. Acesso em: 29 de Dez. 2020.

⁶⁰ As imagens que atuam como signo nessa tese se encontram espalhadas ao longo de todo o texto, em recortes específicos, mas é possível conhecê-las na íntegra no Anexo (p. 189).

foram movidos sujeitos, contextos e temáticas para diferentes ênfases, respeitando o eixo de análise de cada categoria.

3.4 A pesquisa como ato político

O que seria deste mundo sem militantes? Como seria a condição humana se não houvesse militantes? Não porque os militantes sejam perfeitos, porque tenham sempre a razão, porque sejam super-homens e não se equivoquem. Não é isso. É que os militantes não vêm para buscar o seu, vêm entregar a alma por um punhado de sonhos.

Pepe Mujica

Para Bakhtin (2010) cada um dos pensamentos que temos se constitui em ato, uma vez que o próprio viver seja compreendido como ação complexa: estamos por inteiro em nossas vidas, vivendo e agindo responsabilmente – entendendo que essa responsabilidade tem menos a ver com a conscientização sobre o que se faz e mais com o fato de que respondemos por tudo aquilo que tornamos ato em nossas vidas. Dessa forma, o exercício de pesquisar é também um ato, uma ação mobilizada a partir de questões que vão sendo perseguidas e lapidadas na própria experiência de existir. É à existência que o ato de teorizar deve ser reconduzido, como forma mesmo de responder à responsabilidade pela qual eu vivo e realizo os meus atos, inclusive o cognitivo (BAKHTIN, 2010).

Como ciência e vida não são a mesma coisa, a tarefa de aproximá-las, na discussão das questões que são caras, cabe ao pesquisador por elas afetado. É nesse ponto que Bakhtin se une ao materialismo histórico, na medida em que pensa a ação como convocação, o pensamento como materialidade do próprio viver. O autor chama atenção ao fato de que não se conhece a vida pela teoria, mas por meio do ato de viver, que abre possibilidades de construção de sentidos, estes sim, teorizáveis.

O existir é ação que simplesmente é, ou seja, que demanda do sujeito uma experiência participativa na concretude do mundo. É o ato de existir que realiza a junção entre o teórico e o estético, lembrando da distinção que Bakhtin (2011) faz sobre ciência, arte e vida, dimensões da cultura humana que são flexionadas num todo de sentido a partir do ato responsável do sujeito que lhes confere unidade. Assim, como autor que se posiciona na crítica a uma ciência que se quer isenta – asséptica e estéril –, Bakhtin insiste nos laços que

nos unem uns aos outros, mesmo (e necessariamente) no contexto de um exercício que requer rigor metodológico específico.

Do embasamento bakhtiniano e da experiência no campo emerge a necessária tarefa de pensar a filosofia do ato responsável cobrada pela atividade da pesquisa, na medida em que faz convergir o encontro entre minha motivação para esse estudo, minha aceitação e acolhida por parte dos diferentes espaços em que me inseri e a profunda necessidade de tornar o ato de pesquisa um ato de sentido no mundo. Essa dimensão ética que convoca à ação não cabe na norma, no que teoricamente deve ser uma pesquisa – sobretudo de cunho positivista –, ou a postura de um pesquisador no interior de seu campo.

É claro que todo empreendimento científico deve garantir rigor em sua estruturação e efetivação, no entanto, entendo que, em vez de uma prescrição normativa, esse rigor advém do constante exame quanto à coerência do ato – que nasce e se completa justamente na relação com o outro. Esse dever em relação ao outro é uma categoria do “ato individual; ainda mais do que isso, é a categoria da própria individualidade, da singularidade do ato, de sua insubstituibilidade e não intercambialidade, do seu caráter, para quem o executa” (BAKHTIN, 2010, p. 76). Um exercício constante da ética enquanto prática, portanto.

A compreensão dessa diferença reside, por exemplo, na distância que separa legalidade de justiça. A primeira é normativa, atende preceitos preestabelecidos e determina o cumprimento de sanções diante de violações, independente das circunstâncias. A segunda demanda o atento exame dos pormenores de cada caso, buscando na equação do contexto, o resultado mais coerente com as condições postas e as demandas apresentadas. A primeira não garante a segunda. E a segunda também não responde integralmente à primeira, em todos os casos. De modo geral, o que generaliza, impele ao escape. E a discussão de ética e moral se recoloca.

Portanto, ao trazer a questão do dever como substância que alicerça minha decisão por uma pesquisa como ato político, estou buscando reafirmar um lugar ético de escolha pelo envolvimento, pelo estar junto como modo de estar por inteiro naqueles espaços com aquelas crianças, pensando nas demandas que, em nossa relação, vão se tornando comuns – não apenas delas e nem apenas minhas. Essa perspectiva é importante, na medida em que não falo de dentro desses diferentes grupos: não sou criança, não sou atingida por barragens,⁶¹ não sou acampada ou assentada, não trabalho nos ônibus ou sinais da cidade e também não resido ou

⁶¹ Ainda que a perspectiva mais alargada sobre as disputas em torno da geração e distribuição de energia nos inclua a todos como atingidos na medida em que o valor cobrado pelo consumo de luz é exorbitante, se comparado aos valores de produção, de modo geral.

durmo nas ruas. Sigo falando do lugar de quem veio de fora, mas tomo essa palavra como quem escolhe se posicionar ao lado na trincheira de lutas que me fazem sentido, entendendo que “é necessário, ainda, alguma coisa que tenha origem em mim, precisamente a orientação do dever moral de minha consciência em relação à proposição em si teoricamente válida” (BAKHTIN, 2010, p. 74).

Ademar Bogo (1998, p. 09), professor, agricultor e poeta, enfatiza essa tomada de decisão como o que dá substância ao militante,

As convicções profundas, plantadas no coração das pessoas, implicam em assumir a dimensão do compromisso político. Mas é acima de tudo, numa entrega gratuita que vai além de qualquer interesse humano. Porque é uma crença e um esforço para que o outro, se realize plenamente, como indivíduo e como classe. Essa gratuidade ultrapassa qualquer opção ideológica. O mercenário faz as coisas para tirar proveito puramente individual; o funcionário trabalha por obrigação; o militante age por uma opção de vida.

Essa pesquisa se delinea, portanto, como ato político por se tratar de uma pesquisa cujo campo convoca à prontidão para a luta – compreendendo que essa luta se desenvolve no miúdo do cotidiano, que demanda estar ali presente nos atos que se fizerem necessários –, mas também porque o produto dessa investigação se pretende ato político em si. Tema, sujeitos, metodologia e texto final giram em torno do engajamento como significante, filosofia mesmo de ser, mas também como modo, um meio de seguir insistindo em existir, sobretudo em tempos em que a desesperança anda tão em voga.

A tomada de posição quanto à pesquisa como ato político encontra também o fato de sermos um dos países que mais mata militantes políticos no mundo, desde aqueles que lutam pela terra, até os defensores do meio-ambiente ou dos direitos humanos, de acordo com a ONG britânica Global Witness, que mapeia a ligação entre recursos naturais, conflitos e corrupção.⁶² Claro é que esses conflitos trazem à tona a discussão sobre a exploração dos recursos naturais do país e o lucro almejado acima de qualquer possibilidade orgânica de recuperação.

⁶² FOWKS, Jacqueline. "Brasil, o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente". El País, Lima, 24 de jul. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870_921380.html>. Acesso em: 18 ago. 2020; BETIM, Felipe. "Brasil é o terceiro país mais letal do mundo para ativistas ambientais, só atrás de Filipinas e Colômbia". El País, São Paulo, 28 de jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-28/brasil-e-o-terceiro-pais-mais-letal-do-mundo-para-ativistas-ambientais-so-atras-de-filipinas-e-colombia.html>>. Acesso em: 18 ago. 2020; HIERRO, Lola. "Brasil é, de longe, o país mais perigoso para os defensores dos direitos indígenas". El País, Oslo, 21 de set. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/actualidad/1533829654_463251.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos aponta que, só no ano de 2016, “foram assassinados 66 defensores e defensoras de direitos humanos no país e outros 64 foram criminalizados, atacados ou ameaçados”.⁶³ Um assassinato a cada cinco dias.⁶⁴ Esses números, se comparados aos dos anos anteriores, são alarmantes e apontam relação direta com o contexto marcado pela profunda crise político-institucional que vivemos desde 2016. De lá para cá a situação piorou bastante. Em termos de segurança, o país tem funcionando desde 2007 uma Política Nacional de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, que atende hoje 665 pessoas ameaças por tornar político seu ato.⁶⁵ Como medidas protetivas, são feitas instalações de câmeras de segurança e rondas de monitoramento, em alguns casos havendo escolta ou realocação temporária.

As notícias nos mostram que não é apenas no campo que os casos de ameaça e violência têm aumentado vertiginosamente. Talvez o caso de que tenhamos mais conhecimento na cidade, pela própria repercussão midiática e também por transcender de modo eficiente esse lugar-comum dos assassinatos no campo, seja o de Marielle Franco, vereadora pelo Rio de Janeiro, assassinada em março de 2018 em circunstâncias que denunciam claramente uma execução política – e que custaram também a vida do motorista Anderson Gomes. Até hoje o caso segue sendo investigado.⁶⁶

Sobretudo na cidade do Rio de Janeiro aumentou também o número de mortes perpetradas pela política de militarização da polícia. Só no ano de 2019, o aumento foi de 92%, segundo levantamento da Rede de Observatórios da Segurança.⁶⁷ A disparidade entre as mortes cometidas por policiais e mortes cometidas por civis se tornou ainda mais evidente no contexto da pandemia da Covid-19,⁶⁸ motivo pelo qual as operações policiais em favelas do

⁶³ “Vidas em luta”. Terra de Direitos. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/livros/42/vidas-em-luta-criminalizacao-e-violencia-contradefensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil/22548>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

⁶⁴ “Dossiê: Brasil tem um defensor de direitos humanos assassinado a cada 5 dias”. Uol. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/04/dossie-brasil-tem-um-defensor-de-direitos-humanos-assassinado-a-cada-5-dias.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

⁶⁵ A informação estava disponível no site do Governo Federal, com atualização datando de 20 de abril de 2018. No entanto, o link de acesso está fora do ar desde 2020: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppddh-1/sobre-o-ppddh>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

⁶⁶ TOLENTINO, Luana. Uma carta para Marielle Franco. Carta Capital, 14 de mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaouma-carta-para-marielle-franco/>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

⁶⁷ VASCONCELOS, Caê. Mortes em operações da polícia do RJ aumentam 92% em 2019, segundo levantamento. 22 de jan. 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/operacoes-policiais-mortes-aumentam-92-rj/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20mortes%20em,aumento%20de%2029%2C7%25.>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁶⁸ BARBON, Júlia. Mortes por policiais crescem 43% no RJ durante quarentena, na contramão de crimes. Rio de Janeiro, 26 de mai. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/mortes-por-policiais-crescem-43-no-rj-durante-quarentena-na-contramao-de-crimes.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Rio de Janeiro foram momentaneamente proibidas.⁶⁹ Sendo essa uma pesquisa sobre o caráter político da infância, é importante dizer que a escalada de crescimento da violência policial a que assistimos no Rio de Janeiro atinge grande número de crianças que, em geral, já são socialmente marginalizadas e, quase sempre, são crianças negras.⁷⁰ Isso significa que na realidade da violação dos direitos das crianças está posto um recorte de classe e de raça para o qual não se pode fechar os olhos.

Viviana Krsticevic, diretora-executiva do Centro pela Justiça e Direito Internacional, afirma haver "uma tendência de crescimento dos crimes contra quem milita em causas ligadas ao racismo, a questões de gênero, violência policial e defesa de populações marginalizadas",⁷¹ tendência que se expandiu em nosso país ainda mais diante de governos que fortalecem narrativas contra uma educação emancipadora, por eles vista como “formadora de militantes políticos”.

As fronteiras entre a vida e a ciência são tornadas aqui limiars na medida em que a decisão de borrá-las é assumida como metodologia de pesquisa. O sociólogo Fals Borda (1981), ao delinear os pressupostos da pesquisa participante, enfocando os estudos desenvolvidos na América Latina, chama atenção ao fato de que o fazer científico hoje demanda compromisso com o contexto, já que a ciência não pode mais ser concebida como uma entidade superior, mas sim como uma ação implicada, constituída das especificidades do tempo, espaço e da classe em que emerge, profundamente atravessada pelas demandas que lhe são contemporâneas e pelos sujeitos com quem dialoga.

O compromisso figura como um dos principais pilares na teoria de Fals Borda (1981) e de toda a dimensão científica por ele defendida. A provocação contida nessa proposta chama a academia a se aproximar do chão dos conflitos de que trata, enfatizando a necessidade de encontrar modos autênticos de responder a questões do nosso campo, modos que, inclusive, atuem no sentido de legitimar a ciência popular ao lado da ciência hegemônica – e não como conhecimento inferior ou submetido a ela. É, de fato, ir ao campo ouvindo o que dizem os sujeitos da pesquisa como narrativas que constituem a própria teorização científica.

⁶⁹ PROIBIÇÃO de operações em favelas do RJ diminuiu em 70% o número de mortes. Metrôpoles, 03 de ago. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/proibicao-de-operacoes-em-favelas-do-rj-diminuiu-em-70-o-numero-de-mortes>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷⁰ DEISTER, Jaqueline. Mês das crianças: 24 crianças e adolescentes mortos em ações policiais no Rio em 2019. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 16 de out. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2019/10/16/mes-das-criancas-24-criancas-e-adolescentes-mortos-em-acoes-policiais-no-rio-em-2019>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷¹ “Brasil está entre os quatro líderes globais em homicídios de ativistas”. Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/brasil-esta-entre-os-quatro-lideres-globais-em-homicidios-de-ativistas.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Para mim é aqui que lugar político e lugar de pesquisa se confundem – e se tornam unidade sob minha responsabilidade. É quando se insere na relação de pesquisa o compromisso social com o que se produz na academia, com as novas éticas que dela emergem – que podem ou não balizar novas formas de vida. A esfera da ciência transbordando e vindo para a vida. A esfera da vida forçando os limiares da ciência e tornando ponte aquilo que tantas e tantas vezes se faz fronteira. Por Marcos Vinícius,⁷² Jenifer Gomes, Kauan Peixoto, Kauã Rozário, Kauê dos Santos, Ágatha Félix, Kethellen Gomes,⁷³ João Pedro⁷⁴... Por Marielle, Nicinha, Marcio, Rosenildo, Waldenir, Waldomiro, José Bernardo, Edmilson, Simeão, Paulo Sérgio e tantos outros companheiros na luta pela justiça social.⁷⁵ Na vida, na arte e também na ciência.

⁷² KAWAGUTI, Luis. Estudante foi morto na Maré mesmo após esperar "trégua" em tiroteio, diz advogado. Notícias UOL, Rio de Janeiro, 26 jun. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/26/estudante-foi-morto-na-mare-mesmo-apos-esperar-tregua-em-tiroteio-diz-advogado.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷³ OLLIVEIRA, Cecilia; SIMAS, Luiz Antonio. Essas são Ágatha e as oito crianças vítimas da política de terror de Wilson Witzel no Rio de Janeiro. The Intercept, 22 de set. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/09/22/agatha-oito-criancas-vitimas-wilson-witzel-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷⁴ LEMOS, Marcela. Adolescente João Pedro é morto em operação no Rio; família critica polícia. Notícias UOL, Rio de Janeiro, 10 de mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/19/adolescente-de-14-anos-e-morto-em-operacao-policial-no-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷⁵ “Não é só Marielle. Conheça mais 24 casos de lideranças políticas mortas nos últimos quatro anos”. Opera Mundi. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/49021/nao-e-so-marielle-conheca-mais-24-casos-de-liderancas-politicas-mortas-nos-ultimos-quatro-anos>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

4 LÍNGUA MATERNA

As mulheres e as crianças são as primeiras que desistem de afundar navios.

Ana Cristina Cesar



De acordo com o dicionário, a língua materna é o idioma que se aprende quando criança, quase sempre no interior da casa que abriga a primeira infância, coincidindo com a língua dos pais, geralmente mais especificamente a língua da mãe. Essa definição que atrela a primeira língua à língua “da mãe” é disputa no campo da linguagem, de modo que alguns autores a entendem como materna na medida em que é a mãe que introduz a criança na corrente da linguagem, exercitando com ela uma fala específica, pausada, direta, ritmada; enquanto outros enfatizam o caráter materno dessa primeira língua relacionado à cultura ou nação na qual a criança vai se desenvolver – e não necessariamente à figura feminina de uma mãe.

Entendida como língua “da mãe”, essa primeira língua, da qual nos apropriamos dentro de casa, pode ser diferente da língua falada pela sociedade na qual a criança está inserida. Exemplos disso costumam ser facilmente encontrados em famílias de imigrantes, como meus tataravôs, que chegaram ao Brasil fugidos da Primeira Guerra Mundial. Vindos da Áustria, eles se comunicavam com seus oito filhos em alemão, sendo o português a língua com que as crianças tinham contato apenas em contextos sociais externos ao ambiente da casa. Além disso, há de se considerar também famílias cujos pais falem línguas diferentes entre si. Nesse sentido, alguns autores defendem a possibilidade de a língua materna não ser necessariamente apenas uma. Por exemplo, numa família em que o pai é porto-riquenho e a mãe ugandense, a língua materna muito provavelmente será o castelhano e o suaíli, simultaneamente – ou mesmo uma mistura de ambas, como é o caso do espanglês, uma mistura do espanhol e do inglês, comumente falada por famílias interétnicas de algumas regiões dos Estados Unidos.

A questão da língua traz consigo a questão da identidade, na medida em que é o universo linguístico da língua materna que fornece os elementos com os quais expressamos nossas emoções (ARENDDT, 2016), pensamos, sonhamos, poetizamos, xingamos (MENDOZA, 2017) e até gesticulamos. O filme “Bastardos Inglórios”⁷⁶ traz uma alegoria que nos ajuda a tornar visível a concretude da língua materna nos modos de expressão quando um dos personagens, que se faz passar por alemão, apresenta o número três com os dedos indicador, médio e anelar, sendo seu disfarce descoberto justamente pelo fato de alemães natos gesticularem o número três usando os dedos polegar, indicador e médio.

A nossa subjetividade é moldada dentro das possibilidades e dos limites da língua, de forma que é por meio da palavra que tomamos consciência de nós mesmos, seja pela apropriação ou através da palavra que o outro nos dirige sobre nós. Em uma das cenas da série de TV “Deuses Americanos”,⁷⁷ o deus da mitologia axante, Anansi, tecelão da história, aparece para um grupo de africanos escravizados a bordo de um navio negreiro e, ao lhes contar a “história dos negros nos EUA”, conclui pelos olhares confusos que eles ainda nem sabem que são negros. Anansi lhes revela, portanto, quem eles passariam a ser a partir do poderio europeu que ia estabelecendo quem era branco, quem era negro e que lugares sociais estariam reservados a cada um deles. Outro exemplo da tomada de consciência sobre si que é dada pelo outro pode ser encontrado na narrativa da filósofa Hannah Arendt (1993, p. 128) sobre como se descobriu judia,

[...] no que diz respeito às minhas lembranças pessoais, não foi em casa que soube que era judia. Minha mãe era completamente alheia à religião. [...] a palavra “judeu” nunca era pronunciada entre nós, quando eu era menina. Foi por intermédio dos comentários anti-semitas das crianças da rua [...] que a palavra me foi pela primeira vez revelada. A partir desse momento é que fui, por assim dizer, “esclarecida”.

Não só a percepção sobre nós mesmos, mas a própria percepção em relação ao mundo é constituída pelas palavras com que o nomeamos, palavras que determinarão exatamente do que será feito esse mundo e o que será possível fazer em seu interior. Dizemos do mundo, das coisas, dos outros e, de igual modo, o mundo, as coisas e os outros nos dizem de nós.

Da mesma forma que a língua materna pode ser composta por duas línguas distintas, ou pela mistura delas, há ainda de se ponderar que essa língua pode ser abandonada – deliberada ou compulsoriamente. Exemplo disso são os inúmeros relatos de judeus perseguidos pelo regime nazifascista, dentre os quais a própria Hannah Arendt, que assinalam

⁷⁶ INGLOURIOUS Basterds. Direção de Quentin Tarantino. Universal Pictures, 2009.

⁷⁷ AMERICAN Gods. Direção de Adam Kane, Craig Zobel, David Slade, Flória Sigismondi, Guillermo Navarro e Vincenzo Natali. Starz, 2017.

a necessidade de desocupar a língua materna como forma de se proteger, assumindo identidades outras, incluindo a linguística. Esses casos evidenciam contextos em que a língua materna, aquela primeira, da casa, do abrigo, da infância e do âmago do sujeito, deixa de ser segura para se tornar um lugar de vulnerabilidade, que ameaça a própria integridade física.

É possível também relacionar o abandono da língua materna ao caráter autoritário com que mercadores de navios negreiros e senhores de engenho do Brasil colonial obrigavam a desapropriação da língua de africanos escravizados. No que concerne às questões sobre escravização, é importante destacar que não é apenas sobre a língua que estamos falando. Ao chegar ao país, a manutenção de qualquer tipo de elemento cultural era proibida. A dimensão política, ritualística, as organizações familiares, as pinturas e elementos de distinção corporais, os mecanismos de rememoração da história, o uso da língua materna, etc. É sabido que muitos traços sobreviveram por meio do sincretismo, mas o simples fato de a história se referir a eles como “traços” já torna compreensível a dimensão do que se perdeu pelo caminho entre um continente e outro.

Se o mar na história de Ulisses ou Odisseu, personagem de Homero (2009), representa o tempo onde os eventos se desenrolam, ou seja, onde a epopeia se torna visível, na história do tráfico de pessoas escravizadas, esse mesmo mar se apresenta como um grande buraco de minhoca, onde por quase quatrocentos anos histórias, memórias, vidas e culturas se perderam, sendo os “traços” deslocadas para espaços outros. Não à toa, o Baobá figura, nessa mesma história, como lugar onde simbolicamente se deixa o passado identitário antes de subir a bordo da escravização europeia (SAILLANT, 2010). Não à toa também a própria rota dos tubarões é alterada pela prática do tráfico, já que, nesse contexto, em média quatorze corpos eram lançados ao mar todos os dias (GOMES, 2020).

Se o abandono da língua materna é, em muitos casos, um caminho para salvar a vida, seu resgate é um caminho para reafirmar as identidades: de si, dos outros e do mundo (ARENDRT, 2008). No entanto, é importante a ressalva de que, constituída pela experiência do exílio, essa língua para a qual se retorna após o abandono, deliberado ou compulsório, já não permanece mais a mesma. Nesse sentido, o lugar de abrigo é abalado e o que antes era língua materna pode facilmente ser experienciada como língua estrangeira – e o retorno vivido será um retorno desse apátrida também na condição de estrangeiro em relação à sua própria língua materna. Esse contexto estabelece uma relação atravessada pela incerteza e pela hesitação, já que “as fontes/das quais as palavras emergem/as invisíveis/se modificaram” (KANN *apud* ETTE, 2018). Essa língua materna “tornada língua estrangeira, convertida em território habitável do exilado, é também território estrangeiro, e não mais o lugar de nostalgia da vida

antes do exílio. Assim, a língua também não é, em si, um lugar de segurança” (ABDALA JR., 2019, p. 283).

Apesar de não ser meu intento discutir pormenorizadamente as nuances do debate sobre a língua materna e suas tensões, a contextualização é necessária para que se compreenda que nessa tese a noção da língua materna se apresenta como expressão simbólica para a abordagem da primeira categoria de análise dessa pesquisa, que traz para o centro das reflexões a proximidade entre crianças e mulheres nos diferentes contextos de luta em que pode estar em campo.

Crônica 9 - A avó

Nas marquises dos mais altos prédios do centro do Rio de Janeiro, o endereço de muitas famílias. De composições diversas, é possível ver casais sem filhos, casais com filhos, homens desacompanhados e mulheres com crianças. Caminhando em direção ao prédio da Defensoria Pública avistamos a silhueta de duas crianças. Uma delas é pequena, tem o cabelo black e caminha intercalando pequenos saltos e piruetas. A outra é maior, nitidamente de um menino que anda gingando e se divide em cuidados entre a menor que anda rápido e uma outra silhueta que aparece no horizonte tempo depois. Essa última usa vestido, tem os cabelos presos e anda a passos mais curtos e cautelosos.

As noites de final de semana na marquise costumam ser movimentadas. Apesar disso, a menina e o menino têm lugar reservado no local, muito bem forrado com papelão e colchas coloridas. E toda a sexta-feira é a mesma coisa: a avó guarda na bolsa os doces que não consegue vender na banquinha onde trabalha, que complementa a renda do Bolsa Família, e parte em direção à casa na qual mora com os netos de sexta a domingo para economizar o dinheiro da passagem. “Muito caro voltar daqui do centro pra baixada todo dia. A gente volta só na semana, quando eles têm escola mesmo”, diz a avó. Ali na calçada que, depois do expediente, passa a fazer as vezes de quarto uns conversam, outros aproveitam para dormir cedo, há quem jogue um baralho, beba um negocinho e, no caso das crianças, essas brincam muito.

Pique-pega, pique-esconde, risos, papo solto e numa fração de segundo: “Você viu a pequena?”. Procura aqui e ali e tá tudo bem, ela só estava brincando um pouquinho mais afastada. A avó é categórica: “Tem que ficar onde eu posso ver!”. Apesar de ter escolhido o lugar a dedo e conhecer todos os vizinhos, presentes a cada novo final de semana, dividindo com ela a calçada, a marquise, as dificuldades e as histórias, a avó não esconde seus medos, referindo-se especialmente à neta, menina e ainda muito criança: “Eu fico sempre de olho porque a gente nunca sabe”.

No interior do feminismo há diversas correntes teóricas que divergem entre si, tanto em relação ao que se entende teoricamente como feminismo, quanto às práticas que se efetivam em decorrência dele. Sem adentrar essa questão, apenas considerando que ela existe e é potente para o modo como os feminismos se constroem e se articulam, é importante pensar no que diz a artista plástica Anne Rammi (2018) ao afirmar que não há um feminismo apenas “das mulheres”, como que desatrelado dos valores da maternidade e da infância. Visto por essa perspectiva, a luta do feminismo abarca mulheres, mães e igualmente crianças, que se encontram numa resistência que é a mesma: contra um sistema que se sustenta na aliança entre múltiplas opressões. A pesquisadora Carla Akotirene (2018) vai explicar esse como sendo um sistema em que racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado convergem na estruturação das desigualdades sociais, compondo uma realidade em que as questões de gênero, raça e classe se condensam. É justamente esse imbricamento de opressões que sustenta os medos da avó, consciente dos perigos postos quando se é pobre, negra, mulher e criança.

Na pesquisa que desenvolveu com população de rua, Sarah Escorel (1999) reuniu uma série de relatos que denunciam esse mesmo medo, adornado por um outro fator que é o de fazer da rua casa. A mesma alusão que a avó faz sobre a necessidade de “estar de olho” é encontrada nesses relatos, em que reiteradamente se afirma que é preciso dormir “com um olho fechado e outro aberto” (ESCOREL, 1999, p. 229). Além disso, encontramos um padrão sobre a escolha desses espaços de descanso que, em geral, é seguido a fim de que o sono, nada reparador, possa ser um pouco menos impossível,

É difícil dormir na rua: é preciso dormir 'com um olho fechado e outro aberto', em local iluminado, em grupos ou em áreas comerciais que dispõem de vigilantes noturnos que não se incomodem com a presença dos moradores de rua. O sono não é reparador. É necessário encontrar um abrigo contra a chuva e o frio, mas também seguro contra as violências institucionais (órgãos públicos de assistência social, política, fiscais municipais de habitação) e contra roubos e agressões entre moradores de rua (ESCOREL, 1999, p. 229).

Maria Amélia de Almeida Teles (2014), importante militante pelos Direitos Humanos, conhecida pelos fortes depoimentos do período em que foi presa e torturada pela ditadura militar brasileira de 1964, aponta a violência, seja ela física, moral, econômica ou de tantas outras naturezas, como questão que une – ou deveria unir – o movimento feminista como um todo. Colocar a ênfase nas violências ajuda a desnaturalizar o olhar romântico que tantas vezes amortiza a luta das mulheres, tornando novamente potentes suas reivindicações na medida em que denuncia os corpos das mulheres como território de uma verdadeira guerra social que se pauta e se sustenta na desigualdade de gênero.

A filósofa Angela Davis (2016) traz essa questão dos corpos das mulheres como campo de disputas ao analisar os discursos e processos em torno do controle de natalidade das mulheres negras nos EUA. Para quem acompanha as discussões feministas quanto ao direito ao aborto, por exemplo, parece lugar comum afirmar que o principal motivo pelo qual se faz essa defesa reside no fato de garantir às mulheres acesso seguro a um procedimento que não começará a ser feito a partir da assinatura de algum decreto, mas que já é feito mesmo em detrimento dele. Em outras palavras, é uma luta pela saúde e preservação da vida, e não o contrário.

Ao abordar o contexto estadunidense, Davis (2016, p. 207) é categórica quanto a serem as mulheres negras aquelas que mais morrem em procedimentos mal-feitos, e isso historicamente, já que desde os primeiros dias da escravização “mulheres negras têm autoinduzido abortos”, quase sempre pela recusa de deixar passar uma nova vida pelas violências características daquele contexto. O episódio de Margaret Garner, uma mulher escravizada fugitiva que matou a filha e tentou se matar quando foi capturada, exemplifica essa questão,

Ela se comprazia porque a menina estava morta – ‘assim ela nunca saberá o que uma mulher sofre como escrava’ – e implorava para ser julgada por assassinato. ‘Irei cantando para a forca em vez de voltar para a escravidão’ (DAVIS, 2016, p. 208).

Diferente do que nos fazem crer os discursos liberais contemporâneos sobre o controle do próprio corpo, que dizem do aborto como passo rumo à liberdade, a luta das mulheres negras recoloca a questão dos corpos femininos como campo de disputas na medida em que nos mostra como os limites entre direito e obrigação tiveram lugar nos discursos e políticas norte-americanas de controle do sistema reprodutivo. O que nasce como uma promessa de autonomia logo se converte em um mecanismo de controle nitidamente classista e racista quando a natalidade, agora temperada com eugenia e falsos moralismos, passa a ser narrada como obrigação das mulheres negras, imigrantes e pobres.

A esterilização compulsória se tornou um projeto tão bem articulado que contou inclusive com a participação de pastores negros que, em suas pregações, atenuavam os objetivos de extermínio da população negra por parte da Federação dos Estado Unidos pelo Controle de Natalidade. Entre o direito das mulheres brancas de adiar e planejar suas gestações, e a obrigação das mulheres negras, pobres, imigrantes e indígenas de limitar sua “procriação”, só no ano de 1972 foram financiadas pelo governo federal entre 100 mil e 200 mil esterilizações, muitas delas forçadas (DAVIS, 2016, p. 220). Curiosamente, as mesmas

forças que encorajavam mulheres de minorias étnicas a se tornarem inférteis, incentivavam mulheres brancas a se reproduzir.

Embora Davis se refira à política perpetrada pelos EUA, no Brasil a situação não difere tanto em relação ao público-alvo das esterilizações, bem como ao caráter de moeda de troca que ela toma em casos específicos. Em 2017 as notícias sobre a esterilização compulsória de Janaína Aparecida Quirino chocaram o país.⁷⁸ A promotora do caso, apoiando-se em discursos de caráter discriminatório, alegou que os equipamentos de saúde e assistência social haviam recomendado a esterilização como método contraceptivo no caso de Janaína, sobretudo por sua dependência química, e que a cirurgia deveria ser realizada mesmo contra sua vontade, pedido que foi acatado pelo juiz Djalma Moreira Gomes Júnior.⁷⁹

Na semana do ocorrido, enquanto dava aula numa das turmas do curso de pré-vestibular social onde atuo, foi levantada a discussão sobre as muitas violências contra a mulher engendradas historicamente pelo Estado, pela Igreja e pela composição tradicional e patriarcal da família brasileira. Enquanto conversávamos, uma estudante na casa de seus 50 anos de idade pediu a fala e, bastante emocionada, narrou que havia sofrido aquela mesma violência praticada contra o corpo de Janaína quinze anos atrás e que, até aquele momento, não havia se dado conta da gravidade da situação. Os laços que conectam ambas as histórias se constituem do entrecruzamento de opressões que faz convergir classe, raça, gênero e, considerando a origem nordestina da estudante, discriminação regional, para além da própria questão geracional, já que em ambas as violências há crianças impedidas de nascer – ou às vezes obrigadas a nascer.

Em 1996, uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde mostrou que 45% das brasileiras em união estável estavam laqueadas. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da laqueadura involuntária, instalada para averiguar a “incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil” e presidida pela então senadora petista Benedita da Silva, comprovou que a prática era usada como moeda eleitoreira, de modo que as laqueaduras eram oferecidas em troca da promessa de voto em campanhas eleitorais.⁸⁰ Nesse sentido, a esterilização em massa, que no Brasil nasce calcada nas orientações norte-americanas e logo se torna política

⁷⁸ MONIN, Serguey. Controle e intervenção: Esterilização forçada e a tutela do Estado sobre o corpo da mulher. Sputnik. 17/07/2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/2018071711736217-poder-estado-mulheres-laqueadura-esterilizacao-aborto/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁷⁹ ANJOS, Anna Beatriz. ‘Não quero que isso aconteça com mais nenhuma mulher’. Sul 21. 01/08/2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/08/nao-querou-que-isso-aconteca-com-mais-nenhuma-mulher/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

⁸⁰ CRUZ, Eliana Alves. ‘O caso Janaína me lembrou que o Brasil já fez esterilização em massa – com apoio dos EUA’. The Intercept Brasil. 18/07/2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

de governo, também se direciona a mulheres pobres e sobretudo negras, fazendo se concretizar o que segue sendo o sonho dos eugenistas, fascistas e “neo-istas” contemporâneos: o branqueamento da população – ou redenção, segundo o pintor espanhol Modesto Brocos.⁸¹ Dom Luciano, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi taxativo ao afirmar que em um país com “16 habitantes por quilômetro quadrado não se deveria estar falando em controle da natalidade, mas o fazia porque havia uma intenção genocida por trás, dentro de uma perspectiva racista”.⁸²

Assim, quando se trata das mulheres pobres e negras, em vez de se defender investimento na distribuição de métodos contraceptivos seguros que possibilitem autonomia sobre o próprio corpo e planejamento de vida, investe-se no cerceamento de sua capacidade reprodutiva, ora vendida com a aparente promessa da liberdade individual, em troca do voto de cabresto, ora imposta sobre o corpo alheio a partir de discursos classistas e racistas que propositadamente fazem confundir discussões sobre proteção e violência.

No caso de Janaína, muitas vezes foi apresentado o fato dela supostamente morar na rua como elemento que deveria adensar a defesa do Estado quanto à necessidade da esterilização, afinal, junto da dependência química, o contexto da rua a colocaria no centro de iminentes perigos que ressoariam em seus filhos. A defensoria lamenta que nem mesmo a história de Janaína tenha sido contada direito nos inúmeros veículos de comunicação que exploraram sua imagem à época.⁸³ Isso porque ela, na verdade, nunca morou na rua, o que nos provoca a refletir sobre os motivos pelos quais essa narrativa foi criada e, mais ainda, porque ela fez corroborar a defesa da violência do Estado sobre o corpo dessa mulher. É quase como se a situação de rua conferisse ao Estado permissão para se apropriar dela, como se estar na rua lhe despisse de qualquer direito sobre si e sobre sua própria vida. Parece, então, que quando a avó de nossa crônica narra a necessidade de estar “sempre de olho”, ela não se refere apenas aos perigos da rua em si, mas também aos perigos que a rua suscita e faz perpetuar enquanto discurso legitimador de atos de violência. O cuidado dessa avó não é fator

⁸¹ M. Brocos. Redenção de Cã. Rio de Janeiro, 1895. Escola Nacional de Belas Artes. Disponível em: <<https://mnba.gov.br/portal/component/k2/item/192-reden%C3%A7%C3%A3o-de-c%C3%A3.html>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

⁸² CRUZ, Eliana Alves. ‘O caso Janaína me lembrou que o Brasil já fez esterilização em massa – com apoio dos EUA’. The Intercept Brasil. 18/07/2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

⁸³ ASSUNÇÃO, Clara. Defensoria pede indenização por laqueadura sem consentimento. ‘Ressarcir minimamente a Janaína’. Rede Brasil Atual. 06/08/2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/08/defensoria-indenizacao-laqueadura-forcada/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

menor na discussão dessa tese. Na verdade, é sobre cuidado que estamos pensando ao longo de toda a reflexão. Afinal, quem cuida de quem? E quem cuida de quem cuida de alguém?

Crônica 10 - Ciranda

O encontro acaba. É hora de pensar a agenda de formação dos próximos meses. Conciliar horários não é tarefa fácil. Ninguém nunca pode tudo. E é assim que se pensa na minimização dos “furos”. Cada um pode faltar um encontro, então, tenta-se organizar dessa maneira, marcando os dias em que apenas um faltará, num esquema de rodízio. Enquanto os homens discutem a conjuntura política, atrelada aos desafios do mundo do trabalho, que agora influencia diretamente o fechamento da agenda, as mulheres levantam a questão: é preciso pensar a Ciranda, o espaço da infância dentro do Movimento. “Se não tiver educador disponível nos dias de formação, dá pra revezar entre quem estiver aqui e viabilizar a Ciranda”. A fala é logo interrompida: “As atividades da Ciranda têm planejamento também. A gente pensa a quantidade de crianças presentes, as idades, a adequação das propostas... não é só ter alguém pra ficar com as crianças”. Outra mulher presente completa: “Revezar com quem estiver significa deixar a Ciranda nas mãos das mulheres e assumir que elas não vão participar da formação porque é sempre a gente que acaba na Ciranda”. Todos se olham. As mulheres, em cumplicidade. Os homens, em vergonha. Quem sugeriu o revezamento para cobrir a Ciranda, agora sugere algo novo: “A gente tá precisando de uma formação voltada para as questões da Ciranda”. Nunca um homem disse algo tão verdadeiro sobre mulheres e crianças naquele espaço.

Algumas famílias se dividem em nossa sociedade, ainda hoje, entre quem provê dinheiro e quem provê serviço doméstico, este último quase sempre acrescido do cuidado. A divisão dessas tarefas traz consigo a necessidade de politizar o cuidado, na medida em que ele convoca uma reflexão ética que resgata os sentidos da fragilidade do humano e, por consequência, a perspectiva da interdependência que nos conecta uns dos outros em diferentes momentos da vida – e não apenas quando chegamos ao mundo. O cuidado é, portanto, dimensão da realidade cotidiana na infância, mas igualmente na vida adulta. No entanto, se o cuidado figura no centro de nossas relações com o outro, ele não ocupa necessariamente o mesmo lugar em termos de experiência e é aqui que a questão política se insere, afinal,

Quem tem condições adequadas de cuidado para si quando necessita de cuidado?
Que crianças conseguem ter mãe, pai, adultos responsáveis por perto em condições adequadas de cuidado? Como se dá a organização do cuidado na infância? Aqui se colocam questões de gênero e divisão de responsabilidades. O que é subjetivo e o

que é coletivo? Quanto dessa responsabilidade é assumida pela família (pelas mulheres) e quanto deveria ser/é assumido pelo poder público, pelo Estado? (RAMMI, 2018).

As desigualdades que incidem na organização socioeconômica do país refletem seus limites e suas fronteiras também no acesso, distribuição e atribuição do cuidado, abrindo espaço para que a lógica capitalista que a tudo toca, toque também a prática do cuidado do outro. Isso significa lembrar que mulheres pobres, que em geral exercem tripla jornada trabalhando fora e dentro de casa, são as que mais enfrentam dificuldades quanto à oferta de creches e pré-escolas para matricular seus filhos, por exemplo, chegando esse percentual a 33,9%, de acordo com o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).⁸⁴ Ou seja, justamente as mulheres que mais precisam acessar esses equipamentos públicos de cuidado – ainda escassos, considerando a demanda – são as que têm menores condições de contratar tais serviços no âmbito privado.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a bandeira moral da defesa da família no cuidado das crianças é levantada pelos setores conservadores da sociedade, o discurso neoliberal de enxugamento da máquina estatal inviabiliza que esse mesmo cuidado seja garantido para as famílias mais pobres. Ao destacar essa contradição, Rammi (2018) reafirma a necessidade de uma redefinição do lugar do Estado na responsabilidade social de oferta e gestão desse cuidado a quem mais precisa.

Para além das questões que se circunscrevem à responsabilidade estatal na lida com o cuidado, é importante também a compreensão de como sua mercantilização incide sobre seu direcionamento, ou seja, de quem e do que cuidamos quando empreendemos nosso tempo e esforço nesse sentido? O teólogo Leonardo Boff (1999, p. 199) chama atenção a isso quando fala do tamagotchi, bicho virtual que se tornou febre nacional no final da década de 1990,

O cuidado pelo bichinho de estimação virtual denuncia a solidão em que vive o homem/a mulher da sociedade da comunicação nascente. Mas anuncia também que, apesar da desnaturalização de grande parte da nossa cultura, a essência humana não se perdeu. Ela está aí numa forma do cuidado, transferido para um aparelhinho eletrônico, ao invés de ser investido nas pessoas concretas à nossa volta: na vovó doente, num colega de escola deficiente físico, num menino ou menina de rua, no velhinho que vende o pão matinal, nos pobres e marginalizados de nossas cidades ou até mesmo num bichinho vivo de estimação qual seja um hamster, um papagaio, um gato ou um cachorro.

Ao pontuar os descuidos lidos por ele como sintomas da crise da civilização, Boff (1999, p. 203) destaca que nossa sociedade não tem cuidado bem das crianças, dos pobres, da

⁸⁴ MORENO, Ana Carolina. Um terço das crianças de 0 a 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vaga, diz IBGE. G1. 20/05/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-terco-das-criancas-de-0-a-3-anos-mais-pobres-do-brasil-estao-fora-da-creche-por-falta-de-vaga-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

generosidade, da sociabilidade, da dimensão espiritual, da vida pública, da preservação de espécies animais e vegetais, da salvaguarda do planeta e da organização da habitação. Isso tudo caracteriza, para ele, a perda dos elos que nos ligam uns aos outros e ao universo de maneira geral, elos fundamentais para nossa própria existência. Se o descuido vem marcando o que nossa sociedade tem escolhido ser, contemporaneamente, é na retomada do cuidado que se encontra a potência de um exercício de resistência.

Pensando o cuidado como ato e como ética, Boff (1999) busca no arquétipo da Grande Mãe, Pacha Mama e Nana os sentidos políticos envolvidos na prática de cuidar. Assim, ele aponta que é das inúmeras divindades femininas surgidas no paleolítico, passando pela África, pela bacia do Mediterrâneo, pela Índia e pela China, que emergem os matriarcados, experiências que nos legaram enquanto espécie a memória de uma conexão com a Terra-Mãe, responsável pela “insaciável nostalgia por integração, inscrita nos nossos próprios genes” (BOFF, 1999, p. 235). É nessa memória que o teólogo aposta como utopia que convoca à ação e, no que a convoca, cria novas possibilidades de construção da história.

Ainda que Boff nos traga uma perspectiva positiva do atrelamento entre a natureza e o feminino, é importante refletirmos sobre a necessidade de desnaturalizar a ideia de que cuidar é questão de mulher, justamente devido à necessidade de politizar o ato de cuidar. Isso porque a divisão das responsabilidades que essa concepção lega acaba por sobrecarregar uns em relação a outros, como afirma a economista Amaia Pérez Orozco (2012). Essa sobrecarga não nasce do vazio, mas advém exatamente do fato de mulheres serem identificadas como sendo mais próximas da natureza do que os homens, que seriam mais próximos da cultura, algo socialmente concebido como maior e de maior importância. Portanto, essa seria mais uma forma de inferiorizar as mulheres.

O filme “Mother!”⁸⁵ traz uma leitura dessa perspectiva ao resgatar a história dos conflitos entre um homem e uma mulher em relação ao ato de cuidar. Na trama, se confundem os lugares ocupados pela mulher, pela mãe, pela cuidadora, bem como se explicita a divisão dos valores pelos quais cada um se levanta: enquanto ela se preocupa com a preservação da casa, do filho, da relação, dando ênfase ao fato de o cuidado se referir não só à dimensão material, mas também ao caráter imaterial dos afetos (OROZOCO, 2012), ele está ocupado demais trabalhando para alcançar fama, sucesso e reconhecimento externo.

Como destaca a filósofa Alicia Puleo (2012), enquanto a filosofia reservou à mulher a natureza e a sexualidade como características, reservou à própria natureza o lugar de fonte de

⁸⁵ MOTHER! Direção de Darren Aronofsky. Paramount Pictures, 2017.

matéria-prima. A síntese que se tira daí é apenas uma: o caráter de uma existência que tem por objetivo ser dominada e explorada. Esse caráter se perpetua histórica, filosófica, cultural e efetivamente a partir das oposições clássicas que vão apartando natureza e cultura, mulher e homem, animal e humano, sentimento e razão, espírito e matéria, alma e corpo, e etc., estabelecendo hierarquias que desvalorizam as “mulheres, suas tarefas, os animais não humanos, os sentimentos, o corporal e tudo o que é designado como Natureza frente a uma razão e uma cultura concebida como masculinas e totalmente desligada liberada do ‘natural’” (PULEO, 2012, p. 47).

Portanto, da mesma forma que a conexão do cuidado como algo especificamente “da mulher” advém do laço que a conecta historicamente à própria natureza, também as opressões se encontram nas pontas da corda que as unem, de modo que a opressão da mulher será relacionada à dominação da própria natureza como ponto de vista reivindicado por movimentos como o ecofeminismo, que associa a luta das mulheres com a luta pela preservação ecológica como perspectiva política, e ao mesmo tempo se posiciona contrariamente ao atrelamento determinista que correlaciona mulheres e natureza. Nesse sentido, a crítica à arquitetura do saber ocidental, patriarcal e branco é tecida de modo a destacar o fato de muitas mulheres sequer manifestarem qualquer tipo de preocupação ambiental, o que acaba tornando ingênuas leituras pautadas nesse determinismo, justamente devido à reafirmação do lugar da mulher no papel de cuidadora universal, responsável inclusive pela natureza, pelo mundo e pela continuidade da espécie sobre a Terra (PULEO, 2012).

Essa pesquisa me trouxe como imagem primeira a intrínseca relação entre mulheres e crianças, da qual emergiu, portanto, a primeira categoria de análise que inaugura as discussões do campo. Nos movimentos populares que lutam pela mais ampla gama de direitos e mesmo nos pequenos grupos não organizados institucionalmente há sempre mulheres à frente. Dos procedimentos burocráticos à linha de ação direta nos confrontos com o Estado. E para mim há algo nessa relação que suscita pensar a continuidade da luta. Na mulher porque é dela que surge a vida no mundo. Na criança porque é ela que assume a tarefa de reabastecer os sentidos futuros das diferentes coletividades que compõe.

Pensando nos laços que atam essas especificidades à complexidade da vida, infância e mulheridade, geração e gênero, é na partilha da cultura que essa relação se potencializa. Claro é que as tensões sociais, que atribuem à mulher o lugar de cuidadora da criança, sob a pecha da maternidade, existem e precisam ser consideradas, como vimos até aqui. No entanto, a potência do que se quer explicitar reside justamente numa relação que se constrói sim no

cuidado, pensando na dimensão ativa e movente dos afetos, mas um cuidado que não é artificializado e que se sustenta, no interior dos movimentos populares e dos pequenos grupos, por uma politização mútua. Mulheres e crianças tomando a luta nas mãos – onde ela sempre esteve, aliás, ainda que o protagonismo, enviesado por uma história positivista, tenha sido reservado quase que exclusivamente aos homens.

Infância e mulheridade são parte da cultura. A infância como experiência de vida da criança e a mulheridade como experiência de vida da mulher. De certa forma essas são categorias homogêneas, ainda que as experiências difiram em termos do contexto e das condições em que cada um vive a sua vida. E é precisamente na cultura que essas categorias são recortadas pela classe, pela raça, pelo gênero, etc., recortes que consubstanciam com diferentes tonalidades a concretude da existência. Assim, a experiência de infância de uma criança negra é completamente diferente da experiência de infância de uma criança branca, sobretudo numa sociedade marcada estruturalmente pelo racismo. Da mesma forma, a experiência de mulheridade de uma mulher nascida “menina” difere por completo da de uma mulher transgênero.⁸⁶

Palomar, personagem do escritor Ítalo Calvino (1994), que observa o cotidiano e encontra, no mais ordinário, elementos para as reflexões mais complexas, já trazido anteriormente no texto dessa tese, nos ajuda também a compreender melhor o jogo de escalas existente entre a homogeneidade categorial e a heterogeneidade contextual, no movimento de observar o mar tentando separar uma onda da outra,

Em suma, não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos que concorrem para formá-la e aqueles também complexos a que essa dá ensejo. Tais aspectos variam continuamente, decorrendo daí que cada onda é diferente de outra onda; mas da mesma maneira é verdade que cada onda é igual a outra onda, mesmo quando não imediatamente contígua ou sucessiva; enfim, são formas e seqüências que se repetem, ainda que distribuídas de modo irregular no espaço e no tempo (CALVINO, 1994, p. 08).

É justamente essa ideia de que cada onda é singular e, na mesma medida, parte de um todo, o oceano, que pretendo suscitar: cada criança e cada mulher são indivíduos que vivem

⁸⁶ Considerando a materialidade dos corpos, a questão biológica guarda lugar de importância, na medida em que entende-se que é a partir dela que os papéis sociais começam a ser impostos – e desse movimento também participam as mulheres trans, que não “respondem” a esses papéis e, por isso mesmo, são discriminadas. É, portanto, a desigualdade social marcada pelo gênero atribuído ao sexo da “menina” o foco dessa discussão. No entanto, cabe destacar que também no caso da mulher transgênero, há uma gama de especificidades que marcam sua carne, suas condições de vida e o “ser mulher” que lhe pertence, mas que são especificidades que se diferem das que delineiam o “ser mulher” da mulher biologicamente nascida “menina”. Exemplo disso é a expectativa de vida que substancia a experiência de existência dessas duas mulheres: enquanto a mulher biologicamente nascida menina vive em média 79 anos (IBGE-2018), as mulheres transgênero vivem apenas 35 anos (ANTRA), o que por si já nos convoca a pensar com responsabilidade sobre o desnível social existente entre ambas as experiências de mulheridade.

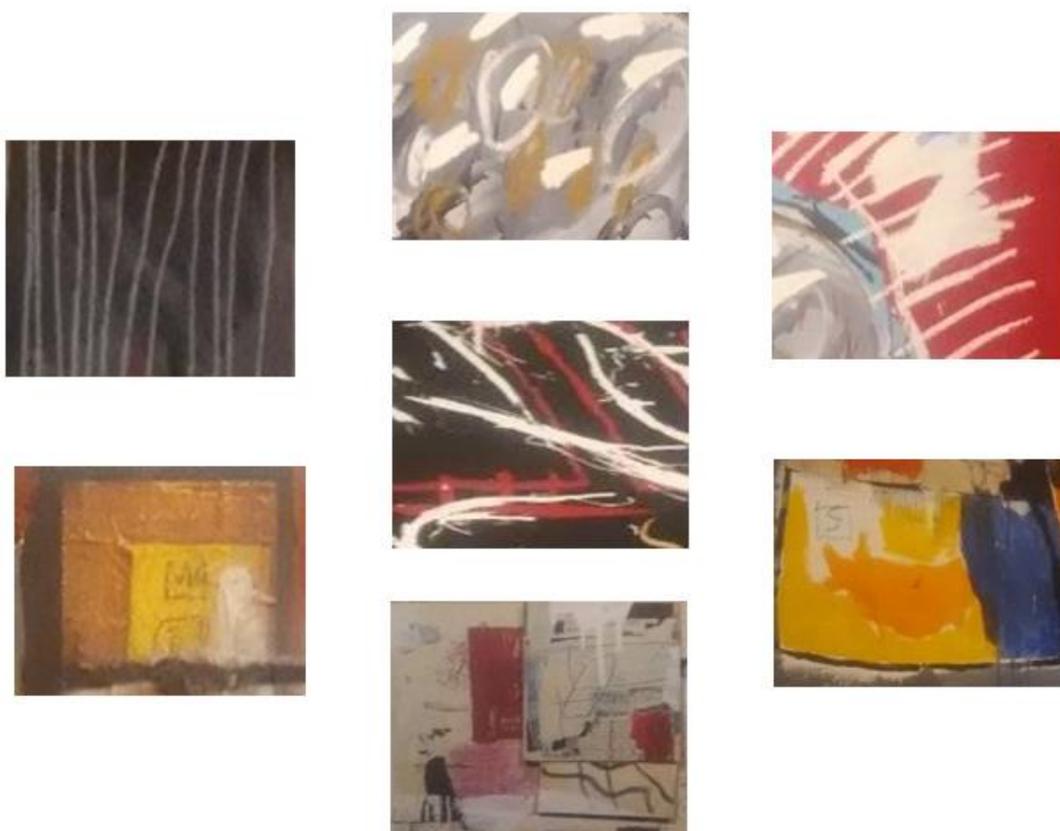
uma experiência particular, uma experiência de infância e de mulheridade, que constituem um mundo de subjetividade, mas da mesma forma, a criança e a mulher são sujeitos que compõem categorias sociais específicas, um todo que só é possível devido à sua existência. É nessa interseção que infância, mulheridade e cultura se tocam constitutivamente.

Como “ser mulher” (BEAUVOIR, 1980) e “ser criança” não são dados exclusivos da natureza – apesar de serem constituídos por ela também –, o aprendizado depende dessa inserção cultural, uma imersão que desnuda, no interior da sociedade patriarcal, a constituição de uma relação que se diferencia nos movimentos populares e nos grupos que se unem para fazer a vida, justamente porque pressupõe a salvação do mundo (ARENDRT, 1972). Neles a participação da criança não é metodologia de luta, mas princípio e sustentáculo. Por isso mesmo, a formação muitas vezes pensada de modo específico no interior de diversos movimentos enfoca a competência política como prioridade na busca pelas utopias que impulsionam a luta, dando materialidade a uma revolução que se efetiva no cotidiano da vida, na partilha do coletivo, no afeto das trocas e na certeza do compromisso com a continuidade do mundo.

5 SOBRE-VIVÊNCIA

Aquele moleque sobrevive como manda o dia a dia
 Tá na correria, como vive a maioria
 [...] Tem o instinto que a liberdade deu
 Tem a malícia que cada esquina deu

Racionais MC's



“Sobrevivendo no inferno” é a expressão que dá nome ao quarto álbum do grupo Racionais MC’s. Lançado em 1997, ele é criado no contexto de três grandes chacinas urbanas: o Massacre do Carandiru, a Chacina da Candelária e o Massacre de Vigário Geral. Na primeira delas, ocorrida em 02 de outubro de 1992, cento e onze presos foram mortos pela Polícia Militar em apenas 30 minutos. 90,4% das vítimas foi alvejada na cabeça e no pescoço.⁸⁷ A balística confirmou que além de revólveres, foram utilizadas também metralhadoras. O perito Osvaldo Negrini Neto afirmou que “mais de 90% dos tiros estavam dentro das celas. E sempre da porta para o fundo, ou seja, impossível que tenha sido algum

⁸⁷ CRUZ, Fernanda. Acusação diz que morreram 96% dos presos do Carandiru atingidos por tiros. Agência Brasil. 02/08/2013. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-08-02/acusacao-diz-que-morreram-96-dos-presos-do-carandiru-atingidos-por-tiros>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

tiro dado pelos presos em direção aos policiais militares”.⁸⁸ De fato, além de nenhum PM ter sido morto, nenhum deles sequer apresentou ferimento à bala. O julgamento dessa chacina chancelada pelo Estado de São Paulo teve início só em 2013, vinte e um anos após o acontecido. As penas imputadas variaram entre 48 e 624 anos de prisão. No entanto, nenhum dos setenta e quatro policiais condenados foi preso. Em 2016 o julgamento foi anulado e um pedido de absolvição encaminhado sob o pretexto de que os policiais teriam agido em legítima defesa. A Casa de Detenção do Carandiru foi implodida em 2002 e deu lugar ao Parque da Juventude – a mesma que segue sendo exterminada pela PM.

Fumaça na janela, tem fogo na cela
 Fudeu, foi além, se pô, tem refém
 Na maioria, se deixou envolver
 Por uns cinco ou seis que não têm nada a perder
 Dois ladrões considerados passaram a discutir
 Mas não imaginavam o que estaria por vir
 Traficantes, homicidas, estelionatários
 Uma maioria de moleque primário
 Era a brecha que o sistema queria
 Avise o IML, chegou o grande dia
 Depende do sim ou não de um só homem
 Que prefere ser neutro pelo telefone
 Ratatátá, caviar e champanhe
 Fleury foi almoçar, que se foda a minha mãe!
 Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo
 Quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio!
 O ser humano é descartável no Brasil
 (RACIONAIS MC’S, Diário de um detento, 1997).

As histórias da Chacina da Candelária e do Massacre de Vigário Geral possuem muitos pontos convergentes, como o fato de terem ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1993 – num espaço de pouco mais de um mês entre uma e outra –, e também o fato de terem sido episódios perpetrados por grupos armados compostos de policiais militares que, em ambas as ocasiões, atiraram contra crianças, jovens e adultos matando oito deles na Candelária e vinte e um em Vigário Geral – dentre os quais estão oito pessoas de uma mesma família, assassinada dentro de casa por “queima de arquivo” devido ao descuido de um dos policiais que entrou na residência sem capuz na cabeça.

Enquanto a motivação apontada para o ato na Candelária permanece uma incógnita, ora se circunscrevendo à vingança devido a uma janela de viatura quebrada por um dos meninos, ora devido a um acerto de contas quanto ao tráfico de drogas com o qual o 5º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) estava envolvido, em

⁸⁸ CORREIO BRAZILIENSE. Perito conta que nunca viu algo tão desumano quanto o Massacre do Carandiru. 01/10/2012. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/10/01/interna-brasil,325373/perito-conta-que-nunca-viu-algo-tao-desumano-quanto-o-massacre-do-carandiru.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Vigário Geral é sabido que a ação foi uma represália por conta do assassinato de quatro policiais numa emboscada ocorrida na noite anterior ao Massacre.

Outro ponto convergente se refere à impunidade com que ambos os casos foram tratados judicialmente, de maneira que dos sete policiais acusados pela Chacina da Candelária, apenas três foram considerados culpados, recebendo sentenças que variavam de 20 a 300 anos de prisão. Nenhum deles cumpriu sequer a pena mínima.⁸⁹ Como responsáveis pelo Massacre de Vigário Geral foram denunciados cinquenta e dois policiais, sendo que apenas sete deles foram condenados, dos quais três conseguiram absolvição posteriormente. Hoje apenas um dos condenados segue preso, mas em regime semiaberto desde 2017.⁹⁰

O professor de literatura Acauam Silvério de Oliveira (2018) destaca o fato de o Carandiru ter servido como uma espécie de “abre-alas” aos massacres subsequentes, na medida em que engendrou “um verdadeiro projeto de gerenciamento da miséria por meio da violência”. No entanto, o que a periferia percebeu antes de todos, em sua perspectiva, foi que,

[...] esse modelo genocida de organização social, ancorado numa série de mecanismos herdados da escravidão e aperfeiçoados durante a ditadura, não se voltava apenas contra aqueles considerados “criminosos”, tendo se convertido em norma geral, com aprovação quase irrestrita da opinião pública (OLIVEIRA, 2018).

A violência como mecanismo de ação sistemática de um Estado estruturalmente racista e classista é enfatizada nas composições dos Racionais MC's de forma tão contundente que muitos pesquisadores equiparam o álbum “Sobrevivendo no inferno” a obras como “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis e “Grande sertão: veredas”, de Guimarães Rosa, do ponto de vista cultural (OLIVEIRA, 2018), bem como o alcance do grupo aos movimentos e lideranças negras estadunidenses pelos direitos civis, em termos políticos.⁹¹

Vale lembrar que na década de 1990, contexto em que o álbum é criado e lançado, o país era governado por Fernando Henrique Cardoso, que defendia uma agenda neoliberal de privatização das empresas públicas e estatais e que, como política cultural e ideológica, promovia a democracia racial a partir da negação do racismo, movimento que o álbum “Sobrevivendo no inferno” contrapõe com exemplos cotidianos, midiáticos, políticos e

⁸⁹ SOUSA, Alana. História da Chacina da Candelária: Uma noite de brutalidade no Rio de Janeiro. Aventuras na História. 30/11/2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-chacina-da-candelaria-uma-noite-de-brutalidade-no-rio-de-janeiro.phtml>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁹⁰ BLOG DO ACERVO. O Globo. 29/08/2018. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/vigario-geral.html>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁹¹ JULIÃO, Luanda. Sobrevivendo no inferno é uma aula de história, racismo e luta por direitos. Justificando. 28/05/2018. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/05/28/sobrevivendo-no-inferno-e-uma-aula-de-historia-politica-racismo-e-luta-por-direitos/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

econômicos. São exatamente esses elementos, responsáveis por expor as contradições presentes no tecido social, que se encontram impressos no ato de nomear essa categoria como “sobrevivendo”.

O objetivo é, portanto, discutir a questão da sobrevivência por um duplo viés que muitas vezes se confunde, mas que possui especificidades: a sobrevivência a partir da garantia de proteção, o que no campo dessa pesquisa trouxe consigo a reflexão sobre a organização coletiva – independente se institucionalizada ou não; e a sobrevivência a partir das estratégias de manutenção da própria vida, o que implica pensar as dimensões do aprendizado dentro desse coletivo do qual se é parte, da apropriação dos códigos do grupo e do mundo, e também da ajuda mútua que existe como forma de viabilizar a existência.

Crônica 11 - Alô Alô!

Antes do encontro começar, nos reunimos na varanda em volta de uma bacia cheia de uvas. Entre um cacho e outro, circulam de mão em mão fotografias antigas, xícaras de café quente e boas risadas. Uns cochicham amenidades entre si, outros aproveitam os minutos finais para entrar em redes sociais, enviar mensagens ou fazer uma ligação. As crianças correm em volta da casa junto com os cachorros, revezando entre as uvas, as fotografias e os cochichos. No momento em que uma das pessoas que faltava chega comentando sobre o assassinato de um conhecido ocorrido na noite anterior, as risadas cessam, os olhares se cruzam e um misto de tristeza e apreensão se instala entre nós quase a ponto de tornar palpável o medo. Quando o silêncio é rompido com os detalhes da trama que culminou no crime, uma das crianças toma o celular que está na roda, sobre a mesa das uvas, e o desliga. Imediatamente os adultos, numa reação em cadeia, começam a desligar seus próprios aparelhos. A criança que observa a cena reage: “Que mole, hein?!”.

Uma primeira discussão importante de levantar no interior de uma categoria que se propõe a falar sobre sobrevivência se refere às ameaças. Se sobreviver é preciso, é porque não só se precisa fazer a vida, garantindo sua manutenção, mas também defendê-la, garantindo sua integridade – física, emocional, psicológica, etc. Por isso mesmo, defender a vida é, sobretudo, lutar por ela. Amílcar Cabral, um dos principais teóricos da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, chamava atenção ao fato de ser, a luta, uma condição do ser humano. Dos mais simples e inconscientes atos do corpo até os mais organizados e articulados movimentos políticos, para Cabral (1978, p. 07), tudo se move pelo ímpeto da luta,

E o que é Luta ?—Luta é uma condição normal de todos os seres do mundo. Todos estão na luta, todos lutam. Por exemplo, vocês estão sentados em cadeiras, eu estou sentado nesta cadeira, isto é um exemplo: o meu corpo está todo a fazer uma força sobre o soalho, através do banco que está em cima dele, mas se o soalho não tivesse força suficiente para me aguentar, eu ia para baixo, furava o soalho e se debaixo do soalho não houvesse uma força, continuava a furar, e por aí fora. Portanto há aqui uma luta silenciosa entre a força que eu exerço sobre o assoalho e a força do solo que me mantém em cima, que não me deixa passar.

O exemplo usado por Cabral torna visível a correlação de forças existente na dinâmica da luta e, por consequência, da sobrevivência – que não pode prescindir dela. Essa correlação parece ser bem conhecida pelas crianças, em especial aquela que alertou o grupo sobre os celulares ainda estarem ligados e posicionados no meio de uma roda na qual se falava da vinculação de assassinatos aos nomes mais importantes da pequena cidade. A atitude da criança se justifica pelo hábito, no interior do grupo em questão, de sempre manter desligados os celulares durante os encontros de formação – e de compartilhar com as crianças os motivos pelos quais se faz o que se faz. Esse hábito foi tornado regra em diferentes espaços de organização coletiva justamente devido às inúmeras discussões sobre a possibilidade de os celulares ativarem os microfones dos usuários sem aviso prévio.⁹²

De modo geral, é consenso que a ativação dos microfones ocorre de forma legal, por meio dos contratos de uso com os quais concordamos sem ler, e que essa ativação serve para coletar informações revertidas posteriormente para a publicidade personalizada de produtos – algo “vendido” para nós como benéfico e útil. É por isso que, ao conversar sobre um tênis de determinada marca com um amigo, por exemplo, passamos a ver anúncios dessa mesma marca em nossas redes sociais. No entanto, o que a princípio pode parecer inofensivo ou mesmo favorável ao consumidor, que vê diante de si a oferta dos produtos que lhes interessa, pode facilmente servir a outros interesses, uma vez que a linha que divide os conceitos de bem ou mal é tênue dependendo sempre, no caso dos mecanismos e ferramentas que temos a nosso dispor, da intencionalidade de quem os utiliza.

Assim, não é fantasioso pensar nessa como uma possível nova roupagem do velho conhecido sistema “vigiar e punir” elaborado teoricamente pelo filósofo Michel Foucault (2011), no interior do qual as relações sociais vão sendo balizadas pela vigilância individual, o controle coletivo e a perspectiva da correção. Num exercício de aproximação, é como se a

⁹² KLEINMAN, Zoe. Seu telefone espiona tudo o que você fala? BBC News. 03/03/2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160303_telefone_espionagem_lgb>. Acesso em: 22 jan. 2021; PAYÃO, Felipe. O seu smartphone escuta o que você fala durante conversas. TecMundo. 05/06/2018. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/seguranca/130971-smartphone-escuta-o-voce-fala-durante-conversas.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2021; MENÁRGUEZ, Ana Torres. O celular consegue ouvir nossas conversas particulares? El País. 15/05/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/tecnologia/1525952727_540806.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

imagem do panóptico evocada pelo autor se desdobrasse na imagem do próprio celular, na medida em que denota também a sensação de estar sendo constantemente observado. Se no panóptico essa sensação se dá pela presença física de um edifício, a partir do qual tudo é visto sem que seja possível ver quem vigia, no caso dos celulares, não saber quando os microfones são ativados cria também o espectro de uma vigilância permanente.

Essa vigilância nada tem a ver com a relevância das discussões que determinado grupo levanta, ou com o potencial ameaçador dessa ou daquela coletividade. O que está em jogo não é tanto a importância política de A ou B, mas a sensação que se constrói no interior desses grupos a partir da consciência de que, se qualquer instituição ou indivíduo – a depender de quem seja ele – quisesse, seria possível rastrear, ouvir e conhecer o que circula em seu meio. O sentido, portanto, recai sobre um medo talvez infundado, mas real porque possível e passível de se tornar fato. É exatamente isso que explica a bronca que uma criança dá em adultos que organizam um coletivo de luta política articulada, já que o que o panóptico cria é um sistema em que cada pessoa que se sente vigiada acaba sendo, de certa forma, também responsável pela própria vigilância – ainda que essa vigilância ocorra no sentido de um cuidado com o grupo, como no caso da menina da crônica.

Crônica 12 - Camelô

“Boa tarde, senhores passageiros! Desculpe interromper o silêncio e conforto da sua viagem, mas hoje o camelô vem trazendo uma super promoção. Vê se não vale a pena! É o Twix: a mistura perfeita de biscoito, caramelo e chocolate. No mercado e nas Lojas Americanas, a unidade sai por dois reais. Só hoje, na mão do camelô, os senhores vão levar três por dois. Aproveita porque comprar barato não é vergonha, é oportunidade!”

O ônibus para na estação. O guarda olha para o camelô como quem já o conhece e abre os braços sinalizando o que poderia ser descrito como um diálogo silencioso em que pergunta ao menino “sério?”, ao que ele responde dando de ombros, sorrindo e guardando o gancho onde pendura os chocolates dentro de uma sacola.

Tanto em relação aos celulares, quanto ao comércio informal realizado no interior dos ônibus, que figuram nas crônicas acima, há sempre um agente que está no cerne da sensação de vigilância permanente e do medo de ser punido: o Estado. Muitas são as leituras sobre o Estado no interior das teorizações sociológicas, desde as correntes clássicas às pós-modernas. Ainda que o aprofundamento não seja de interesse para a nossa discussão, é importante que se compreenda que, junto dessas formulações, há a reflexão sobre a violência, desde a

compreendida como monopólio desse Estado, passando pela concepção de disputa, na correlação de forças com movimentos contestatórios, chegando à ideia de uma verdadeira pulverização das práticas e dos modos de violência existentes e possíveis.

Ao analisar as relações entre as lutas sociais e essas diferentes violências, o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos (2007, p. 06), destacando diferentes núcleos articuladores de violências, aponta o Estado como perpetrador daquelas exercidas por membros das polícias, civis e militares, federais, estaduais ou municipais; as engendradas nos programas de colonização e assentamento ou contra os direitos humanos (direitos civis, políticos, sociais e direitos de quarta geração) e também as violências resultantes da crise do Estado de Bem Estar Social, ou seja, da crise da habitação, da saúde, da educação e da segurança, bem como as que advêm dos efeitos sociais de políticas econômicas de ajuste estrutural sobre o emprego e a renda.

Crônica 13 - Conselho Tutelar

Depois de amamentar a filha mais nova, a mãe lhe dá um chamego e a acomoda nos braços do pai, pedindo que tome conta também do filho mais velho enquanto ela faz “as honras da casa”. De apenas um cômodo, localizado nos fundos de um restaurante no centro da cidade, o espaço é organizado por setores: os remédios e a comida ficam em cima do batente de uma porta de ferro que permanece sempre fechada. As roupas são guardadas dentro de duas malas de viagem, que fazem apoio para a tenda, onde os brinquedos das crianças ficam pendurados como móveis que balançam com a brisa do vento. A mãe nos conta que o chão é varrido diariamente e depois forrado com um tapete porque, além de não gostar de sujeira, os agentes passam com frequência para verificar as condições da casa. No fundo do cômodo fica a cama onde a família dorme, coberta com uma bonita manta onde a mãe se senta para nos mostrar o que, segundo ela, são os pertences mais valiosos da família. Abrindo uma pasta de plástico, nos apresenta os documentos: certidões de nascimento das crianças, carteirinhas de vacinação, solicitações de inserção em programas sociais, papéis referentes a emprego, etc.

– Eu deixo tudo aqui dentro bem direitinho e quando a gente precisa sair pra fazer qualquer coisa, eu levo sempre essa pasta junto por causa das crianças. Meu maior medo... – justifica a mãe sorrindo com apreensão e levando as mãos ao coração.

A casa da gente geralmente é um espaço com limite claro entre o dentro e o fora. Um portão, um muro, uma porta, não importa, geralmente um demarcador que nos dá aquela falsa

sensação de segurança, como se dali não fosse possível passar sem a permissão do morador. Quando o dentro e o fora se confundem, como nas casas construídas sobre calçadas, debaixo de marquises, apoiadas nas paredes de prédios comerciais, nos centros das muitas e diferentes cidades desse país, essa delimitação torna-se mais complexa. Por conta disso, é que essa mãe valoriza a amizade que tem com o rapaz que guarda os carros na rua em frente. Sempre que precisam sair para resolver qualquer coisa, ele fica de olho nos pertences de todos, garantindo que, mesmo debaixo da marquise, nenhum intruso viole o lar da família. Isso porque, como Escorel (1999, p. 223) observou em sua pesquisa com pessoas em situação de rua, no caso daqueles que se instalam nas ruas “o acúmulo de pertences (sacolas, caixas e caixotes, colchões, apetrechos para cozinhar, criando as 'instalações') aumenta a visibilidade e, portanto, a repressão tanto de órgãos públicos quanto dos moradores com teto na localidade”. O medo é alimentado por uma rede de violência que parece interconectar diferentes agentes e interesses.

Essa rede muito bem estruturada de violências se insere no complexo sistema de dominação que une os vários tipos de opressões dos quais essa tese vem falando: de classe, raça, gênero, etnia, faixa etária, categoria social e mesmo a violência simbólica, resultantes de uma teia de exclusões que Tavares dos Santos (2007) destaca como sobrepostas. O antropólogo Paulo Jorge Ribeiro, consultor da campanha “Desaparecidos da democracia: pessoas reais, vítimas invisíveis” da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB/RJ), que tem como objetivo discutir as ações policiais e de segurança pública, aponta para a naturalização de uma violência antes chamada de exceção,

A classe média se acha, em geral, imune a essas exceções, e muitas vezes as vê como louváveis. O problema é quando a borda da exceção toca em nós, aí é que enxergamos o perigo. Quando a polícia agride as camadas médias nas manifestações de rua, isso é um pedaço dessa borda. A diferença é que nas manifestações são usadas balas de borracha e gás de pimenta, na favela são balas de AR-15. A diferença é, literalmente, letal. Nas favelas, como diria Giorgio Agamben [filósofo italiano], a polícia é a instituição soberana, ela tem o direito de morte e de vida sobre as pessoas. Discutir essa soberania é um dos grandes desafios do mundo contemporâneo, em especial do Rio de Janeiro, onde historicamente a polícia não consegue se compor dentro de seu papel cidadão.⁹³

A polícia na fala de Ribeiro aparece num contraponto de ações que demarcam a distinção entre a pista e a favela, uma fronteira como que anuladora de determinados atos de um lado, mas legitimadora dessas mesmas ações de outro. Violências com CEP, cor e contatante bem definidos. As inúmeras reportagens publicadas em 2019 denunciando a ação da

⁹³ FRAGA, Vitor. Pessoas reais, vítimas invisíveis. OAB/RJ. 07/08/2013. Disponível em: <<https://www.oabrj.org.br/tribuna/desaparecidos-democracia/pessoas-reais-vitimas-invisiveis>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

polícia nas favelas cariocas dão conta dessa distinção, ao tornar público que escolas localizadas nas favelas estavam sendo alvejadas por tiros disparados de helicópteros policiais, o que sequer é cogitado como possibilidade em relação às escolas da pista.⁹⁴

Imagem 17 – Placa no teto da escola Uerê, na Maré



Fotografia de Yvonne de Mello. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/escola-do-rio-usa-placa-para-evitar-ser-alvo-de-tiros.shtml>

A Escola Uerê, fundada no Complexo da Maré em 1988 para atender crianças com questões cognitivas e emocionais causadas pelo trauma da violência, passou a funcionar nesse mesmo espaço a partir de 2016, quando foi alvejada por tiros disparados pelo helicóptero da Polícia Militar durante uma operação. Esse triste registro em seu histórico motivou a instituição a fixar uma placa no teto, em 2019, a fim de sinalizar à polícia que não atirasse novamente na escola. Yvonne de Mello, fundadora e coordenadora da Uerê, é categórica ao afirmar os malefícios dessa violência sistêmica e cotidiana na vida das crianças que atende,

As crianças não têm paz para estudar. Os alunos em zonas de conflito têm um desempenho escolar ruim. Não deixam de aprender porque são burros, mas porque convivem diariamente com a violência.⁹⁵

⁹⁴ G1 RIO. Alunos afirmam que helicóptero da Polícia Civil atirou em escola na Maré, Zona Norte do Rio. 18/09/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/18/policia-civil-faz-operacao-na-mare-zona-norte-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 30 jan. 2021; CARNEIRO, Julia Dias. 'Tinha helicóptero atirando de cima': professores acalmam alunos com música durante operação que matou 8 no Rio. BBC News Brasil. 07/05/2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48190478>>. Acesso em> 30 jan. 2021.

⁹⁵ LEITE, Luisa. Escola do Rio usa placa para evitar ser alvo de tiros. 11/05/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/escola-do-rio-usa-placa-para-evitar-ser-alvo-de-tiros.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

A Uerê nos remete, nas questões que essa tese toca, à importância da coletividade como forma de fazer frente a esse sistema bem organizado de violência. É nesse sentido que diferentes grupos passam a se unir, movidos pela concepção de que há força no coletivo.

Crônica 14 - Família afetiva

Sábado de sol e muito calor no Rio de Janeiro. Os termômetros marcam 33°C, o que no mês de dezembro é temperatura amena. Na calçada do prédio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, nove dormitórios improvisados com pedaços de papelão. Neles há casais, pessoas avulsas, famílias e mulheres com suas crianças pequenas. Ninguém mora efetivamente nesse espaço, uma vez que, como num passe de mágica, todas as instalações desapareçam nos dias “úteis”. Algumas dessas pessoas costumam dormir em marquises diversas e se sentem seguras ali aos finais de semana, outras têm suas próprias casas, em diferentes pontos da cidade ou em cidades adjacentes, mas ficam no centro por inúmeras razões, como a mãe que, sem ter onde dormir, veio ao Rio acompanhar o tratamento médico da filha ou a avó que pernoita no local com seus dois netos para economizar o dinheiro da passagem e ficar mais próxima do trabalho.

Todos se conhecem pelo nome. Todos dividem o alimento. Todos cuidam uns dos outros. Quem tem criança, sabe: naquele espaço, elas são do grupo. Há quem brinque com elas, quem leia histórias, quem lhes empreste os fiéis cachorros para passear e até quem não goste muito de sua companhia. Mas todos, em absoluto, sempre sabem dizer onde estão as crianças...

Quando um carro estaciona na esquina para, caridosamente, distribuir quentinhas às pessoas do local, é uma dessas crianças quem vai e volta diversas vezes, fazendo o atravessamento entre o carro e calçada. Não é apenas a sua fome que ela atende, mas a de outras pessoas que, doentes ou machucadas, não conseguem se locomover com facilidade. Uma senhora com problemas de circulação na perna. Um homem que torceu o tornozelo. Um senhor que está dormindo no momento... Certificando-se de que cada um deles tem sua própria comida, o menino abre a quentinha e todos se entreolham: algo ali não cheira bem! Do andar de cima, no alto dos condomínios, é fácil supor que quem tem fome, come qualquer comida. Da concretude da marquise, no entanto, não é difícil constatar que a desumanidade é o outro lado da moeda que joga para o alto justamente quem se propõe a ajudar.

E novamente é a criança quem corre de um lado para o outro, agora avisando que a comida não tá boa não. Impressas nas paredes da Defensoria, em cartazes que vão do teto ao chão, uma constatação travestida de presságio: “Família afetiva”. Na imagem dialética, o nó

na garganta trazendo a certeza de que é preciso estar junto para sobreviver ao estar só.

Como acontece com todos os conceitos, família também é uma concepção que nasce atrelada a pressupostos do seu tempo e espaço e que acompanha as mudanças que se estabelecem nas diferentes sociedades por onde circula, se modificando de acordo com o contexto em que é mobilizada. Dessa forma, falar sobre família enfocando um Brasil escravagista é completamente diferente de falar sobre o mesmo grupo na contemporaneidade – ainda que aquele passado influencie diretamente nossas compreensões atuais. Portanto, ainda que a configuração de família tenha se estruturado, em nosso país, a partir da sistematização do direito romano, que previa um chefe de família à frente, o *pater familias*, é importante reconhecer que o processo histórico que construímos nos legou uma experiência plural na organização das famílias, de modo que o intenso controle do Estado e da Igreja não foram suficientes para barrar novos arranjos familiares – ainda que discursos moralistas sobre a composição supostamente “verdadeira” de família persista.

Nesse sentido, “a família deixou de ser apenas aquela formada pelo casamento, pela união estável e monoparental com suas implicações em muitas esferas jurídicas”,⁹⁶ erigindo-se sob novos pilares, como a solidariedade e o afeto. Esse último é, inclusive, considerado a maior característica da família atual (OLIVEIRA, 2002), característica que longe de se restringir à dimensão subjetiva, possui caráter de concretude na materialidade das vidas, como o jurista Paulo Lôbo (s/d.) afirma,

A solidariedade familiar é fato e direito; realidade e norma. No plano fático, as pessoas convivem, no ambiente familiar, não por submissão a um poder incontrariável, mas porque compartilham afetos e responsabilidades. No plano jurídico, os deveres de cada um para com os outros impuseram a definição de novos direitos e deveres jurídicos, [...] o que não significa que se alcançou a dimensão ideal da solidariedade, impondo pugnar-se por avanços legislativos.

O arranjo familiar nessa perspectiva afetiva – e não necessariamente consanguínea – considera um modelo de organização estendido, o que significa que os laços podem ser construídos entre diferentes membros que tratam de alimentá-los de múltiplas formas. Essa é uma realidade de cuidado que está presente sempre que as dificuldades fazem frente às

⁹⁶ CASSETTARI, Beni Lara de Moraes. A configuração da família socioafetiva como família extensa em atendimento ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 19/08/2019. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/1352/A+configura%C3%A7%C3%A3o+da+fam%C3%Adlia+socioafeti+va+como+fam%C3%Adlia+extensa+em+atendimento+ao+dispositivo+do+Estatuto+da+Crian%C3%A7a+e+do+Adolescente>>. Acesso em: 27 jan, 2021.

condições ideais – ou básicas – de vida. O filme “A vida invisível”,⁹⁷ baseado no livro “A vida invisível de Eurídice Gusmão”,⁹⁸ exemplifica bem essa tessitura na história da personagem de classe média Guida que, expulsa de casa, se vê tendo de se virar sozinha, grávida, solteira, sem moradia e desempregada. Na vila onde vai morar, constrói laços de profunda afeição com os vizinhos que, na lida da vida, vão se ajudando como dá. Viver a precariedade é compartilhar a bonança, e é justamente isso que se expressa no ato de o menino que dorme na calçada com a irmã e a avó ir e voltar com as quentinhas “caridosamente” oferecidas, pensando não apenas na sua fome – e segurança –, mas também na de quem se encontra impossibilitado de levantar-se para buscar a própria refeição.

Ao estudar a sobrevivência a partir da observação de diferentes animais, o geógrafo Piotr Kropotkin (2009) afirma não ter encontrado, em suas pesquisas, aquela luta pelos meios de subsistência apontada por outros cientistas contemporâneos a ele como o principal fator da evolução das espécies. Para ele, em suas observações, o que mais saltava aos olhos *enquanto* elemento garantidor da continuidade da vida e do desenvolvimento das formas de viver era a ajuda mútua, motivada por um sentimento ou instinto amplo de solidariedade e sociabilidade que mobilizava e que se fazia presente desde as comunidades animais até as humanas,

A tendência do ser humano à ajuda mútua tem uma origem tão remota e está tão profundamente entrelaçada à toda a evolução de nossa espécie que foi conservada por esta até o presente, apesar de todas as vicissitudes da História. Evoluiu principalmente durante períodos de paz e prosperidade; mas, quando as grandes calamidades assolavam os homens – países inteiros devastados por guerras e populações inteiras dizimadas pela miséria, ou sob o jugo da tirania –, essa mesma tendência continuou existindo nas aldeias e entre as classes mais pobres das cidades; continuou unindo e, com o passar do tempo, chegou até a reagir contra minorias dominantes, guerreiras e devastadoras que a desprezavam como sentimentalismo barato. E toda vez que a humanidade teve de construir uma nova organização social, adaptada a uma nova fase de desenvolvimento, seu gênio construtivo sempre tirou os elementos e a inspiração para o recomeço dessa mesma tendência perene (KROPOTKIN, 2009, p. 179).

A ajuda mútua está, portanto, na base das coletividades das quais viemos falando ao longo dessa tese. É esse sentimento de solidariedade que orienta a decisão de estar junto, de se mobilizar, de auxiliar o outro e dividir com ele as lutas e as conquistas cotidianas. A pesquisa de Gilberto Geribola Moreno (2014) sobre a vida associativa nas periferias da cidade de São Paulo trouxe esse achado na fala dos interlocutores quanto às motivações para se juntar a diferentes grupos. Vários foram os relatos que deram conta da decisão de um “ser parte” baseado no acolhimento e no sentimento de afeto encontrados no interior de diferentes associações, o que foi apontado como principal justificativa de inserção e participação.

⁹⁷ A Vida Invisível. Direção de Karim Aïnouz. RT Features e Canal Brasil, 2019.

⁹⁸ BATALHA, Martha. A vida invisível de Eurídice Gusmão. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

Pertencer a um coletivo parece ser, então, uma boa estratégia para sobreviver. Amílcar Cabral (1978, p. 05), ao falar da dimensão da luta, falava também da importância da unidade para fazer frente ao colonialismo que se sobrepunha às populações de Guiné-Bissau e Cabo Verde,

Portanto, quanto mais gente se unir, quanto mais unidos estivermos, nós correspondemos àquilo que todo o mundo sabe e que é: a união faz a força. Se eu tirar um pau de fósforos e o quiser quebrar, quebro-o rapidamente; se juntar dois, já não é tão fácil, três, quatro, cinco, seis, chegará um dado momento em que não poderei quebrar, é escusado.

Essa unidade que faz a força e que viabiliza a formação dos grupos não pressupõe, no entanto, que as diferenças individuais não existam, ou que não sejam importantes. A questão é que, diante da ameaça, tornou-se convencional compreender que tais diferenças se mantivessem suspensas em nome de uma causa comum a todos. Embora não seja seu objetivo, essa concepção consensual, ao longo do tempo, acabou por operar – como efeito colateral – certa hierarquização das lutas, ditando o que é mais ou menos importante de defender em determinado contexto.

Por isso mesmo, a resistência à ideia de suspensão das diferenças, no interior de diferentes grupos, traz como justificativa o silenciamento de lutas que historicamente já se encontram em suspensão, como é o caso do movimento feminista negro, por exemplo, que coloca em xeque opressões advindas tanto do movimento feminista branco, quanto do movimento negro, como a filósofa e intelectual Lélia Gonzalez (1984) sintetizou em sua apresentação sobre a “Mulher Negra”. A reivindicação se centra no fato de que, para o movimento feminista branco, a questão da raça parece nunca chegar à pauta, enquanto que para o movimento negro, é a discussão de gênero que permanece ausente. Esse exemplo de resistência à unidade pautada pela suspensão das diferenças torna visível como facilmente, em alguns contextos, é possível reproduzir o apagamento de determinadas lutas.

Essa questão está no cerne da crítica feita pela cientista política Chantal Mouffe (2003), que aponta como o modelo político liberal vigente, calcado numa democracia consensual, não corresponde às demandas contemporâneas, justamente por conta desse apagamento produzido e reproduzido sobre as paixões dos sujeitos que se colocam em diálogo na arena política, como se eles agissem unicamente movidos pela racionalidade e por uma pretensa responsabilidade moral.

Assim, para discutir as organizações coletivas, no interior das quais se encontram as crianças interlocutoras dessa pesquisa, é preciso compreender na diversidade e no dissenso “a real condição da possibilidade de uma vida democrática a ser conquistada” (MOUFFE, 2003,

p. 19), o que afasta por completo a possibilidade de um consenso político nas relações sociais estabelecidas no interior dessas coletividades, já que é a dinâmica da política como arena que garante a manutenção de relações democráticas dentro delas. O sentido do pertencimento vai, então, sendo lapidado justamente nas negociações tecidas entre cada sujeito que compõe o todo. Esse sentido, longe de se resguardar num lugar de segurança diante dos laços estabelecidos no grupo, é constantemente revisitado, repensado e reafirmado.

Crônica 15 - Encaixe

Caixas por todos os lados. Começa com ordem: Cada cômodo terá suas próprias etiquetas de identificação. E aponta para o progresso: Louça com louça, embrulha no jornal, coloca na caixa e etiqueta como “Cozinha”. Lá pelas tantas, emerge a anarquia! Surgem coisas que não cabem em nenhuma das caixas. Não são louças, nem livros, nem enfeites. Não são perecíveis, nem frágeis, nem importantes. São bugigangas. daquelas que não servem para nada, mas às quais nos apegamos e que se tornam verdadeiros dilemas na hora da mudança. Questão filosófica mesmo: pra quê eu preciso disso? Mas será que não vou dar falta depois? De onde veio mesmo? Vai ou não vai? Pega outra caixa, etiqueta como “Tralhas” e joga nela tudo o que se enquadra como “coisas que não se enquadram em lugar nenhum”. Pronto, problema resolvido!

- Onde tá a chave da casa nova? – pergunta a mãe.

- Puts, esqueci de pendurar no chaveiro. Não tá em cima daquela caixa grande azul, na sala? – indaga o pai.

- Lá não tá não. Já olhei 500 vezes por tudo e não encontro...

O pai se levanta do colchão, no cenário de improviso típico das mudanças, sai Tateando as caixas do quarto, acende a luz e vai em busca da chave.

- Mãe, tô com fome! – Avisa a filha.

- Agora não! Agora a gente precisa dormir pra acordar cedo porque amanhã a gente vai pra casa nova.

- Ahhhh, mas eu queria comer macarrão... – retruca a filha chorosa.

- Desce daí Sirius! – adverte a mãe ao cachorro, que insiste em dormir em cima das caixas. – Amanhã eu faço um pratão de macarrão pra você! – Negocia.

- Ô mãe, a gente vai poder levar o Sirius pra casa nova? – Indaga.

- Claro, filha! – Responde imediatamente a mãe. – O Sirius é da família!

A menina fica pensativa por alguns segundos e retoma o diálogo:

- Mãe, vocês vão me esquecer?

- Claro que não, filha! – Responde a mãe, num movimento de aproximação a fim de olhar nos olhos da criança – A gente jamais te esquecerá! De onde você tirou isso?

- É que vocês tão esquecendo tudo...

Da sala ouve-se o pai, num grito de felicidade: ACHEI!!!

Pensar nos elementos em torno dos quais o coletivo confere sentido é fundamental para a própria continuidade de um grupo – mesmo no espectro familiar –, fator que permite, ao mesmo tempo que também exige, o resgate constante dos preceitos que os une e a ressignificação de sua identidade. A criança, que nasce dentro de um contexto associativo específico que a precede, vai aprendendo a tomar nas próprias mãos as ferramentas necessárias para a continuidade daquele coletivo, não como repetição mecânica, mas como elo de significação: um pertencimento que tem passado e, portanto, história, mas que (re)constrói suas perspectivas, forjando futuros possíveis. Esses laços temporais e afetivos impõem à tomada da responsabilidade: é nesse momento que o coletivo começa a pulsar de dentro. No interior dos movimentos organizados onde essa pesquisa também se desenvolveu, a prática da mística traz justamente essa dimensão.

Imagem 18 – Mística de encerramento do I Encontro Nacional dos Sem Terrinha



Fonte: Arquivo pessoal. 2018.

Apesar de ser um termo que nos estudos das religiões se refere ao mistério do plano espiritual, a mística tem significados múltiplos de acordo com os espaços em que é evocada. No interior dos movimentos populares, a dimensão do sagrado cede espaço às concepções de resgate de uma história coletiva e construção de perspectivas de um futuro possível, com base na utopia com a qual se sonha. Nesse sentido, a organização e a postura ativa são mobilizadas sempre que uma nova mística é realizada, de forma a fazer com que todos se lembrem dos

motivos pelos quais estão ali, naquele espaço e naquele momento. Como explica o filósofo e militante Ademar Bogo (2012, p. 479),

A mística neste caminhar é mais do que o alimento do caminhante; é também a fome que não deixa parar nem dormir enquanto não se chega ao lugar desejado. O sujeito da história já não vive mais para si, mas para a sua coletividade presente e para aquela que ainda irá nascer.

Esse resgate é base do processo de *nosotrificação* de que nos fala o filósofo e linguista Carlos Lenkesdorf (2005). Presente na filosofia dos tojolabales, povo da região de Chiapas, no México, a nosotrificação consiste na designação do nós como sujeito ativo de cada experiência vivida no coletivo. Nesse sentido, quando um crime é cometido, por exemplo, não é cometido por alguém, um indivíduo. A lógica, na verdade, devolve à comunidade o sentido de que foi um de nós (*nosotros*) que cometeu um crime. Quando a subjetividade é forjada no plural, é o coletivo que dá substância à ação individual – e vice-versa. Na base de filosofias como essa se recoloca a questão da responsabilidade sob nova perspectiva, pois é cobrado que o sujeito seja responsável pelo que faz a comunidade fazer, já que suas ações não acabam em si. Da mesma forma, é cobrado da comunidade a responsabilidade por cada indivíduo, já que ela deve responder também por suas ações.

Outra comunidade que nos ajuda a compreender os sentidos do coletivo a partir do entrelaçamento dos diferentes sujeitos uns aos outros é a ilha japonesa de Okinawa, lugar onde vivem as pessoas mais velhas do mundo. Na ilha, além dos modos de viver serem bastante coletivizados, desde às atividades de suprimento das necessidades mais básicas, até os encontros em momentos de lazer e mesmo os ritos religiosos, os modos de cultivar a morte, ou seja, de cuidar dos que se vão, também passam pelo sentido de comunidade. Quando alguém morre na ilha, é cremado e tem suas cinzas misturadas às de outros mortos num grande jazigo coletivo que demarca a filosofia local: você quando convive com alguém, se torna parte dele. No jazigo está, portanto, toda a história de Okinawa.

Crônica 16 - Análise do discurso

O menino entra no ônibus com uma mochila. Segundos depois de o motorista dar a partida, ele a apoia no chão e tira de dentro dela uma caixa grande com balas e chicletes. O menino faz o discurso que embala suas vendas indo e voltando ao longo do ônibus, parando sempre que um dos passageiros lhe acena com a mão. Ele recolhe o dinheiro, separa o troco, estende a caixa aos passageiros para que escolham sua preferência e agradece. Ao término, o menino se posiciona na saída do ônibus, aguardando as portas se abrirem. Enquanto espera,

um colega que havia entrado com ele dá início ao seu próprio discurso de venda, que envolve rima e humor. Tomado pela narrativa, o menino se senta para prestar atenção, perdendo o ponto onde desceria a princípio. Entre uma frase e outra, o menino sorri. Quando o colega finaliza suas vendas, o menino o segue para fora do ônibus dizendo: “Aí, tirou onda, hein?!”.

Junto das questões do coletivo, que vai nos forjando enquanto indivíduos, há uma dimensão de educação que se efetiva na carne, ou seja, a educação que se aprende a partir do que nos toca e, nesse toque, revoluciona nosso ser por meio dos sentidos que faz emergir. O cineasta e escritor Pier Paolo Pasolini (1990, p. 127) chama atenção a essa educação quando fala da linguagem pedagógica das coisas, destacando que é dos objetos e da realidade física das condições sociais que um menino é educado, é nessa materialidade que ele conhece e toma parte do que “é e será por toda a vida”. É justamente nessa imersão em si, no lugar de classe, de raça, de gênero, que demarcam a concretude da existência que se observam elementos dos quais nos apropriamos na invenção de nós mesmos, adornada pela educação oriunda daquilo que nos envolve.

A pesquisadora Mailsa Passos (2006, p. 09) reafirma a potência desse aprendizado ao enfatizar que a maioria de nós se recorda justamente do que aprendeu por meio dos cheiros, cores, comidas, canções e experiências atreladas às sensações que as coisas proporcionaram e não, necessariamente, à sistematização escolar ou pedagógica elaborada por alguém em relação a elas. Para a autora, é o que o adulto ensina à criança sem a intenção de fazê-lo que acaba sendo capturado pelo olhar dela como aprendizado para a vida, como quando a menina, ao ser indagada sobre onde aprendeu o jongo, responde que foi “no pé da Érica” (PASSOS, 2006, p. 15), ou quando o menino do ônibus quebra seu roteiro inicial para observar e aprender uma nova forma de narrar as vendas.

Crônica 17 - Roteiro

Com o roteiro em mãos, os dois se posicionam um de frente para o outro e começam a passar as falas. “Precisa ter mais força aqui”, sinaliza a mulher adulta que os acompanha. “Tô nervoso!”, deixa escapar o menino. “Não é nada diferente do que a gente já faz em casa”, responde a menina, tentando tranquilizar o colega. Eles continuam numa espécie de bate-bola com as palavras por uns 15 minutos, até que outra adulta chega na sala onde estamos e pergunta “Tudo certo pro discurso?”. Os dois assentem com a cabeça. A menina, bastante segura, o menino, hiperventilando. A mulher solta: “Ser criança é bom demais!”. As

crianças se olham em silêncio.

Uma hora depois de repassar as falas, somos quase mil e quinhentas pessoas nas ruas de Brasília, numa das clássicas caminhadas que dão sentido à luta desse movimento. No topo do trio elétrico avisto ambas as crianças que antes ensaiavam tomando os microfones. O que se segue é um belíssimo e potente discurso sobre o fechamento de mais de trinta mil escolas rurais nas regiões de assentamento. Um assunto que lhes afeta profundamente e do qual tomam parte nas regiões onde moram. Agora, no entanto, suas vozes se fazem ouvir pelas ruas da capital federal, ecoando de uma ponta à outra e fazendo estremecer toda a esplanada dos ministérios.

Quem registra o momento, no lugar da imprensa, veicula que a doutrinação no interior do movimento é eficaz: “as crianças falam exatamente como os adultos!”. Uma observação que ignora por completo a dimensão pedagógica das coisas que a concretude da vida oferece aos sujeitos todos, ignorando também o exercício da mimese, tão presente no modo como vamos tomando parte do mundo. Walter Benjamin (2012) conceitua a mimese como a produção de semelhanças que vamos criando para nos inserir no mundo por meio daquilo que observamos. Essas semelhanças, segundo o filósofo, são construídas a partir de elementos presentes no mundo, cujos significados são acessados a partir da nossa faculdade mimética, ou seja, da capacidade de descobrirmos e inventariarmos tais semelhanças, dando um acabamento ao que vemos do mundo e, por isso mesmo, conhecendo com a nossa própria linguagem a linguagem das coisas.

Dessa forma, brincar, aprender e conhecer são atos humanos que nos colocam de frente com a linguagem das coisas, nos possibilitando o acesso às semelhanças por meio da nossa relação com o mundo. Semelhanças pensadas por Benjamin independente da correlação entre elementos iguais, mas a partir de uma leitura de atribuição simbólica, ou seja, do nosso ato de produzir sobre elas um sentido específico, o que ao mesmo tempo em que nos aproxima do mundo, também nos distancia dele. É por esse motivo que Benjamin (2012, p. 117) identifica nos jogos infantis comportamentos miméticos que não se limitam somente à imitação de pessoas, de modo que “a criança não brinca apenas de ser comerciante ou professor, mas também moinho de vento e trem”.

É por meio da mimese que as crianças apreendem o mundo, descobrindo-o na materialidade de seus corpos, através do que lhes toca na experiência da vida. Essa relação sincrética e constitutiva com a dimensão concreta das coisas é sintetizada por Benjamin (2012b, p. 107) na alegoria da coleção,

Toda pedra que ela encontra, toda flor colhida e toda borboleta capturada já é para ela o começo de uma coleção, e tudo aquilo que possui constitui para ela uma única coleção. Na criança, essa paixão revela o seu verdadeiro rosto, o severo olhar de índio que continua a arder nos antiquários, pesquisadores e bibliômanos, porém com um aspecto turvado e maníaco.

Essa única coleção a que Benjamin se refere fala diretamente da descoberta do mundo que a criança faz ao se relacionar com seus fragmentos, e do ímpeto com que vai alimentando essa coleção, como um “maníaco” que não pode resistir à sede de conhecimento do que a rodeia. É também esse movimento da criança que o filósofo enfatiza ao narrar sua caçada às borboletas, o que demandava dele, na infância, transformar-se na própria borboleta para experimentar a tensão de vida e morte decorrente do ato de caçar o inseto. “Era desse modo penoso que penetrava no caçador o espírito daquele ser condenado à morte” (BENJAMIN, 2012b, p. 81).

Assim, quando as crianças da crônica falam, os códigos mobilizados possivelmente contarão com a capacidade mimética dessas crianças de significar entonações, tons de voz, performances, olhares e gestos. Isso não significa, no entanto, que elas imitem esse ou aquele adulto, mas sim que elas compartilham com ele, ou com o grupo, no caso, sentidos comuns que dizem respeito não só à mensagem presente naquilo que se fala, mas também aos modos de comunicar o que se quer dizer. Essa mesma capacidade mimética está presente também no ato de diversificar o discurso de venda que o menino da crônica do comércio no ônibus estuda ao observar o marketing de seu colega.

Formas de pertencer se constituem e se confundem com diferentes formas de se inserir em determinados contextos e de, no interior deles, buscar manter-se protegido. Entendo que essa busca vai se estruturando nas relações cotidianas com os grupos dos quais fazemos parte, desde aqueles organizados, nos quais as crianças já vão compreendendo as regras de controle e vigilância, até os grupos compostos para além de qualquer institucionalização, mas que demandam da ação individual tornada ato para se fortalecerem enquanto coletivo, onde a criança vai descobrindo seu lugar, sua importância, seu papel enquanto parte de um todo maior que ela mesma, e de onde vai tomando partido, ora decidindo reiterar os combinados para dar continuidade a uma dinâmica que a precede, ora questionando e subvertendo a lógica aparentemente natural das coisas, forçando adequações que deem ao todo também um pouco da sua própria cara.

6 (AN)ESTESIA

O que mata um jardim não é o abandono. O que mata o jardim é esse olhar de quem por ele passa indiferente.

Mario Quintana



Olhar é a capacidade de ver algo, de “fitar os olhos em”⁹⁹ alguma coisa. Diferente do enxergar, que pressupõe ter a atenção capturada pelo que se vê, olhar diz somente do ato mecânico de ver. Quem tem olhos que enxergam, pode ver sem nunca enxergar. E quem não tem olhos que veem, pode ainda assim enxergar, por meio de outros sentidos. O sentir tem, então, relação total com a visão, pois é o que estabelece se o jardim ao qual se refere o poeta será fitado com a percepção de quem o olhou e de fato o viu, ou com a indiferença de quem, embora o tenha olhado, matou-o por não vê-lo.

Crônica 18 - O espião

Nada explica melhor a cisão rua e casa do que a criança espiando da porta para dentro, ciente da violação da intimidade que comete, ainda que em plena calçada pública. O dentro no fora. O fora de dentro. O lar como demarcador. Identidades calcadas na ondulação das camadas de papel que, tramadas, vão compondo o papelão, matéria-prima das camas, janelas, paredes, berços... A criança que, parada na rua, espia a vida alheia por entre as frestas

⁹⁹ Verbete “olhar”. Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/olhar/>>. Acesso em: 06 ju. 2021.

da frágil casa, carrega consigo uma sombrinha estampada com personagens do famoso filme Toy Story. Nele, os brinquedos que chegam às mãos da criança, acomodados em caixas de papelão personalizadas e embrulhadas em bonitos papéis de presente com laços, possuem vida, mas claramente não são humanos. Aos olhos da criança que espia, uma realidade que corrobora a ficção. Nela, também há vidas acomodadas em caixas de papelão. Estas, sem embrulho e sem laços, revelam em si amarras de uma história que ninguém parece querer contar, ou ouvir... Uma realidade que também testemunha a ruptura entre vida e humanidade. Existir não basta. É preciso algo mais para se tornar gente aos olhos de um outro que vê, mas não enxerga.

Então iniciado às perversas contradições da desigualdade, essa que embaça a vista e amarga a boca, talvez o que o menino que espia procure, em sua sincera curiosidade, ao olhar para dentro da casa de rua, na rua, seja justamente o alento que só uma resposta ilusória é capaz de oferecer à questão que a concretude do absurdo evoca: que diferença fundamental existe entre ele e o morador que ali reside?

O enxergar difere do olhar na medida em que implica o sentir, base do afeto. Quando falamos ou ouvimos falar sobre afeto, não é difícil pensarmos de imediato em situações harmoniosas que confundem-se com o carinho, no sentido da afeição. No entanto, a ideia de afeto transcende seus sinônimos diretos: “adoração, amizade, afeição, admiração, amor, apego, benquerença, carinho, dedicação, dileção, estima, meiguice, querença, simpatia, ternura”.¹⁰⁰

O afeto do modo como se compreende nessa discussão se refere muito mais à maneira como determinada situação nos toca, comove ou contagia, do que necessariamente aos sentimentos de apego ou ternura provenientes dela. Nesse sentido, estamos diante do que nos afeta, do que nos toca e nos move, como sujeitos sencientes que podemos escolher ser. O modo como enxergamos o mundo e o outro será, obviamente, profundamente influenciado e impactado pela decisão de nos deixarmos afetar pelo que vemos. Escolher enxergar para além do ato mecânico de ver a vida. E nessa escolha, inevitavelmente sofrer as dores que o mundo traz e produz na contradição de nossa existência.

Pode parecer, num primeiro momento, que deixar-se afetar é uma escolha passiva diante da vida, como se ser ativo estivesse relacionado a afetar e não a ser afetado, causar dor e não sofrê-la. No entanto, sentir é ato que demanda estar presente, ainda que essa presença

¹⁰⁰ Sinônimos de “afeto”. Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/afeto/>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

não pressuponha protagonismo. O escritor Ítalo Calvino (1994) nos provoca a “aprender a estar morto”, ensinamento de Palomar, personagem já trazido anteriormente no texto dessa tese, cujo nome refere-se a um observatório de telescópios gigantescos, mas que prefere observar o miúdo da vida cotidiana. Seu ensinamento não fala de um “fingir de morto”, mas de um aprender a estar morto, ou seja, um processo de deixar que o que se vê seja olhado como de fato é. Trata-se de verdadeiramente aprender a enxergar o que se olha. Uma escolha ativa que torna esse que olha poroso, aderente àquilo que vê.

Essa aderência tem relação direta com o conceito de estesia, do grego *aisthēsis*, que significa sensação, sensibilidade. O professor Muniz Sodré (2006) define a estesia ainda como percepção sensível, inserindo a consciência na equação dos afetos, sentido presente inclusive na derivação que origina a palavra “estética”, ou seja, a percepção da realidade, a experiência que se dá de natureza sensível. O uso da palavra anestesia no campo da Medicina dá pistas de compreensão dos significados da estesia, na medida em que é designada para indicar o bloqueio da dor e da consciência da dor em si. Uma barreira àquilo que toca, um deixar de sentir o que se sente. Funciona no campo da Medicina, mas também nos serve de alegoria para compreender a indiferença sinalizada por Quintana na epígrafe desse capítulo.

O menino que espia, na crônica acima, toma a decisão de deixar-se afetar pelo que vê, de olhar e enxergar, e para além, de questionar-se, ainda que seu questionamento seja feito em silêncio. A cena que atrai meu olhar é também, em si mesma, uma alegoria sobre nossa própria sociedade, hoje soterrada por uma realidade praticamente desconhecida. Isso porque os números relativos à população em situação de rua, na cidade do Rio de Janeiro, são controversos. Um censo realizado em outubro de 2020 pela Prefeitura, a Secretaria Municipal de Assistência Social da Cidade e o Instituto Pereira Passos, contabilizou 7.272 pessoas vivendo nas ruas do Rio.¹⁰¹ No entanto, dados da Defensoria Pública do Estado já apontavam, no mesmo período, mais que o dobro, chegando a 17 mil o número de pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.¹⁰² Em se tratando do histórico do Rio,¹⁰³ resta saber o que a Prefeitura fez com essas 10 mil pessoas que não aparecem em seu levantamento.

De toda forma, ainda que o número exato não nos seja conhecido – e cresça a cada dia, considerando as altas taxas de desemprego e o quórum que volta a avolumar a faixa da

¹⁰¹ MARCOLINO, Karla. Com mais mulheres e crianças, população em situação de rua aumenta no Rio de Janeiro após covid-19. ODS. 17/02/2021. Disponível em: <<https://projecolabora.com.br/ods10/com-mais-mulheres-e-criancas-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-no-rio-de-janeiro-apos-covid-19/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁰² SBT News. 17 mil pessoas são moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. 15/10/2020. Disponível: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/eleicoes/151553-17-mil-pessoas-sao-moradores-de-rua-na-cidade-do-rj>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁰³ Aqui sintetizado nas denúncias trazidas na pg. 63.

extrema pobreza em nosso país –, a existência e o aumento da quantidade de pessoas em situação de rua na cidade são notórios a qualquer um que resolva circular por ela. A mudança de perfil também chama atenção, sobretudo pela presença de mulheres e crianças, o que indica a rua como destino de muitas famílias atualmente empobrecidas. No entanto, algumas características seguem as mesmas: ainda temos nas ruas de nossa cidade uma maioria preta e com baixa escolaridade.¹⁰⁴

Diante dos números apresentados, das informações noticiadas nos jornais e da dor relatada em entrevista por essas pessoas que se encontram hoje em situação de vulnerabilidade econômica e social, sendo obrigados a fazer das ruas casa, tenho certeza – ou pelo menos assim desejo – que o leitor se sente minimamente triste, afinal, essa não é uma realidade que projetamos ou com a qual sonhamos quando pensamos em um país rico, diverso e de múltiplas capacidades (em múltiplos setores), como o nosso. Ainda assim, talvez o leitor se familiarize com o movimento de quem, diariamente, vira os olhos ao ver meninos e meninas dormindo em calçadas, procurando se afastar quando um deles se aproxima ou negando um trocado – alguns porque não o têm à mão, de fato, outros porque, em sua questionável ética, alegam não saber se esse trocado será destinado à comida ou a outras estratégias de sobrevivência. Cenas como essas são rotina na vida de quem é levado a estender a mão para pedir ajuda. Um misto de dor, medo e culpa também faz parte da rotina de quem assiste a essas cenas diariamente. Talvez por isso mesmo, na década de 1960, a Prefeitura tenha encontrado como solução lidar com o problema de quem vê a fome nas ruas e não com as múltiplas questões de quem sofre dessa fome.

Ver a miséria dói e constrange. Enxergá-la revolta. É no intervalo entre esses pequenos passos da culpa para a raiva e da raiva para o desejo de mudança que gostaria de situar o menino da crônica nessa discussão, por entender que no ato de ver e fazer questão de enxergar a casa de rua à sua frente, ele pôde tecer as relações necessárias que permitem compreender algumas das contradições do mundo. Para além disso, fitar a cena, ou seja, poder olhar o olhar do menino para a desigualdade, provoca como possibilidade a passagem do estado de anestesia em que nos encontramos como sociedade para o estado do afeto – ainda que aqui o leitor veja a cena através da minha narrativa.

Nesse capítulo, portanto, a proposta é que possamos compreender a potência da infância como experiência que, na dialética com a adultez, nos chama atenção àquilo que

¹⁰⁴ LUCENA, Felipe. Rio de Janeiro tem mais de 7 mil pessoas vivendo nas ruas. Diário do Rio. 30/03/2021. Disponível em: <<https://diariodorio.com/rio-de-janeiro-tem-mais-de-7-mil-pessoas-vivendo-nas-ruas/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

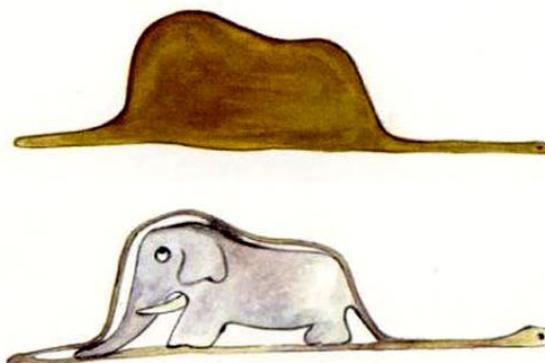
vamos desaprendendo a ver, ou aprendendo a tornar invisível. Essa perspectiva passa por uma necessária mudança de olhar em relação às crianças, no sentido de enxergar o que nos sinalizam e legitimar o que nos dizem. É sobre esse entrecruzamento de percepções que pensaremos agora. O que nós vemos da criança, o que ela vê do mundo e o que nos permitimos enxergar a partir do que ela nos mostra.

Crônica 19 - Preço

A pauta são os direitos dos atingidos por barragens. As crianças falam da casa. A educadora traz, então, o tema da indenização, destacando o que acontece no caso de rompimento ou remoção. “Olha, tem uma luta que é para que o valor pago pros atingidos seja exatamente o mesmo valor da casa perdida”. A menina, incomodada, solta: “Mas nenhum valor paga o valor da casa”. O menino completa: “É, toda casa é uma casa!”. A educadora, percebendo a confusão, redesenha a discussão: “Então, tem uma coisa que é o nosso lar, e o quanto ele vale pra gente, as nossas memórias de momentos com nossos familiares, mas tem outra coisa que é o quanto de dinheiro vale as paredes da casa pra alguém que não tem nenhuma história com ela”. Não convencida, a menina retruca: “Daí não é valor, é preço!”.

Saint-Exupéry, escritor de “O Pequeno Príncipe”, conta na abertura de seu livro que teve de desistir da promissora carreira de pintor, tornando-se então piloto durante a Segunda Guerra Mundial. O motivo que o levou a desistir das Artes foi a incompreensão e o desencorajamento que, quando criança, provocou e recebeu dos adultos em relação a seus desenhos. Buscando tornar visível ao leitor a triste experiência que viveu, Saint-Exupéry reproduz o desenho e a tentativa de redesenho que fez, na busca por tornar compreensível aos adultos o que queria apresentar durante sua infância.

Imagem 19 – Desenhos de Saint-Exupéry



Saint-Exupéry. Fonte: SAINT-EXUPÉRY, 2008, p. 07.

Em ambos os casos, tanto no episódio relatado na crônica, quanto na memória revelada por Saint-Exupéry, é possível perceber a distância entre as percepções adultas e as infantis, como se o olhar dos primeiros fosse incapaz de alcançar a perspectiva dos últimos. É nesse sentido que a criança se situa como contraponto, antídoto da anestesia para a qual a sociedade procura empurrar o adulto. A criança que olha e enxerga é a alegoria para a compreensão dos modos como temos fitado a vida. É a busca pela recuperação de nossa *aisthesis*. Uma recuperação que demanda posicionamento nosso, diante daquilo que nos abre como possibilidade afetiva a infância. Por esse motivo é que Saint-Exupéry é categórico ao enfatizar o cansaço que sentia, quando criança, ao tentar mudar a percepção das “pessoas grandes”, que “não compreendem nada sozinhas” (SAINT-EXUPÉRY, 2008, p. 08). Por esse motivo também é que, talvez, o autor tenha usado a infância como mecanismo de fuga à cruel realidade que via e vivia durante a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, como também nos convoca a pensar Saint-Exupéry, para que a criança nos afete em sua potencialidade de chave para a crítica da cultura, é preciso que, do lugar de adultos que ocupamos no tecido social, compreendamos a infância como categoria e deixemos as crianças viverem suas experiências como sujeitos de suas vidas. E por debaixo dessa ponte muita água já rolou...

As discussões sobre infância são múltiplas e possuem enfoques muito diferenciados. No entanto, de modo geral, é possível traçar um “antes e depois” relativo à perspectiva sobre a infância a partir do advento do capitalismo e sobretudo com o nascimento das ciências modernas, como a Psicologia e a Sociologia. Assim, se antes a infância inexistia como categoria coletiva, confundindo-se com os papéis sociais da vida adulta, a partir desse momento histórico, ela passou a concentrar estudos, pesquisas e discussões que colocaram a criança no centro, demarcando suas particularidades (LACOMBE, 2004). De início, predominou a concepção biocentrada nos preceitos da Medicina que enfocavam a infância a partir das especificidades do desenvolvimento biológico. Ao longo do século XX, no entanto, como via alternativa a essa visão, que rapidamente se tornou hegemônica em diferentes áreas de conhecimento, cresceu a necessidade de pensar a infância como potência, sobretudo diante dos processos sociais vividos nesse período que o historiador Eric Hobsbawm (1995) vai chamar de “Era dos extremos”.

Essas novas abordagens foram responsáveis por chamar atenção à alteridade da infância, ou seja, à necessidade de enxergar as crianças no limiar entre a familiaridade, que nos permite uma aproximação pelo que dela conhecemos por já termos um dia integrado essa categoria; e o estranhamento, que demanda de nós maior cuidado em relação ao que dela

julgamos saber, na medida em que é renovada constantemente. Esse estranhamento, assumido como ato, nos possibilitou desconstruir idealizações sobre a infância para mergulhar em referências mais fidedignas e encarnadas sobre os sujeitos que compõem a categoria, cientes de que se trata de pessoas singulares, agentes, partícipes e fundantes da realidade social que nos circunda. Essa mudança de percepção marca também, na dimensão teórica, a emergência dos campos de Estudos da Infância e da Criança, que embora tenham o mesmo objeto, se encaminham em perspectivas distintas (BARBOSA; DELGADO, TOMÁS, 2016).

A emergência desses campos como arenas de discussão sobre as especificidades da infância demarca o momento em que ela deixa de ser vista como fenômeno biológico, natural e universal, para ser entendida como construção social, o que vai colocar em evidência as tensões entre a necessidade de proteção, uma vez que as crianças não são plenamente responsáveis por si e responsabilizáveis por suas ações, e o espaço de participação, garantido por meio da concepção de sujeito de direito, que evoca a emancipação da criança, destacando que esta é diferente de seus pais – que podem ser algozes também (SOARES, 2005). Esse, inclusive, segue sendo um dos principais desafios da experiência social da infância, segundo a pesquisadora Natália Fernandes Soares (2005), afinal, “como reivindicar competência e espaço de ação das crianças no exercício de seus direitos, enfatizando o quanto precisam de nossa proteção, dependendo do grau de dependência e vulnerabilidade em questão?”.

Crônica 20 - Repetindo o óbvio

O encontro se desenrola com diversos atos que pretendem, a partir da estética, tocar questões políticas, convocando um repensar tanto da ética com que cada um lida com o mundo, quanto dos elos que mantêm todos ali unidos em prol das mesmas lutas. Num desses atos é apresentado um vídeo que traz um compilado sobre as diferentes infâncias ao redor do mundo. Nele, encontra-se crianças de todos os tipos, classes sociais, etnias e condições materiais de vida constituídas na fome, nas guerras e em situações de privação de direitos, como o refúgio e a violação do corpo. Enquanto o vídeo segue, as crianças cochicham umas com as outras e com os educadores. Ao término do vídeo, uma mensagem: “criança precisa falar sobre infância”.

As pesquisadoras Rita Ribes Pereira, Lisandra Ogg Gomes e Conceição Firmina Seixas Silva (2018) chamam atenção à necessidade de nos questionarmos constantemente sobre como garantir proteção sem tutelar as crianças, no sentido mesmo de reexaminar a ética com a qual operamos quando estamos diante da categoria da infância – na vida e também nos

debates teóricos no interior da academia, de onde enfocamos as crianças. Assim, o debate que se encaminha coloca em xeque a postura que entende, no cumprimento de contratos normatizadores, a garantia de uma ética sobre como lidar com as crianças. Para as pesquisadoras, é no âmbito relacional que se encontram os vestígios de uma alteridade da infância capaz de desnudar o posicionamento com o qual nos aproximamos das crianças.

Dando ênfase a esse paradoxo entre proteção e participação, o sociólogo Jens Qvortrup (2010) também se questiona sobre se é melhor proteger as crianças, deixando-as de fora dos debates e deliberações sociais, ou se, do contrário, devemos incentivar sua participação, mesmo diante do risco de, em alguma medida, expô-las ao mundo do qual nós mesmos somos arquitetos. Nos movimentos de luta coletiva, no interior do qual o fragmento de texto acima foi escrito, não é incomum encontrar crianças ocupando lugar em reuniões consultivas e deliberativas sobre questões diversas que tocam o grupo todo. E isso se deve justamente ao fato de entenderem que a criança precisa também ser representada politicamente em seus interesses como sujeito de ação. No entanto, os mesmos questionamentos ainda se fazem possíveis, afinal, será que os lugares ocupados por essas crianças garantem sua efetiva participação em processos decisivos? A visibilidade política de sua presença garante escuta às suas demandas específicas?

A pesquisadora Renata Lopes Costa Prado (2014), em sua tese de doutorado, aponta que estudos sobre crianças já eram desenvolvidos no Brasil de modo disperso antes do surgimento do campo dos Estudos da Infância, em 2000, sendo precursores justamente os movimentos organizados de mulheres, que enfocavam a infância a partir de uma visão adultocentrada que levava em consideração crianças como atores sociais no interior dos movimentos sociais.¹⁰⁵ Assim, a experiência de comunidade já trazia para dentro dos movimentos a necessidade de pensar os papéis desempenhados por cada sujeito, bem como as demandas e reivindicações que respeitavam recortes específicos. Não à toa foram as mulheres as responsáveis por olhar a infância numa perspectiva política, afinal, é comum que, inclusive no interior dos movimentos progressistas, elas mesmas sejam silenciadas em suas especificidades em prol de interesses coletivos de “bem comum”.

Qvortrup (2010) sinaliza que, em geral, na organização política pautada em princípios democráticos podemos encontrar as crianças ocupando quatro lugares distintos: 1) como objeto focalizado, ou seja, como parâmetro para a economia, a tecnologia, a cultura e as próprias ações adultas, que levam em consideração a noção de infância; 2) como objeto

¹⁰⁵ O que, de certa forma, encontra as discussões do primeiro capítulo de análise dessa tese, “Língua Materna”, na pg. 98.

instrumentalizado, isto é, como meio para alcançar outros objetivos – como quando se pergunta à criança o que ele deseja ser no futuro, não havendo qualquer interesse pelo que ela é em sua condição de sujeita da infância; 3) como objeto não-focalizado, ou seja, quando a criança não é foco de determinada política, mas acaba sofrendo com suas consequências; 4) como sujeitos na política, isto é, quando as crianças de fato são autorizadas a participar das decisões que lhes são caras.

Para quem defende a criança como sujeito de ação, ética e responsabilidade, parece óbvio que o quarto lugar é o mais desejável. No entanto, para quem observa as voltas que o mundo dá, é também óbvia a inviabilidade dessa proposta, que desde a Convenção sobre os Direitos da Criança,¹⁰⁶ instrumento de direitos humanos mais bem aceito na história universal, segue sendo um conto quase que de fadas – inclusive no interior dos movimentos organizados em escala micro. Assim, segue a luta por uma realidade que dê conta dos nossos desejos de justiça e em que caiba, da mesma forma, a expressão de uma infância que nos convoca a desenraizar nossas concepções – quase sempre pré-formuladas,

A arte para crianças

Ela estava sentada numa cadeira alta, na frente de um prato de sopa que chegava à altura de seus olhos. Tinha o nariz enrugado e os dentes apertados e os braços cruzados. A mãe pediu ajuda:

– Conta uma história pra ela, Onélio – pediu. – Conta, você que é escritor...

E Onélio Jorge Cardoso, esgrimindo a colher de sopa, fez seu conto:

- Era uma vez um passarinho que não queria comer a comidinha. O passarinho tinha o biquinho fechadinho, e a mamãezinha dizia: “Você vai ficar anãozinho, passarinho, se não comer a comidinha.” Mas o passarinho não ouvia a mamãezinha e não abria o biquinho.

E então a menina interrompeu:

- Que passarinho de merdinha – opinou.

(GALEANO, 1995)

Trata-se de encarar de frente, com respeito e dignidade os que, como nos ensina o escritor Moacyr Scliar (2005), mesmo diante da palmada do adulto, sustentam o blefe de um “nem doe!” e, em sua mentira firme e decidida, forçam um silencioso respeito, afinal, “a dor já é algo difícil de aguentar. Mas ter de suportar a dor, dizendo que nem doe, é coisa para herói. Os que dizem nem doe são os que mudam a face do mundo” (SCLIAR, 2005, p. 27). Esse é um processo que passa pela educação e também pelo lugar de classe.

Dia a dia nega-se às crianças o direito de ser crianças. Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana. O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo, para que se transformem em lixo. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do

¹⁰⁶ UNICEF. Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

televisor, para que aceitem desde cedo como destino, a vida prisioneira. Muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças. (Eduardo Galeano, 1999, p. 52).

Ambas as experiências caminham lado a lado, na medida em que a educação não é apenas um processo institucionalizado e refletido na figura da escola. Antes disso, há uma educação que se inicia ainda na experiência uterina, na relação de uma mulher com sua gestação, e que se experiencia depois na carne da criança, que desde bebê acessa cuidados, espaços, linguagens e perspectivas advindos do lugar de classe que ocupa no tecido social. É importante destacar que mais que um determinismo encarcerador, essa constatação opera como um dado da realidade, no interior da sociedade capitalista em que vivemos. Nesse sentido, afirmar os lugares de classe como uma espécie de filtro das experiências possíveis de se viver significa perceber que eles atuam selecionando para nós o que acessamos com maior e menor dificuldade. Não se trata, portanto, de um determinismo relativo às capacidades da criança, mas sim de um apontamento que denuncia como a estrutura social nos condiciona em nossa fruição do mundo. Há possibilidade de romper com esse ciclo? Sim. É fácil? Nem um pouco.

O primeiro passo óbvio seria a conscientização, afinal, só quebramos com aquilo que enxergamos e, mais ainda, com o que compreendemos ser limitador de nossas potencialidades ou direitos. No entanto, esse processo também sofre diferenciações dependendo do lugar em que nos encontremos. Walter Benjamin (2002) chama atenção a esses lugares e aos modos como, a partir deles, construímos nossas visões de mundo, afirmando a necessidade de se educar os filhos da classe trabalhadora “em um terreno delimitado” (BENJAMIN, 2002, p. 113), ou seja, no interior de um tempo e espaço a partir dos quais a criança signifique sua própria vida. Para o filósofo, ainda que possamos experimentar outros pontos de vista, através do movimento consciente da alteridade, sentimos os tantos afetamentos da vida a partir do lugar em que nela nos situamos, afinal, “a família proletária não é para a criança melhor proteção contra uma compreensão cortante da vida social do que o seu puído casaquinho de verão contra o cortante vento do inverno” (BENJAMIN, 2002, p. 122).

Por esse motivo, falar sobre a realidade da vida como ela se apresenta a nós, no miúdo do cotidiano, é uma maneira de fazer despertar na criança a consciência sobre de onde ela enxerga e sente o mundo naquele momento. É também nesse sentido que Benjamin (2002, p. 122) reitera que “a criança proletária nasce dentro de sua classe”. A proletária e a não proletária também. Ou seja, a situação de classe penetra na vida dos sujeitos desde a mais tenra idade, sendo necessário reconhecer que as experiências da vida têm o potencial de

aguçar, quando se trata das classes trabalhadoras, sua consciência de classe. Posicionar-se a favor dessa clareza, teórica e empírica, é tomar nas mãos a experiência como ato político implicado com a realidade e a vida material. Em última instância, é afirmar que a “tábula rasa” já chega ao mundo rabiscada.

Crônica 21 - Rompimento

Mãos pequenas escavam a terra. De um lado, um vazio que vai se abrindo com a remoção das pedrinhas, dos gravetos, dos insetos que dali faziam abrigo... “Ih, tinha um gafanhoto aqui debaixo”. “Cuidado para não matar!”. “Vou levar pro mato”. Do outro lado, um montinho que vai se acumulando com cada detrito deslocado de seu espaço original. O sol queimando os corpos. O silêncio que entremeia os diálogos dando escopo ao momento. O trabalho carregado de sentido. “Agora traz aquelas pedronas pra gente fechar aqui”.

Depois que a barragem está construída, as crianças assentam a comunidade. Rolos de papel higiênico se transformam em moradias e com folhas de sulfite, palitos de picolé e cola vão ganhando vida os moradores. O giz de cera colore o cenário todo. “Dona Maria vai morar aqui perto de onde passa o rio”. “Vou colocar as crianças brincando aqui”. “Deixa um espaço pra horta!”. Aos poucos, todos vão sendo assentados em seus devidos lugares. A narrativa vai tecendo relações entre os personagens. “Esse aqui é o filho da dona Maria, que vai casar com essa daqui”. “Vou colocar mais um aqui pra ser vizinho”.

Alguns segundos se passam até que surge a questão: “Quem vai fazer a lama?”. Todos se entreolham. O adulto intervém: “vou buscar água”. Mistura, mistura, mistura... “Pode colocar pedrinhas?”. “Pode”. “Pode colocar folha?”. “Pode”. “Pode colocar graveto?”. “Pode”. Mistura, mistura, mistura. O tom avermelhado da terra vai roubando as perguntas, as falas. Ninguém mais se olha. A mais nova rompe o silêncio: “Vamos jogar?”.

Todos se posicionam em volta da barragem. Aos poucos, a lama vai se acumulando no montinho construído, escorrendo pelas pedras, até que elas não mais aguentam a pressão e cedem, rolando para baixo. O tom avermelhado da lama vai tomando as casas de rolo de papel higiênico. Os moradores de folhas de sulfite, palitos de picolé e cola desaparecem por entre pedrinhas, folhas e gravetos. As crianças não brincam mais. A horta inexistente. As cores do giz de cera são encobertas pelo vermelho vivo da terra enlameada. “Tanto trabalho pra nada”, solta o menino parado em frente às casas destruídas da nossa Mina Feijão improvisada. Todos se entreolham.

A mudança de perspectiva responsável pela criação da infância enquanto categoria filosófica e conceitual na Modernidade, da qual viemos falando nesse capítulo, traz questões importantes de se ter em mente, como o fato de que é justamente o capitalismo que vai possibilitar mirar a criança como projeto de futuro, como o herdeiro garantidor da continuidade da família, da perpetuação do sobrenome, do acúmulo e concentração das riquezas – hereditárias que são. A condição de vida da criança que já nasce com posses é, portanto, responsável pelo esvaziamento da infância presente, que passa a ser preservada como essa promessa do “vir a ser” em detrimento da legitimidade do que ela já é aqui e agora, ainda criança. É por isso que Benjamin (2002, p.124) fala contra a dissociação entre teoria e prática, típica de uma “pedagogia burguesa” que precisa cegar os sujeitos para as condições do mundo, posto que tenha o objetivo de impedir a consciência de classe. Isso porque uma criança “burguesa” educada “no contexto” reconheceria a desigualdade de sua condição – e é preciso que ela não a reconheça para que a perpetue (BENJAMIN, 2002, p. 113).¹⁰⁷ O isolacionismo da criança em relação ao mundo começa com esse sentido burguês de separar, preservar, educar e perpetuar. E é aqui que, mais uma vez, proteção e silenciamento dão as mãos na história da infância.

Esse silenciamento lança as crianças ao lugar do não enxergar, do não sentir e do não saber, que no cotidiano da vida se expressa precisamente nas falácias da “inocência” e da “sinceridade” das crianças como seres angelicais constituídos quase que divinamente, sem qualquer laço mundano com a concretude da vida. É justamente contra essa concepção asséptica que o conceito de experiência complementa a concepção de estesia discutida nesse capítulo, como o que nos toca pelo que nos acontece, abrindo mão da indiferença e permitindo que o acontecido nos implique no mundo. É nesse sentido que a experiência vai se tornando uma referência, na materialidade da vida que consubstancia o pensar, o sentir e funda o ser. E só o que vem do âmago do ser pode ser nomeado como experiência, esse lugar próprio do qual cada um de nós fala. Afirmar isso não significa levantar a impossibilidade de dialogar sobre diferentes experiências, mas pensar que a potência dessas experiências reside precisamente no compartilhamento que possibilita nos enxergarmos nas experiências do outro e ele nas nossas, formando um elo como o da *nosotrificação* (LENKESDORF, 2002), da qual

¹⁰⁷ É preciso ponderar aqui que não entendo a criança como sujeito “inocente” diante das escolhas que faz, de modo que penso ser perfeitamente possível que uma criança burguesa tome consciência de seu lugar e “abraça a causa” da opressão ao lado de seus pais, por exemplo. No entanto, quero chamar atenção ao esforço que parece se fazer presente no processo de formação dessa criança, como se fosse condição para uma experiência saudável de infância pintar o mundo de cor-de-rosa.

já falamos nessa tese e que diz dessa relação em que eu e o outro só existimos devido à existência de um nós.

Crônica 22 - De volta à calçada da Defensoria...

Do andar de cima, no alto dos condomínios, é fácil supor que quem tem fome, come qualquer comida. Da concretude da marquise, no entanto, não é difícil constatar que a desumanidade é o outro lado da moeda que joga para o alto justamente quem se propõe a ajudar.

A criança que correu para distribuir quentinhas a quem não conseguia levantar para buscá-las, agora corre novamente de um lado para o outro avisando que a comida não tá boa não. Impressas nas paredes da Defensoria, em cartazes que vão do teto ao chão, uma constatação travestida de presságio: “Família afetiva”. Na imagem dialética, o nó na garganta trazendo a certeza de que é preciso estar junto para sobreviver ao estar só...

O pesquisador Moreno (2014), ao estudar a vida associativa de diferentes grupos, aponta para o fundamental lugar ocupado pela coletividade na estruturação dos modos de ver e se ver no mundo. Conversando com integrantes de diferentes movimentos, foi possível a Moreno (2014, p. 115) perceber que a entrada na vida coletiva era narrada como “um segundo nascimento”, “a conversão para uma nova vida”, “um elemento de sobrevivência”, no caso de quem vive em áreas com altos índices de violência, por exemplo e “um campo de possibilidades”, em relação à circulação por diferentes espaços e a troca de experiências, de modo que, ao ingressar em movimentos organizados, passaram a “operar em outra chave, tanto em relação à autopercepção como na compreensão que passam a manifestar em relação à vida [...]” (MORENO, 2014 p. 116), ou seja, há “dinâmicas de sociabilidade que vão reformulando suas subjetividades à medida que reorganizam sua rede de relações sociais” (MORENO, 2014 p. 116).

Assim, quando falamos sobre a perspectiva da infância – não a abstrata, mas a encarnada e contextualizada –, falamos sobre um chegar no mundo que pressupõe tomar parte do que já existe e a precede, um tomar parte que tem potencial para enxergar as contradições sociais com maior sensibilidade porque para elas lança seu olhar pela primeira vez, um olhar inédito sobre os tantos absurdos com os quais nós, adultos, estamos acostumados. Esse ineditismo, aliado à intensidade com que as experiências são vividas na infância – a ponto de modificar o próprio tempo e espaço em que se dão –, é fundamental para compreender o

potencial político da infância e, em contrapartida, a necessidade que o adulto, de modo geral, sente em controlá-la, limitá-la e diminuí-la.

Nos movimentos organizados e nos diferentes contextos que pude acompanhar, essa politização aparece como processo pautado sempre pela estética, uma estética que marca, toca e sensibiliza, como quando as crianças assistiram a imagens de conflitos na Palestina, ou quando discutiram trabalho escravo contemporâneo – ou análogo à escravização –, fome, violações, etc. Esse processo é acompanhado, nos espaços em que estive, pela emergência narrativa da legislação e da justiça, em sentido amplo, de modo que a fala sobre direitos (humanos, das crianças, das mulheres, etc.) apareceu reiteradamente, tanto nos momentos de reunião e comunhão, quanto nas brincadeiras, nas conversas ao cair da tarde ou mesmo nos rápidos encontros entre uma parada de ônibus e outra.

No entanto, se viemos discutindo a infância sob uma perspectiva que a considera chave para a crítica da cultura, justamente por tornar visíveis ou trazer à fala as contradições e os não-ditos com os quais nos habituamos na vida adulta, é importante ponderar que essa infância tem seus próprios recortes e que a atenção às coletividades no interior das quais vai estruturando seus modos de ver o mundo é imprescindível para a compreensão sobre sua potencialidade de fazer emergir a *aisthesis*. Esse processo passa pela educação que os grupos dos quais faz parte vão construindo junto de suas crianças,¹⁰⁸ e também pelos próprios lugares e recortes que incidem sobre suas infâncias, afinal, a educação é por si só uma experiência que nos passa, marcando nossas vidas pelo que nos afeta e, nesse afetamento, nos transforma.

Como ponto que tenciona essa discussão está, então, a compreensão de que a criança está aqui, agora e por inteiro na cultura. Apesar de óbvia, a colocação implica um deslocamento que toca profundamente o entendimento em relação à infância, pois nos leva a pensar que esses sujeitos estão construindo uma categoria própria, que é social, cultural, histórica e plural, ainda que nas singularidades que compõem a vida – como faixas etárias, particularidades étnicas, diferenças socioeconômicas, etc. – e que se constituem nas diferentes experiências que vivem. Isso significa, em última instância, que cada experiência implica uma forma diferente de viver e experimentar a infância, e essas formas fogem a qualquer idealização.

Assim, a infância, composta dessas tantas experiências, não acaba, mesmo porque não se atrela somente a elas. Quando crescemos e nos tornamos adultos, a infância como aquilo que vivemos e um dia compusemos, se transmuta em memória, a partir da qual também

¹⁰⁸ Onde se insere a perspectiva do aprendizado que o coletivo confere à experiência dos sujeitos, discutida no capítulo "Sobrevivência", na pg. 113.

podemos produzir narrativas, muitas delas possíveis somente por conta desse distanciamento temporal, que matura reflexões e permite mirar a experiência vivida de outro lugar. No entanto, a categoria segue sendo construída e significada pelos sujeitos que a vivem no presente, adornada por questões próprias a esse presente, o que garante a continuidade do todo, ainda que constantemente mutável, num elo que depende de cada uma dessas crianças, mas que, ao mesmo tempo, não é determinado apenas pelo tempo de passagem delas. Infância como potência, para nos lembrar que a mudança é possível, e também como presença, para nos lembrar que a luta continua para além de nós mesmos. A infância que salta do contínuo da história (BENJAMIN, 2012c, p. 19), da linearidade temporal, emergindo como possibilidade de transformação, num movimento que demarca histórias singulares de vida, mas que também garante a continuidade da espécie humana – sobre a qual os adultos certamente desejam controle.

7 INDIGNAÇÃO

Nosso tempo

Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?
Miúdas certezas de empréstimo, nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!

Mas eu não sou as coisas e me revolto,
tenho palavras em mim buscando canal,
São roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.

Carlos Drummond de Andrade



No poema de Drummond de Andrade, escrito na década de 1940, há uma apresentação da sociedade do período que se reflete na própria estrutura da escrita, dividida em oito partes e em estrofes sem métrica regular. De início já estão postas as temáticas caras ao poeta: a fragmentação do homem e a necessidade de tomar partido diante do mundo. Uma atrelada à outra, já que a desunião é condição fundamental à abstenção. Homens “fragmentados, massacrados e maquinizados que vão e vêm pelas ruas asfaltadas, mas não se cruzam, não se veem e não se enxergam” (VIEIRA, 2019) dificilmente são homens que se organizam para fazer frente à fome, à dor e à destruição, já que estão exaustos tentando lidar, no micro de seus cotidianos e quase sempre individualmente, com essa mesma fome, dor e destruição. E os governos autoritários sabem disso. Já o sabiam na década de 1940, quando o poeta desenhou com palavras o retrato de uma sociedade dividida em sua experiência de coletivo e mutilada em seus sentidos de luta.

Nesse contexto, como nos lembra o poeta, as leis não bastam, justamente porque a esperança, os lírios, não nascem delas. A esperança como o que nos move é conquistada na luta, no ato de mover-se – ainda que essa esperança quase sempre acabe sintetizada numa frase curta na lápide de quem se levantou contra as leis. Era verdade no governo de Getúlio Vargas – que perseguiu, aprisionou em campos de trabalho forçado e matou por motivação política (PERAZZO, 2002; CARVALHO, 2014) – e segue sendo verdade no governo atual – que segue passos aparentemente semelhantes, contando com estratégias características da necropolítica (MBEMBE, 2016), que estabelece que vidas importam, balizadas pela

perspectiva de quem pode viver e de quem deve morrer.¹⁰⁹ O que fica, então, é a consciência de que até nossas certezas, poucas e miúdas, precisam ser tomadas de empréstimo, resgatadas dos sentidos que o outro vai impregnando também, e reafirmadas – num coletivo que a fragmentação impede. Não há justificativa para tanta violência, para tanta destruição. No lugar do afeto e dos beijos, solidão, angústia e perda...

A consciência aflora na contradição, na cara do perigo, e faz crescer a revolta. Diferente do tumulto, a revolta demanda pensar os canais em que há viabilidade de expressão. Enquanto o tumulto bagunça, a revolta organiza – e precisa organizar para que os lírios nasçam outra vez. É por isso que Drummond de Andrade diferencia o que são as coisas daquilo que é seu próprio eu, porque as coisas testemunham e se calam, mas a sua percepção de realidade não lhe permite calar, ocupando sua poesia como arena na qual se posiciona politicamente e busca aflorar, no leitor, indignação diante daquele contexto, para forjar canais e fazer explodir revoltas. Talvez o fato de ter, o poeta, atuado como chefe de gabinete do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante todo o governo de Vargas, tenha relação com essa busca e apropriação da poesia como espaço de ato político.¹¹⁰

As crianças, sobre quem essa tese trata nas inúmeras voltas que dá em diferentes temas, estão constantemente forjando canais pelos quais suas revoltas encontram respiro, como nos convida a ver, mais uma vez, Drummond de Andrade (1991).

No restaurante

– Quero lasanha!

Aquele anteprojeto de mulher – quatro anos, no máximo, desabrochando na ultraminissaia – entrou decidido no restaurante. Não precisava de menu, não precisava de mesa, não precisava de nada. Sabia perfeitamente o que queria. Queria lasanha.

O pai, que mal acabara de estacionar o carro em uma vaga de milagre, apareceu para dirigir a operação-jantar, que é, ou era, da competência dos senhores pais.

– Meu bem, venha cá.

– Quero lasanha.

– Escute aqui, querida. Primeiro escolhe-se a mesa.

– Não, já escolhi. Lasanha.

Que parada – lia-se na cara do pai. Relutante, a garotinha condescendeu em sentar-se primeiro, e depois encomendar o prato:

– Vou querer lasanha.

¹⁰⁹ ROCHA FERREIRA, Frederico. A insana perseguição política do governo Bolsonaro é nova forma de censura. Justificando, 20/08/2019. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2019/08/20/a-insana-perseguiçao-politica-do-governo-bolsonaro-e-nova-forma-de-censura/>>. Acesso em: 20 abr. 2021; SALLES, João Moreira. A morte e a morte. Revista Piauí, 07/2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 abr. 2021; VILELA, Pedro Rafael. Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional. Brasil de Fato, 19/01/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

¹¹⁰ CPDOC/FGV. Biografias. Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos_drummond_de_andrade>. Acesso em: 20 abr. 2021.

– Filhinha, por que não pedimos camarão? Você gosta tanto de camarão.
 – Gosto, mas quero lasanha.
 – Eu sei, eu sei que você adora camarão. A gente pede uma fritada bem bacana de camarão. Tá?
 – Quero lasanha, papai. Não quero camarão.
 – Vamos fazer uma coisa. Depois do camarão a gente traça uma lasanha. Que tal?
 – Você come camarão e eu como lasanha.
 O garçom aproximou-se, e ela foi logo instruindo:
 – Quero uma lasanha.
 O pai corrigiu:
 – Traga uma fritada de camarão pra dois. Caprichada.
 A coisinha amuou. Então não podia querer? Queriam querer em nome dela? Por que é proibido comer lasanha? Essas interrogações também se liam no seu rosto, pois os lábios mantinham reserva. Quando o garçom voltou com os pratos e o serviço, ela atacou:
 – Moço, tem lasanha?
 – Perfeitamente, senhorita.
 O pai, no contra-ataque:
 – O senhor providenciou a fritada?
 – Já, sim, doutor.
 – De camarões bem grandes?
 – Daqueles legais, doutor.
 – Bem, então me vê um chinito, e pra ela... O que é que você quer, meu anjo?
 – Uma lasanha.
 – Traz um suco de laranja pra ela.
 Com o chopinho e o suco de laranja, veio a famosa fritada de camarão, que, para surpresa do restaurante inteiro, interessado no desenrolar dos acontecimentos, não foi recusada pela senhorita. Ao contrário, papou-a, e bem. A silenciosa manducação atestava, ainda uma vez, no mundo, a vitória do mais forte.
 – Estava uma coisa, hem? – comentou o pai, com um sorriso bem alimentado. – Sábado que vem, a gente repete... Combinado?
 – Agora a lasanha, não é, papai?
 – Eu estou satisfeito. Uns camarões tão geniais! Mas você vai comer mesmo?
 – Eu e você, tá?
 – Meu amor, eu...
 – Tem de me acompanhar, ouviu? Pede a lasanha.
 O pai baixou a cabeça, chamou o garçom, pediu. Aí um casal, na mesa vizinha, bateu palmas. O resto da sala acompanhou. O pai não sabia onde se meter. A garotinha, impassível. Se, na conjuntura, o poder jovem cambaleia, vem aí, com força total, o poder ultrajovem.

A indignação é um sentimento que começa a ser lapidado desde a mais tenra idade e nas mais simples discussões da vida, sobretudo nesses embates que julgamos banais – mas dos quais nós, adultos, não abrimos mão quando quem se encontra diante de nós é uma criança, como no caso do pai da crônica que, embora certo da vitória, se vê obrigado a ceder ao poder ultrajovem. Paulo Freire (2000) chama atenção ao fato de a luta ideológica, política, pedagógica e ética não escolher lugar nem hora, justamente numa referência a essa sua cotidianidade, encontrada nas relações entre pais e filhos, professores e estudantes, no mundo do trabalho, etc. Para ele, independente do espaço e dos lugares sociais que se ocupe nesses embates, o fundamental é o respeito à dignidade do outro. No entanto, Drummond de Andrade torna visível o cabo de guerra que costumamos jogar com as crianças, quase que numa luta

desesperada pela primazia do poder e pela satisfação de mais uma batalha ganha, como se disso dependesse a manutenção do nosso lugar geracional de autoridade diante da infância.

Os psicólogos Lucia Rabello de Castro e Felipe Salvador Grisolia (2016) dão ênfase ao processo de emergência da dimensão política nas relações intergeracionais, destacando-as como espaços de disputa por excelência. Diferente do que a teoria de socialização política convencionou considerar como dimensão política da infância, ou seja, a dimensão de preparação para a participação na vida pública, nos moldes modernos de estruturação dos governos contemporâneos, Castro e Grisolia (2016) destacam as diferenças entre crianças e adultos como prerrogativa para a compreensão de que também os modos de exercício das ações políticas variam, em se tratando de crianças tomando nas mãos os próprios interesses.

Assim, se o que enxergamos como meios legítimos de expressão e luta política não casam com os modos de expressão e luta encontrados na infância, isso não significa que crianças não saibam se expressar ou que não lutem. Se faz necessário, porém, para perceber o exercício do ato político infantil, reconhecer suas especificidades e estar atento ao que sinalizam as crianças em suas infinitas formas de ser e estar no mundo como agentes políticos.

Crônica 23 - A que ponto chegamos?

O menino no ônibus dorme como quem há muito não baixa guarda. Sozinho, ele segue sem saber para onde. Acorda e questiona: “Tia, que bairro que é esse?”. “Vila Isabel”, respondo. Ele levanta num pulo e grita para o motorista parar. Os passageiros no ônibus se entreolham. Uma senhora solta: “é por isso que eu não ajudo mais esses meninos... viu o jeito que ele falou?”. O menino escuta e com raiva responde, endereçando a fala a absolutamente todos os adultos ali presentes: “vai tomar [*naquele* lugar]!”. Ele xinga, os passageiros fingem surpresa diante de sua revolta, o motorista para o ônibus, o menino desce e todos voltam a respirar aliviados. A ameaça de sete anos de idade se vai e a viagem pode seguir com tranquilidade.

A indignação que dá nome a este último capítulo se refere, então, à concepção encontrada no dicionário que evoca a revolta como sinônimo primeiro em sua definição, atrelando o sentimento de oposição “provocado por uma circunstância injusta”¹¹¹ à raiva, que tem potencial de ação. Portanto, é sobre esse tripé que se apoia a discussão aqui proposta: a

¹¹¹ Dicionário online de português. Verbete “indignação”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/indignacao/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

indignação (diante das injustiças), a raiva (como o que acende e convoca à ação) e a revolta (que viabiliza o ato e torna possível romper com o estabelecido). Na crônica é possível vislumbrar, num relampejo, aquele momento em que a criança quebra a visão pré-formulada de como a infância deve ser vivida, tutelada e, em caso de transgressão da regra, punida. O menino pequeno viajando sozinho de ônibus, os olhares que misturam compaixão e desconfiança, adornados pelo ato quase que involuntário de segurar a bolsa no colo com um pouco mais de força e, finalmente, o susto quando daquela boca de vocabulário não muito extenso sai uma palavra proibida para menores...

O engraçado é que, se a indignação do menino diante de um ambiente em que a hostilidade era quase palpável nos leva ao choque, enquanto sociedade, devido à incompatibilidade entre a concepção de uma infância idealizada e a realidade que corta, no fio da navalha, esse devaneio, devolvendo a materialidade da vida nua e crua aos olhos e ouvidos dos presentes, esse choque parece não ser capaz de fazer brotar na maioria de nós, ainda enquanto sociedade, a indignação diante das injustiças que jogaram o menino naquele lugar.

Crônica 24 - Meninos

Pés sujos de quem caminha por aí descalço há algum tempo. Roupa gasta e rasgada, cabelo comprido e embaraçado, unhas pretas. O menino deitado no banco do ônibus ocupa dois assentos daqueles amarelos. Preferenciais. Totalmente entregue, ele dorme. O corpo para dentro do banco e a cabeça jogada para fora, balançando de um lado para o outro, enquanto subimos as sinuosas curvas da Estrada Grajaú-Jacarepaguá. Um menino que não tem mais que oito anos. Por ele, todos passam. Para ele, todos olham. Tristeza, desconfiança, indiferença, desprezo... Das tantas reações possíveis, nos conecta o fato de ninguém se atrever a acordar o menino de seu sono. Uns, talvez, por não se importarem. Outros, ao contrário, por tanto sentirem em saber que, diferentemente dos contos de fadas, não há um “felizes para sempre” na realidade do menino. O seu despertar não resolve as questões que lhe puseram a dormir.

Meninos como esse estão por toda a parte. Em cada calçada da cidade, dormindo debaixo das marquises de comércios falidos, dentro de caixas de papelão, nos bancos dos ônibus infestados de baratas, usando droga na Candelária, pedindo dinheiro nos sinais de trânsito, catando latinha nas lixeiras, tomando banho no canal da Avenida Presidente Vargas, salivando em frente às janelas dos restaurantes. Meninos que precisam de um mundo de possibilidades. E o mundo que estamos construindo, tão distante disso tudo... Um mundo que

não existe para o que os meninos precisam. E justamente porque não existe, não tem qualquer direito a lhes reivindicar. Um mundo que há muito dos meninos abriu mão. Mas que com eles terá de acertar contas... Um mundo covarde. Que morre de medo, mas não morre de vergonha.

Pensar injustiça no Brasil de 2021 é se lambuzar num verdadeiro banquete de pratos cheios e bem diversificados, que vão da fome ao abandono. A começar pelo fato de hoje, em nosso país, existirem mais de 14,5 milhões de famílias vivendo em extrema pobreza, de acordo com registros do Cadastro Único do governo federal, o que soma mais de 40 milhões de pessoas que sobrevivem com apenas R\$ 89 por mês.¹¹² Embora o número assuste muito – afinal, ele supera a população inteira do Canadá, por exemplo –,¹¹³ há de se considerar o fato de, além dessas 40 milhões, haver ainda 8,5 milhões de pessoas com renda entre R\$ 89 e R\$ 178. Ou seja, há diferentes recortes na escala da pobreza que pintam de diferentes tons a condição da miséria no país que, paradoxalmente, ocupa hoje o lugar de 8ª economia do mundo. Esses números acompanham a recessão, o baixo crescimento da economia nacional e os limites das políticas sociais do governo, já que o contingente de pessoas sem renda ou com renda parcial, isto é, que perderam o emprego, que desistiram de procurá-lo ou que encontram-se em subocupações, soma um total de 27 milhões (MADEIRO, 2021).

No contexto da pandemia da Covid-19, a desigualdade se acelerou de forma abrupta, de modo que os 10% mais ricos do país passaram a ganhar 39 vezes mais do que os 40% mais pobres. Antes da pandemia, a diferença estava em 29 vezes, ou seja, num contexto em que todos perderam, já que tanto pobres quanto ricos tiveram retração em seus rendimentos – 34,2% e 6,9%, respectivamente –, os mais pobres perderam mais, tornando maior o abismo entre ambos os extremos das classes.¹¹⁴ Hoje, enquanto os 5% mais ricos ficam com 50% da renda nacional, os outros 95% da população dividem os 50% restantes.¹¹⁵ Por esse motivo,

¹¹² MADEIRO, Carlos. País tem recorde de extrema pobreza com 14,5 milhões de famílias na miséria. UOL, 23/05/2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/23/com-145-mi-de-familias-na-miseria-brasil-bate-recorde-de-extrema-pobreza.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

¹¹³ GARCIA, Maria Fernanda. Número de pessoas na miséria no Brasil supera população inteira do Canadá. Observatório do Terceiro Setor, 09/02/2021a. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/numero-de-pessoas-na-miseria-no-brasil-supera-populacao-inteira-do-canada/>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

¹¹⁴ GARCIA, Amanda. Desigualdade nas metrópoles bate recorde na pandemia; pobres foram mais afetados. CNN, 07/05/2021b. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/05/07/desigualdade-nas-metropoles-bate-recorde-na-pandemia-pobres-foram-mais-afetados>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

¹¹⁵ LOCKS, Gedeão; ORAIR, Rodrigo; MORGAN, Marc. Concentração de riqueza no Brasil é ainda maior que a de renda. Folha de S. Paulo. 24/01/2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/imposto-de-heranca-e-concentracao-da-riqueza-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

ocupamos o segundo lugar no ranking da concentração de renda mundial, perdendo apenas para o Catar.¹¹⁶

Isso sem falar da concentração de riquezas, que em nosso país decorre da não taxaço sobre grandes patrimônios, altas rendas e heranças. O Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) existe, consta em nossa Constituição, mas foi o único tributo não implementado até hoje, passados mais de 30 anos de sua viabilização. Vale destacar que, em meio à pandemia, os bilionários brasileiros aumentaram suas fortunas, agregando mais de R\$ 176 bilhões aos seus patrimônios – em contraponto às taxas de emprego que, como vimos, caíram e aos pequenos e médios negócios, que fecharam suas portas.¹¹⁷

Essa breve passada de olhos em nosso cardápio de distorções socioeconômicas nos permite reconhecer quão ridícula – ou dissimulada – é a surpresa dos passageiros do ônibus ao se depararem com a raiva do menino, que lhes manda para *aquela* lugar. A pesquisadora Aline Henrique Reis (2014), ao estudar os fatores associados à desregulação da raiva na infância e na adolescência, chama atenção à ligação existente entre a injustiça e a raiva dela oriunda. Diferente de outras de nossas emoções básicas, a pesquisadora destaca que não somos ensinados a nomear, reconhecer e lidar com a raiva, mas sim a negá-la ou minimizá-la, o que nos acarreta prejuízos sociais e também físicos, uma vez que as emoções, quando mal processadas, tendem a gerar reações quase sempre violentas. Dessa forma, Reis aponta para a necessidade de, em condições ideais e idealizadas, ensinar crianças e adolescentes a se apropriarem de estratégias que ajudem a manejar bem essa emoção e a energia por ela gerada, buscando canalizar em direção a objetivos coerentes o ímpeto de ação provocado pela raiva.

Crônica 25 - Chumbo trocado

Dia de sol no Planalto Central. As crianças caminham em direção aos jardins. Em meio à movimentação, um menino do Rio, bastante determinado, para em frente a uma das entradas e contesta em tom desafiador:

– O Temer tá aí? Teu patrão tá aí? Chama ele aqui rapidinho!

O segurança, que da porta do “acesso restrito” observa a marcha das mil e duzentas crianças, dá um passo para trás e sorri com condescendência.

¹¹⁶ ALVES, Isabela. Disponível em: Brasil tem a 2ª maior concentração de renda do mundo. Observatório do Terceiro Setor, 10/12/2019. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-tem-a-2a-maior-concentracao-de-renda-do-mundo/>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

¹¹⁷ PASTORE, Stela. Estudo prova que riqueza concentrada decorre de impostos não cobrados. Brasil de Fato, 03/03/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/03/estudo-prova-que-riqueza-concentrada-decorre-de-impostos-nao-cobrados>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

Muitas são, no interior do campo da Psicologia, das Neurociências e até mesmo da Sociologia, as correntes teóricas e estudos realizados quanto à abordagem das emoções. No entanto, muito antes de essas áreas de conhecimento se estruturarem, a filosofia já buscava discuti-las e compreendê-las. Em relação à raiva, o pesquisador Edson Soares da Silva (2014) nos lembra que na antiguidade grega, Aristóteles já a atrelava ao combate das injustiças, estabelecendo a insensibilidade como o seu oposto, ou seja, a raiva seria combustível de ação que alimentaria o sujeito de dentro para fora. Tomás de Aquino, corroborando com a visão aristotélica da raiva, complementou posteriormente que, se justificada, ela não representaria pecado.

Sêneca e Galeano, por sua vez, destacavam a necessidade de saciar a fome e a sede para tratar a raiva. Embora se referissem ao nível pessoal, podemos ampliar a discussão para o âmbito nacional contemporâneo, uma vez que, segundo os estudos dos elementos de dinâmica da raiva, empreendidos pelo pesquisador Michael Potegal (2010), essa é uma emoção que tende a diminuir de duração e intensidade com o aumento do status socioeconômico. Ou seja, fome, miséria, raiva e revolta andam de mãos dadas.

As crianças chatas

Não posso. Não posso pensar na cena que visualizei e que é real. O filho que está de noite com dor de fome e diz para a mãe: estou com fome, mamãe. Ela responde com doçura: dorme. Ele diz: mas estou com fome. Ela insiste: durma. Ele diz: não posso, estou com fome. Ela repete exasperada: durma. Ele insiste. Ela grita com dor: durma, seu chato! Os dois ficam em silêncio no escuro, imóveis. Será que ele está dormindo? – pensa ela toda acordada. E ele está amedrontado demais para se queixar. Na noite negra os dois estão despertos. Até que, de dor e cansaço, ambos cochilam, no ninho da resignação. E eu não aguento a resignação. Ah, como devoro com fome e prazer a revolta (LISPECTOR, 2018).

Aqui é preciso explicar o desconto possível de conferir à presunção de Clarice Lispector quanto à leitura de que o ninho que envolvia mãe e filho era feito de resignação. A escritora Carolina Maria de Jesus (1960) nos ajuda a compreender o equívoco da poetisa ao apontar o fato de só saber descrever a fome quem um dia a conheceu de perto.

13 de Maio

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

Continua chovendo. Eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vêm as coisas de comer eles bradam: Viva a mamãe. A manifestação me agrada. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura pra Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim: Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina.

Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A minha filha Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice. Ela me deu a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual, a fome! (JESUS, 1960, p. 29).

Pelo contexto de vida de onde vem e pela experiência que delinea sua história, Carolina Maria de Jesus é categórica ao afirmar que o Brasil precisava ser dirigido por uma pessoa que já passou fome, pois “a fome também é professora”, de modo que “quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (JESUS, 1960, p. 24). Assim, o que uma autora entende como resignação é o que a outra reconhece como sobrevivência, tendo ela mesma criado os filhos no ninho da qual a primeira, do lugar de classe de onde fala, foi apenas espectadora. Destacados os lugares sociais de cada uma dessas mulheres, Clarice traz em sua crônica uma discussão primorosa quando a intitula “crianças chatas”, fazendo referência à reivindicação que a criança faminta faz à mãe.

A chatice geralmente é atribuída às crianças quando estas se posicionam politicamente. Certamente você que está acompanhando esse texto já ouviu um adulto chamar de pirraça e de birra a contestação ou a reivindicação vindas da boca de uma criança. Irônico é que, quando é o adulto que se posiciona, a nomenclatura automaticamente se modifica de “teimoso”, “chato” e “mal-educado” para “determinado”, “articulado” e “corajoso”.

Crônica 26 - Determinado

A equipe chega para a gravação do filme. São quase dez pessoas carregando consigo câmeras, microfones, fones de ouvido, celulares, além de apetrechos como tripé, rebatedor e agendas para tomar notas. Na calçada, as famílias vão despertando e ajeitando seus espaços para o início de mais um dia. A equipe se aproxima da família com quem havia acordado a gravação anteriormente. Cada equipamento é apresentado para eles e as crianças têm a oportunidade de tocar, usar e explorar suas funcionalidades. O tempo passa, papo vai, papo vem, e a pergunta é feita: “Vamos começar?”. A criança mais velha, e a mais interessada nos equipamentos e recursos para lá levados, adverte, esquivando-se para trás da câmera: “Não quero aparecer no filme não. Tá louco!”. A avó, demonstrando certa vergonha, responde: “Mas tu é teimoso!”. O menino permanece ali parado, atrás das câmeras, por três horas.

O que são qualidades admiráveis na vida adulta, na infância parecem não passar de insubordinação e capricho. A conta, portanto, não fecha, já que ao mesmo tempo em que

desejamos como sociedade formar pessoas conscientes e confiantes em seus posicionamentos, educamos as crianças para obedecerem sem questionar os porquês – inclusive chamando de “fase” o início desse importante movimento de problematização do mundo que a leva a perguntar o porquê de tudo e, com isso, desenvolver sua autonomia em relação à construção de seu próprio conhecimento e visão de mundo.

Crônica 27 - Planejamento

Havia um sol para cada um naquele dia em Brasília. A missão era realizar a caminhada pelas ruas, da esplanada dos ministérios até a praça dos três poderes, e organizar um ato com as crianças divididas por regiões, de acordo com os Estados onde moravam. Ao sair do alojamento em direção ao ônibus, as crianças conversam entre si:

- A gente precisa ir mesmo?

- Claro! – Responde a educadora, se intrometendo.

- Mas por quê?

- Ué, porque é isso que a gente faz! – Justificou a educadora, na esperança de que a criança se desse por convencida.

- Mas ninguém perguntou se a gente queria ir... – Insistiu um dos meninos.

- Gente, não tem conversa. Tá no planejamento! – Disse a educadora, procurando dar sua última palavra e encerrar a discussão.

- Não no meu! – Retrucou o menino acelerando o passo e deixando a educadora e seus motivos para trás.

No momento em que esse diálogo se deu, as crianças estavam muito contrariadas em fazer a caminhada, que historicamente marca as estratégias da luta do movimento que compõem. No entanto, ainda que estivessem questionando os motivos e, mais do que isso, o fato de não terem sido sequer consultadas sobre a concordância em relação a essa caminhada, em específico, as crianças em momento algum diminuíram sua importância, como parece ter soado aos ouvidos da educadora que as respondeu. Pelo contrário, as crianças manifestaram total conhecimento e respeito à trajetória do movimento, cujas raízes, como aponta Paulo Freire (2000, p. 28), “se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente, na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo reacionário, colonial e perverso”.

Assim, para mim, que olhava como alguém de fora do movimento, como educadora convidada a integrar aquele evento em especial, a problematização das crianças não tinha por

objetivo a contestação dos objetivos e mecanismos de luta do coletivo, mas sim a manifestação da indignação que estavam sentindo por não terem sido avisadas anteriormente, o que lhes retirou a possibilidade de negociar data, horário, condições e a própria condução do ato em si.

Não são apenas as crianças que sofrem com a distorção de seu posicionamento político. Por muito tempo, em especial durante os movimentos pelos direitos civis nos EUA, pessoas negras foram consideradas raivosas na condução de sua luta. Até hoje, muito se fala sobre as diferenças entre Martin Luther King Jr. e Malcolm X, como se fossem antagonistas quando, na verdade, ambos direcionavam suas ações em prol de um mesmo objetivo, ainda que tenham encontrado canais diferentes de expressão para a raiva que os movia. Ainda assim, a apropriação feita pela branquitude¹¹⁸ quanto ao processo histórico de conquista dos direitos civis dos negros norte-americanos insiste no maniqueísmo que coloca de um lado o pastor pacifista e, de um outro, quase que oposto, o islamista violento. O que essa leitura fantasiosa deixa de fora da equação é que, ironicamente, aquele que pregava a paz e a igualdade entre as raças acabou assassinado pela ira do homem branco.

Comunidades indígenas vivem essa mesma deturpação. Recentemente um missionário cristão branco desses que acredita na obrigatoriedade de levar a palavra de seu messias aos quatro cantos do mundo, acabou sendo morto a flechadas por indígenas que viviam numa comunidade isolada no leste da Índia.¹¹⁹ Ao receber a notícia da morte do missionário, sua família se pronunciou afirmando “perdoar” a comunidade que o matou. Vale o destaque para o tom vitimizador de alguns veículos de comunicação que romantizaram o fato chamando de “sonho” o ato de invasão a um território cujos habitantes, sabidamente, costumam reagir ativamente às tentativas de aproximação do homem branco.¹²⁰ A repercussão do caso foi intensa e, junto dela, as falas preconceituosas que dão conta do quão bárbaros os indígenas podem ser, quando privados da companhia civilizatória do homem branco. O século XVI é agora!

¹¹⁸ Segundo a pesquisadora Lia Vainer Schucman (2012, p. 23), no Brasil esse conceito “está ligado à aparência, ao status e ao fenótipo”, de maneira que os sujeitos que compõem esse grupo “foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. In: SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo.

¹¹⁹ MARTÍNEZ, Ángel. Missionário morto por indígenas isolados planejava converter “o último bastião de satanás”. El País, 29/11/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/28/internacional/1543424988_216394.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

¹²⁰ GLOBO. Flechas pões fim a sonho de evangelizar tribo na Índia. 22/11/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/flechas-poem-fim-sonho-de-evangelizar-tribo-na-india-23252052>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

Essa aproximação entre as questões da infância e as que mobilizam as lutas raciais, étnicas e culturais é proposital. A principal finalidade é chamar atenção ao autoritarismo presente nos modos como o hegemônico se relaciona com o seu outro – ou, na escala de dominação dos meios de produção de vida e das subjetividades, com aqueles que se encontram à margem de seus desígnios. Isso significa que a cultura do “patriarcado capitalista da supremacia branca”, como a chama a professora bell hooks (1995, p. 16),¹²¹ essa em que machismo, racismo e colonialismo dão as mãos, incide com a mesma intensidade sobre as relações intergeracionais, nas quais crianças – e velhos – também são desconsideradas em seus posicionamentos. A violência aparece nessas relações também com bastante força, haja visto a polêmica que a implementação da chamada “Lei da palmada” mobilizou em nosso país.

A partir dessa aproximação quero ainda dar ênfase à potência da raiva como emoção que mobiliza, além dos adultos, também as crianças. Ao narrar um episódio de racismo que viveu embarcando em um avião junto de uma amiga, hooks (1995) descreve a raiva assassina que sentiu do homem branco que fez sua amiga negra se mover de lugar, da primeira classe para a econômica, devido a um erro na emissão dos bilhetes da companhia aérea. Ao longo do ensaio, hooks apresenta uma série de momentos que influenciaram a assunção de sua própria raiva como algo real, forte e propulsor, a ponto de forçá-la “a dar as costas ao esquecimento” (hooks, 1995, p. 16) a que pessoas negras foram e são empurradas a adotar, no intuito de reprimir sua raiva para se manter vivas,

Confrontando minha raiva, testemunhando a maneira como ela me levou a crescer e mudar, entendi intimamente que ela tinha o potencial não apenas de destruir, mas também de construir. Naquela época e agora entendo a raiva como um aspecto necessário da luta de resistência. A raiva pode agir como um catalisador, inspirando uma ação corajosa. Ao exigir que os negros reprimam e aniquilem nossa raiva de assimilar, colher os benefícios do privilégio material na cultura patriarcal capitalista supremacista branca, os brancos nos exortam a permanecer cúmplices de seus esforços para colonizar, oprimir e explorar (hooks, 1995, p. 16).

O potencial que a professora hooks sinaliza quanto à assunção da raiva e a consequente moção que ela desencadeia – identificando, inclusive, a raiva que sentiu do passageiro branco do avião como o que fez nascer seu ensaio, portanto, o que a motivou a escrevê-lo – é o que ela reivindica como raiva militante (hooks, 1995, p. 17). Para hooks, essa raiva permite resistir ao lugar passivo da vitimização que os brancos oferecem aos negros que

¹²¹ A grafia em letras minúsculas do nome de bell hooks respeita a postura adotada pela autora como posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, deslocando a importância da autoria ao conteúdo do que é dito.

ascendem socialmente, como que para lhes incentivar a manter silenciada sua própria raiva, renunciando a possibilidade da transformação social.¹²²

Esse lugar passivo oferecido pelo hegemônico é abordado por Paulo Freire (2000) a partir da necessidade de estabelecer a diferença entre saber-se condicionado a ele e pensar-se fatalmente submetido. Para o educador, essa distinção é fundamental, pois vai delinear se há abertura de caminhos rumo à intervenção no mundo ou se, do contrário, seguiremos o destino da acomodação, no interior da qual a realidade não é contestada. Fazendo uma analogia com os modos com os quais essa mesma cultura do patriarcado capitalista da supremacia branca lida com as crianças, parece que o silenciamento da raiva e a oferta desse lugar de passividade também têm vez no processo de renúncia das transformações sociais a que a atenção ao posicionamento infantil fatalmente nos levaria, afinal, como reivindica Freire (1997, p. 84),

Tenho o direito de ter raiva, de manifestá-la, detê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a História como tempo de possibilidades e não de determinação.

Crônica 28 - A ciranda é das crianças

Depois de um mês, todos se reencontram. Como de costume, abraços, risos, muitas histórias e o tradicional cuscuz com manteiga e ovo mexido, acompanhado do cafezinho, para os adultos, e do leite quente, para as crianças. Começar o dia assim é um presente para todos, que se reúnem na varanda para apreciar a linda paisagem do vale.

A formação começa e as crianças se dirigem para a Ciranda. A ideia inicial era traçar os paralelos entre a discussão de energia da plenária dos adultos e as atividades da ciranda das crianças. No entanto, havendo apenas um adulto no espaço, as crianças pedem que o dia seja destinado exclusivamente às brincadeiras.

“Por favor, vamos votar as brincadeiras”, “a gente tá cansado de tanta tarefa”, “Que tal a gente decidir entre nós o que fazer?”. Num espaço de cunho político, essa discussão parecia fazer sentido. Resolvi ceder e deixar as crianças organizarem o dia. Vinte minutos depois, um membro da plenária vem até a ciranda perguntar se a apresentação das crianças já está pronta. Me viro para elas e pergunto se colocaram a apresentação em sua agenda. A resposta é óbvia! Ninguém quer ir à plenária.

¹²² Sobre as releituras feitas quanto à figura de Malcolm X que visam apagar o potencial da raiva de sua trajetória, Hooks (1995, p. 18) afirma: “[...] as reinterpretações e críticas contemporâneas de Malcolm X procuram redefini-lo de uma maneira que o remove de sua raiva, como se essa fosse sua maior falha. No entanto, sua “raiva” por justiça nitidamente o levou a uma consciência cada vez maior. Isso o levou a mudar. Ele é um exemplo de como podemos usar a raiva para fortalecer. É trágico ver sua imagem recuperada para tolerar raiva e violência irracionais na vida negra”.

Crônica 28 - A ciranda é das crianças

“Ué, mas tu não pensou algo com elas?”, me pergunta o outro adulto. Digo que não. Seguro a sensação de completo descontrole, afinal, isso nunca aconteceu naquele lugar. Compro a briga das crianças e declaro que hoje é dia de autogestão. “Ok. Mais dez minutos e vocês entram, tá?!”, responde o adulto, fechando a porta. As crianças parecem preocupadas, já que apesar de conhecerem todos ali presentes, não conseguem se sentir à vontade com essa exposição, já tão rotineira no grupo.

Chegando na plenária, as crianças se posicionam ao meu lado, olhando fixamente para mim, como quem espera um direcionamento. “Então, as crianças hoje decidiram que não vão se apresentar para os adultos”. O nervosismo delas encontra o desconcerto da plenária, todos ali frente a uma situação inédita.

“A gente só quer brincar!”, diz uma das crianças, rompendo a tensão que parecia tornar pesado o próprio ar que respirávamos. “Podemos brincar junto, então?”, pergunta um dos adultos. As crianças se fecham em círculo, abrem seu planejamento e depois de conversarem entre si, decidem deixar os adultos participarem: “mas só dessa vez, tá?!”.

Talvez o que esteja por trás da insistência adulta na tutela da infância – essa tutela que confunde cuidado com silenciamento – seja justamente a consciência do potencial coletivo da raiva, que nos impele à revolta de que falava Drummond de Andrade em sua crônica, e à mudança, de que nos lembra a professora bell hooks (1995, p. 19) ao observar que,

Compartilhar raiva conecta aqueles de nós mais velhos e mais experientes com jovens negros e não-negros que buscam maneiras de se auto-realizarem, se auto-determinar e estão ansiosos por participar da luta antirracista. Uma luta organizada e renovada de libertação negra não pode acontecer se permanecermos incapazes de explorar a raiva negra coletiva. Os ativistas negros progressistas devem mostrar como tomamos essa raiva e a levamos além do bode expiatório infrutífero de qualquer grupo, vinculando-a a uma paixão pela liberdade e pela justiça que ilumina, cura e possibilita a luta redentora.

Por esse motivo, é importante que as crianças aprendam a se posicionar como sujeitos de direito ao exercício da política, crescendo na capacidade de pensar, de indagar o mundo, de duvidar e experimentar a vida, e como nos ensinou Paulo Freire (2000, p. 28), “de programar e de não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos”. Esse direito de decisão que se aprende no exercício, decidindo, e do qual se apropria-se no ato, no decidir, pois “se as liberdades não se constituem entregues a si mesmas, mas na assunção ética de necessários limites, a assunção ética desses limites não se faz sem riscos a serem corridos por

elas e pela autoridade ou autoridades com que dialeticamente se relacionam” (FREIRE, 2000, p. 25).

Crônica 29 - O ponto de vista é a vista de um ponto

De um lado, rolava a oficina de criação de bonecas. Do outro, a de tranças afro. À frente, a oficina do palhaço. Atrás dela, a de audiovisual. Por todos os lados que se olhasse, certamente se encontraria uma oficina para chamar de sua. Ou duas, três... e aí a indecisão batia. Era praticamente impossível abrir mão de uma para ficar em outra. Diante disso, via-se crianças correndo de um lado para o outro, no início das oficinas, tentando resolver o dilema. “Se aquela for chata, a gente corre pra outra que dá tempo”.

Em meio a tantas opções, um espaço permanecia intocável: o das crianças menores. Diferente das oficinas, a ciranda não tinha frequência opcional. Por ela, ninguém se mantinha na indecisão. Todas as crianças que ali estavam, deveriam estar ali mesmo, afinal, se trata do espaço de formação política das novas gerações e isso é inquestionável. Até que uma menina de seis anos sinaliza: “Tem dois eventos, o deles e o nosso”.

A tênue linha que dividia as crianças menores das maiores ganhou espessura na fala da menina que chegou à diretoria do evento. De repente, todos se deram conta da cisão etária que praticamente impossibilitou que crianças pequenas pudessem escolher suas oficinas. Imediatamente foram enviadas para o espaço da ciranda atrações que já haviam concluído seu trabalho com as crianças maiores, a fim de tornar menos chata a experiência das menores e nos lembrar de que soneto algum pode ser emendado.

Aqui se coloca novamente a necessidade de assumir como compromisso político a escuta às crianças, à consideração da percepção de mundo que somente elas podem nos apresentar, demandando de nós o deslocamento a pontos de vista outros e a legitimação da infância como potência também de compreensão e leitura dos diferentes contextos. Cientes de que também a infância possui recortes múltiplos, de classe, raça, gênero, etc., é o poder ultrajovem diante do mundo que precisamos validar em nossas ponderações sobre e com as crianças, aquele poder capaz de mobilizar “a marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível” (FREIRE, 2000, p. 29).

CONSIDERAR

Considerar de fato é olhar atentamente, ser delicado, prestar atenção, levar em conta, tratar com cuidado antes de agir e para agir; é a palavra para “tomar em estima”, “fazer caso de”, mas também para o juízo, o direito, o peso, o escrutínio. É uma palavra para a percepção e a justiça, a atenção e o direito. Ela designa essa disposição em que se conjugam o olhar (o exame, pelos olhos ou pelo pensamento) e o respeito, o escrúpulo, o acolhimento sério daquilo que devemos fazer esforço para manter sob os olhos...

Marielle Macé



Essa pesquisa teve início com a proposta de pensar como as crianças viviam processos de mudança de casa, proposta que se alterou no momento em que a moradia se tornou uma questão e não um dado. A partir daí, a pesquisa passou a focar os modos como as crianças participavam dos diferentes movimentos de luta por moradia que integravam – organizados

ou não. A constatação de que era justamente a desigualdade social que estabelecia se a moradia seria um dado ou uma luta – ainda que fosse um direito básico previsto por diferentes leis – foi crucial para a tomada de decisão de me unir aos movimentos de forma orgânica, como quem passou a estar presente não apenas no lugar de pesquisadora, mas também de companheira.

Contudo, a dinâmica da pesquisa de campo sofreu uma nova estruturação, dessa vez diante da pandemia da Covid-19 e do contexto de isolamento social do qual não conseguimos sair desde então.¹²³ A impossibilidade do retorno aos espaços coletivos e da continuidade dos encontros que alimentavam as discussões em curso estabeleceu a necessidade de revisitar os registros que eu havia feito desde o início da pesquisa, abrindo mão das demandas que ainda se colocavam para contemplar meus objetivos iniciais, e buscando identificar o que as crianças iam sinalizando em suas falas, gestos, olhares, palavras...

Passou a me interessar, portanto, as questões que essas crianças iam colocando através de sua presença nos encontros, que problemas elas mesmas sinalizavam e instauravam em suas leituras de realidade e experiências sociais, entendendo que além de particulares, essas questões eram também compartilhadas por outras crianças, em outros contextos, o que demarcava uma perspectiva coletiva. Assumindo o movimento de prestar atenção ao que partia delas e não mais de mim, passei a me questionar também sobre de onde efetivamente nascem as questões de pesquisa. Considerando que o campo tenha por dinâmica principal esse fundamental chacoalhar das estruturas científicas, distinguindo as investigações umas das outras e viabilizando a percepção de que cada produção tem uma história diferente, será possível uma pesquisa, em ciências humanas, que não se altere diante da plenitude de ser do outro, do acontecimento do campo e da realidade da vida?

Vivido esse processo, a pesquisa que emergiu a partir das questões que as próprias crianças traziam, evocavam, apontavam e discutiam entre si e com os adultos com quem se relacionavam colocou como objetivo principal discutir a organização das crianças para além das estruturas adultocentradas, numa tentativa de tornar visível a dimensão política da experiência da infância nas diferentes relações sociais que as crianças estabelecem. Essas relações foram observadas em diferentes contextos: o espaço da casa, o espaço da rua, os ônibus de circulação municipal, os encontros do Movimento dos Atingidos por Barragens e o Encontro Nacional dos Sem Terrinha, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Como metodologia, além da observação, foram produzidos registros audiovisuais com uso de gravador de voz, de vídeo e anotações escritas em caderno de campo e em notas

¹²³ Vale lembrar que até o momento em que o ponto final foi posto nessa tese, morreram 578 mil pessoas no Brasil em decorrência da Covid-19. Mais de 2 mil delas eram crianças...

eletrônicas no celular, de acordo com o que era possível em cada um dos espaços onde estive e também dos tempos em que os encontros iam se desenrolando, de modo que nem sempre era possível fazer um vídeo, de tão rápida que a experiência de estar junto daquela criança ocorria, ou então, o contrário, junto da observação, conseguia fazer perguntas e estabelecer um diálogo mais demorado e adornado de tipologias distintas de registro.

Revisitar o material produzido nesses encontros todos, tão variados e diferentes entre si, foi o que fez (re)nascem essa pesquisa, a partir de discussões ao redor das quais as crianças iam se posicionando de acordo com o que davam a conhecer de si e sua organização, uma verdadeira revolução ocorrendo bem debaixo dos nossos olhos, claramente cegos para a presença da infância como potência política. O modo como o campo é trazido torna explícitos os laços que esse trabalho busca tecer entre ciência, arte e vida, na medida em que procura fazer convergir, no formato de pequenas crônicas e fragmentos de texto, a materialidade do cotidiano numa linguagem poética embebida da necessária crítica da cultura. A literatura ocupa aqui, a uma só vez, lugar de formato estético e também de teoria social.

As categorias de análise aparecem assim organizadas: língua materna; sobrevivência; anestesia e indignação. Na primeira delas, língua materna, foi tratada a relação de proximidade entre mulheres e crianças, como o que inaugura o olhar da criança para o mundo e vai ajudando a constituir a primeira relação entre o eu e o outro, além de focar também os laços existentes entre a luta pela emancipação das mulheres e a politização do cuidado como ética. Na segunda, sobrevivência, discutiu-se a importância da coletividade na garantia da manutenção da vida, considerando as dinâmicas do aprendizado e da apropriação de códigos específicos como basilares no processo de entender-se parte e partícipe do mundo.

Na terceira, anestesia, foi abordada a potência da infância como chave para a crítica da cultura, justamente por nos convocar à estesia, ou seja, à possibilidade de nos deixarmos afetar pelo que acontece na corrente da vida, nos tornando seres porosos aos que nos passa. Na quarta e última, indignação, buscou-se chamar atenção aos modos como as crianças vão aprendendo a se impor, a partir da assunção da raiva como força motriz de reivindicações em suas relações mais elementares, destacando esse como um processo político por excelência. Chegando ao fim da trajetória do doutorado, o que se sobressai das discussões todas é a percepção de que, para politizar a infância, é necessário educar não as crianças em si, mas o nosso olhar para elas.

Para isso é preciso desconstruir a visão da criança como sujeito-padrão quase sempre idealizado sobre o qual se fundamentam discursos e práticas nem sempre coerentes com a pluralidade das realidades em que elas vivem. Enxergar e entender a criança como sujeito de sua história – para além de modismos teóricos e retóricos – é assumir o necessário trabalho de

conhecer os lugares sociais ocupados por ela, delineados na composição com outros recortes que, ao lado do geracional, vão contextualizando experiências de infância específicas e bastante diferentes entre si.

O conceito de interseccionalidade, cunhado pela professora Kimberlé Crenshaw (1989) a partir da busca por um olhar metodológico que contemplasse as especificidades das demandas de mulheres negras, no interior do feminismo e do movimento negro, pode nos ajudar na construção dessa perspectiva mais holística sobre a infância. O conceito de Crenshaw nos permite compreender a existência de uma convergência dos diferentes sistemas de dominação, tais como raça, classe e gênero, na estruturação das desigualdades sociais. É justamente na convergência que esses sistemas se fortalecem, partilhando entre si os meios de subjugação.

Como a disputa de poder é sistêmica, ocorre que os movimentos que se organizam para fazer frente às opressões, seja na ciência ou mesmo no campo da mobilização coletiva, acabam lutando apenas contra um dos tipos de dominação, negligenciando a potência e o alcance dos outros na manutenção dos mecanismos de poder e controle. Assim, pretende-se combater o capitalismo sem levar em consideração questões estruturantes do patriarcalismo, que enxerga a mulher sob a ótica da propriedade. Ou então, opta-se pela luta antirracista, sem pensar propostas de produção que permitam emancipar a exploração da mão de obra, que ainda hoje se sustenta na escravização do outro. É dessas escolhas, operadas em desarticulação, que emerge o fracasso de uma oposição desunida.

A questão da infância encontra a interseccionalidade, portanto, não apenas no que se refere à necessidade de pensar as estruturas de opressão que incidem sobre a vida de cada criança, como sinalizei acima, mas da mesma forma, no sentido de compreender a própria questão geracional como mais uma dessas estruturas que pesam sobre o sujeito que vive sua infância. Afinal, é a banalização da infância que permite ao adulto desvalorizar o que advém da criança, seja como escolha, desejo ou mesmo opinião diante do mundo. A aproximação das discussões tecidas nessa tese com o conceito de interseccionalidade, nessa altura do texto, se constitui como uma última tentativa de tornar visível os atravessamentos existentes nas experiências de vida das crianças, dimensões cuja subtração acaba por tornar incompleta e discriminatória a leitura sobre a infância.

A história da cidade do Rio de Janeiro guarda passagens que tornam explícito o sucesso da aplicabilidade desse conceito, cenas que permitem materializar o plano teórico das ideias aqui discutidas, produzindo invisibilidades palpáveis e dilacerantes, ao mesmo tempo que praticamente ordinárias de tão corriqueiras. A imagem da criança que vende bala no sinal

é uma delas. A da criança que morre baleada, outra.¹²⁴ Nenhuma dessas imagens se captura num passeio pelos bairros de IDH igual ou maior que 0,8.¹²⁵ Em contraponto, ambas as imagens possuem cor, e ela é preta.¹²⁶ E a necessidade de expor essa, que talvez seja uma das facetas mais tristes do cotidiano carioca, passa justamente pela urgência de viabilizar às crianças aquele que talvez seja seu primeiro direito: a vida.

Os casos de violência em nossa cidade e o modo como essa violência é abordada, justificada e indenizada tornam concreta a interseccionalidade na experiência da infância, na medida em que a maior parte das 100 crianças vitimadas nos últimos cinco anos pela falácia da guerra ao tráfico é negra,¹²⁷ afinal, apesar de muitas reportagens não fazerem referência à raça, as localidades onde se registram crianças baleadas se tratam de bairros onde parte expressiva da população é negra, como Bangu, Complexo do Alemão, Campo Grande, Vila Santo Antônio e Maré, que lideram esse triste ranking.

Junto disso, cabe lembrar que a criança negra e pobre historicamente ocupa o lugar do “menor” em nosso país, como vimos anteriormente, e que essa concepção ainda não foi superada, de modo que sua infância, quando interrompida, não costuma causar a mesma indignação que causa a interrupção da vida de uma criança branca dos bairros de classe média, por exemplo. E, quando a comoção é grande, o contraponto jurídico devolve à família a certeza do lugar ocupado pela criança, como acontece com as indenizações pagas pelo Estado do Rio de Janeiro em caso de violência policial. Acórdãos analisados pelo Jornal Extra indicam que os desembargadores apontam a classe social das famílias das vítimas como justificativa para redução do valor pago, alegando que indenizações altas configurariam

¹²⁴ De acordo com Daniel Lozoya, defensor público e subcoordenador de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio, 76% das crianças que morrem na região do Grande Rio são vítimas de balas perdidas. Fonte: OLLIVEIRA, Cecília. 100 crianças baleadas em cinco anos de guerra contra a infância no Rio de Janeiro. El País, 28/04/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contra-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

¹²⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O IDH é considerado alto quando o número é igual ou maior que 0,8 e baixo quando soma de 0 a 0,455. Na cidade do Rio de Janeiro, o último levantamento data de 2010 e aponta a região da zona Sul com o maior índice de IDH, com 0,901, e a da Maré com o menor, 0,674. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planimha>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

¹²⁶ “Das 100 crianças baleadas no Grande Rio, o EL PAÍS conseguiu identificar a raça de 29 delas, através de fotos e reportagens sobre os crimes – 24 eram negras.” In: OLLIVEIRA, Cecília. 100 crianças baleadas em cinco anos de guerra contra a infância no Rio de Janeiro. El País, 28/04/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contra-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

¹²⁷ OLLIVEIRA, Cecília. 100 crianças baleadas em cinco anos de guerra contra a infância no Rio de Janeiro. El País, 28/04/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contra-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

“enriquecimento sem causa”¹²⁸ ou “violação frontal aos princípios de constitucionalidade, razoabilidade e proporcionalidade”.¹²⁹

Os valores irrisórios pagos pelo Estado, com a conivência da Justiça, acabam por incentivar economicamente a continuidade dessa política de extermínio, já que, segundo Daniel Lozoya, defensor público e subcoordenador de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio, não provocam mudanças na atitude do Estado, tornando-se até mesmo interessante,¹³⁰ dada a perspectiva de uma necropolítica (MBEMBE, 2016). Prova disso é o fato de as indenizações pagas a 81 pessoas pelo Estado no ano de 2020 por “má conduta policial” não chegarem, somadas, nem a 5% do valor pago à família de George Floyd, assassinado por um policial nos EUA. Aparentemente, aos olhos do Estado, as vidas negras valem menos aqui do que lá.

Se essa produção de invisibilidades é notória quando vamos atrás dos corpos que caem, ela também não faz questão de ser sutil em relação àqueles que busca ainda derrubar. Com estratégias bastante sofisticadas e metodologias muito distintas, é possível identificá-la esteticamente nos mapas oficiais do Rio de Janeiro impressos e distribuídos pela Riotur, por exemplo, que no lugar das favelas cariocas, apresentam aos turistas regiões de floresta inexistentes.

Imagem 20 – Mapa do Morro do Cantagalo



Mapa turístico da Riotur. Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/rio/folheto-da-riotur-distribuido-turistas-tira-favelas-da-geografia-da-cidade-21806946.html>

¹²⁸ SOARES, Rafael. Rio foi condenado a indenizar 81 pessoas por má conduta policial em 2020; valores somam R\$ 8,3 milhões. Extra, 21/03/21. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/rio-foi-condenado-indenizar-81-pessoas-por-ma-conduta-policial-em-2020-valores-somam-83-milhoes-24934062.html?versao=amp&__twitter_impression=true>. Acesso em: 19 jul. 2021.

¹²⁹ OLLIVEIRA, Cecília. 100 crianças baleadas em cinco anos de guerra contra a infância no Rio de Janeiro. El País, 28/04/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contra-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

¹³⁰ OLLIVEIRA, Cecília. 100 crianças baleadas em cinco anos de guerra contra a infância no Rio de Janeiro. El País, 28/04/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contra-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

No país que possui a segunda maior concentração de renda no mundo,¹³¹ a pobreza só é aceita enquanto alicerce, ou seja, aquilo que dá sustento a toda uma estrutura, mas que deve permanecer abaixo da superfície, sem que seja visto – ou considerado – por quem contempla a construção.¹³² Para compreender essa produção das invisibilidades é preciso entender que mais do que o ato de “tirar do alcance das vistas”, esse é um produto coproduzido por quem corrobora a invisibilização, na medida em que opta por não deixar-se afetar pelo olhar cuidadoso, mobilizador de estusias, empatias e monções. A produção da invisibilidade, na verdade, diz mais sobre quem vê e decide não enxergar, legitimando esse projeto, do que necessariamente sobre quem se esforça a tentar tornar não-visível o que está debaixo de nossos narizes.

E é justamente a existência desse projeto que possibilita estabelecer o que é digno de ser visto e o que deve permanecer como foco do processo de produção de invisibilidade. A professora Marielle Macé (2018), ao abordar a questão das migrações, chama atenção às diferenças semânticas entre “siderar” e “considerar” que se revelam como delimitadores da realidade social, justamente ao atuarem como organizadores das experiências, definindo quais delas são consideradas e quais outras podem siderar por aí. Como siderar tem relação direta com o ato de ver e nada fazer – seja por convicção ou mesmo pela paralisia que o horror daquilo que se vê é capaz de gerar –, Macé nos convoca a pensar nas estruturas sociais, culturais e jurídicas que constituem o “nós”, a fim de torná-lo potente como pronome político e não apenas como elemento de segregação em relação aos “outros”.

Que infâncias são consideradas em nossas análises, no interior da academia? Que outras infâncias encontram-se siderando ainda hoje, fruto da produção de invisibilidades tantas vezes institucionalmente legitimada?

Politizar a infância – para além do que já discutimos quanto à educação do nosso olhar às suas especificidades – passa necessariamente pelo movimento de nos colocarmos ao lado das crianças numa luta que é travada por elas nos micro espaços em que circulam, mas cujas repercussões em dimensão ampla precisam do apoio dos adultos, na medida em que vivemos numa sociedade organizada a partir da lógica adultocentrada. Para isso, além do respeito e do cuidado com a infância, é imprescindível que aprendamos a ser amigos das crianças com

¹³¹ SASSE, Cintia. Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. Agência Senado. 12/03/2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres#:~:text=Visto%20do%20topo%20da%20pir%C3%A2mide,quase%20um%20ter%C3%A7o%20do%20total>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

¹³² Verbete “alicerce”. Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/alicerce/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

quem nos relacionamos, tratando-as com a consideração que temos com aqueles que são de nossa mesma geração.

Quem tem um amigo tem tudo
 Se a bala come, mano, ele se põe de escudo
 Pronto pro que vier, mesmo, a qualquer segundo
 É um ombro pra chorar depois do fim do mundo (Emicida)¹³³

A amizade, para além das concepções correntes que a vinculam aos sentimentos de estima e carinho, tinha para os gregos da antiguidade uma função importante na própria vida da pólis, motivo pelo qual o filósofo Aristóteles a considerar uma virtude política. Em sua formulação sobre a *Philia* (PUENTE, 2020), ele afirmava a amizade como uma virtude, ou seja, uma disposição interior e um hábito que tornava os seres humanos aptos a agir de modo ético. Essa *Philia* era concebida como uma forma de amor “construído na troca e no intercâmbio em que se desenvolve a relação de doação recíproca, e na qual se nutre a relação intersubjetiva e a ‘con-vivência’ dos amigos” (ROCHA, 2006, p. 81).

O amor característico da amizade como *Philia* está estritamente ligado, portanto, à experiência de viver junto com o outro, num contexto de construção de uma reciprocidade que coloca o amigo como um “outro si mesmo”, um “outro eu” (ROCHA, 2006, p. 77). E é na perspectiva de um “outro eu” que esse amor revela sua força como potência política, afinal, como o revolucionário e médico Che Guevara (2011, p. 20) aponta, o amor é uma das verdadeiras forças motrizes das revoluções,

Devo dizer, correndo o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é movido por sentimentos de amor. É impossível imaginar um autêntico revolucionário sem esta qualidade [...] Todos os dias temos que lutar para que o amor pela humanidade viva se transforme em ações concretas, em atos que sirvam de exemplo, mobilização (Tradução nossa).

O amor é o que, ao mesmo tempo, nos une ao outro e nos move em direção a um mesmo objetivo comum. O amor conecta e impulsiona. A professora bell hooks (2006), ao abordar o amor como prática de liberdade, chama atenção à necessidade de reconhecer e legitimar seu lugar nas lutas por libertação, na medida em que só com base no amor é possível construir uma configuração social justa, afinal, “uma cultura de dominação é anti-amor. Exige violência para se sustentar. Escolher o amor é ir contra os valores predominantes dessa cultura” (hooks, 2006, p. 245).

Romper com a ideia ética da dominação demanda a tomada de decisão pelo amor, como ensina Martin Luther King Jr. (1957), um dos líderes dos movimentos pelos direitos

¹³³ EMICIDA. Quem tem um amigo (Tem Tudo). In: EMICIDA. AmarElo. São Paulo: Sony Music e Laboratório Fantasma, 2019.

civis nos EUA, pois é na escolha do amor como fundamento político que passamos da luta individual contra aquilo que nos fere subjetivamente para a dimensão da luta coletiva contra o que nos impede de mudar enquanto sociedade. Esse processo não é romântico, como a ideia primária e simplista do amor pode evocar. Trata-se, antes, de desenvolver uma consciência crítica sobre si, sobre o outro e sobre o mundo, processo que carrega consigo dor, raiva, tristeza, mas que torna possível reacender a esperança e reavivar a força, justamente através da perspectiva do compartilhamento e do reconhecimento de nossas histórias nas histórias dos outros.

As pessoas querem saber como começar a prática de amar. Para mim, é onde a educação para a consciência crítica deve entrar. Quando eu olho para a minha vida, procurando por um plano que me ajudou no processo de descolonização, de auto recuperação pessoal e política, sei que foi aprendendo a verdade sobre como os sistemas de dominação operam que ajudou, aprendendo a olhar para dentro e para fora, com um olhar crítico. A consciência é central para o processo de amor como a prática da liberdade (hooks, 2006, p. 248).

É quando o amor é assumido como escolha que começamos a nos mover para a liberdade de forma sistêmica. Esse esforço em concretizar o amor pelo outro em ato que mova se mostrou presente nos diferentes espaços em que pude me encontrar com as crianças nessa pesquisa. Seja na cumplicidade entre aqueles que acomodam seus pertences em caixas para se mudar, entre os que montam suas camas numa mesma calçada compartilhada, entre os que dividem os ônibus como local de trabalho, e mesmo entre os que marcham lado a lado, buscando balancear nossas estruturas sociais. Em cada um desses lugares foi possível observar uma *philia* que convocava o agir ético considerando a presença do outro, sustentada pela percepção de que ele era um “si mesmo”.

Se essa tese tem um objetivo maior, uma convicção sobre a qual se fundamenta cada palavra aqui inscrita, e que seja capaz de resumir todo o trabalho desenvolvido ao longo desses pouco mais de quatro anos, esse objetivo certamente se expressa no desejo e na esperança de que possamos olhar e decidir realmente ver as crianças, considerando sua presença nos espaços onde circulamos, e reconhecendo-as como um outro nós mesmos, de modo a assumirmos o compromisso ético e político de ouvir e respeitar seus pontos de vista, e de nos colocarmos ao seu lado na defesa dos interesses que lhe são caros.

Que a infância seja uma questão para nós, que nos tire o sono, que nos convoque a tomar pé das contradições do mundo e que nos obrigue a sair de cima dos muros em que confortavelmente escolhemos permanecer na dinâmica de uma vida adulta indiferente à radical experiência da alteridade que a criança pode nos oferecer. Que nos lembremos da nossa infância e que nos disponibilizemos a estar ao lado das crianças que hoje constroem suas próprias lutas.

REFERÊNCIAS

ABDALA JR., Luiz Carlos. Língua, palavra e experiência no poema “Mátria”, de Rose Auslander. Revista Versalete. Curitiba, Vol. 7, nº 13, jul.-dez. 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *The thing around your neck*. Londres: Fourth Estate, 2009.

ANJOS, Anna Beatriz. ‘Não quero que isso aconteça com mais nenhuma mulher’. Sul 21. 01/08/2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/08/nao-queiro-que-isso-aconteca-com-mais-nenhuma-mulher/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte/MG: Letramento; Justificando, 2018.

ALVES, Isabela. Disponível em: Brasil tem a 2ª maior concentração de renda do mundo. Observatório do Terceiro Setor, 10/12/2019. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-tem-a-2a-maior-concentracao-de-renda-do-mundo/>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta*. Lisboa: Seara Nova, 1978.

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. *Escritos Judaicos*. Barueri: Amariyls, 2016.

ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ASSUNÇÃO, Clara. Defensoria pede indenização por laqueadura sem consentimento. ‘Ressarcir minimamente a Janaína’. Rede Brasil Atual. 06/08/2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/08/defensoria-indenizacao-laqueadura-forcada/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; DELGADO, Ana Cristina Coll; TOMÁS, Catarina Almeida. Estudos da infância, estudos da criança: Quais campos? Quais teorias? Quais questões? Quais métodos? *Inter-Ação*, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 103-122, jan./abr. 2016.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas cidades, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999.

BOGO, Ademar. “Mística” In: CALDART, Isabel Brasil Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

- BOGO, Ademar. Como melhorar nossa mística. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mística: Uma necessidade no trabalho popular e organizativo. Caderno de Formação nº 27. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1998.
- BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRECHT, Bertolt. A cruzada das crianças. São Paulo: Pulo do gato, 2014.
- CALVINO, Italo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANDIDO, Antonio et al. Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Assassinato e tortura na era Vargas. Sibila, ano 21, 29/11/2014. Disponível em: <<http://sibila.com.br/critica/assassinato-e-tortura-na-era-vargas/11338>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CASSETTARI, Beni Lara de Moraes. A configuração da família socioafetiva como família extensa em atendimento ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 19/08/2019. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/1352/A+configura%C3%A7%C3%A3o+da+fam%C3%A9lia+socioafetiva+como+fam%C3%A9lia+extensa+em+atendimento+ao+dispositivo+do+Estatuto+da+Crian%C3%A7a+e+do+Adolescente>>. Acesso em: 27 jan, 2021.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Conhecer, transformar (-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, Vera Lopes (Org.). Pesquisaintervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.
- CASTRO, Lucia Rabello de; GRISOLIA, Felipe Salvador. Subjetivação pública ou socialização política? Sobre as articulações entre “o político” e a infância. Educ. Soc., Campinas, v. 37, no. 137, p.971-988, out.-dez., 2016.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano: Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Editora Vozes: 1994.
- COGGIOLA, Osvaldo. 130 anos da Comuna de Paris: a Comuna de Paris na História. *Tempos Gerais*, São João Del Rei, 2001, n. 3.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- CRUZ, Eliana Alves. ‘O caso Janaína me lembrou que o Brasil já fez esterilização em massa – com apoio dos EUA’. The Intercept Brasil. 18/07/2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- DAMATTA, Roberto. A casa & a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Elaine Cristina Melo; JACOMELI, Maria Regina Martins. A Revolução Cubana e a educação. LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos (Orgs.). Educação e revolução: as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ETTE, Ottmar. EscreverEntreMundos: Literaturas sem morada fixa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

FLETCHER, Gail. As “crianças-lobo” esquecidas da Segunda Guerra Mundial. National Geographic. 31/07/2019. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/07/criancas-lobo-esquecidas-da-segunda-guerra-mundial>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FULFARO, Ana Carolina de Assis; SOUZA, Osvaldo de; SILVA, Viviane Cardoso da. Contribuições para refletir a educação e a juventude na revolução russa e na contemporaneidade. LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos (Orgs.). Educação e revolução: as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

GALEANO, Eduardo. O Livro dos Abraços. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GALEANO, Eduardo. De Pernas pro Ar: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GARCIA, Maria Fernanda. Número de pessoas na miséria no Brasil supera população inteira do Canadá. Observatório do Terceiro Setor, 09/02/2021a. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/numero-de-pessoas-na-miseria-no-brasil-supera-populacao-inteira-do-canada/>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

GARCIA, Amanda. Desigualdade nas metrópoles bate recorde na pandemia; pobres foram mais afetados. CNN, 07/05/2021b. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/05/07/desigualdade-nas-metropoles-bate-recorde-na-pandemia-pobres-foram-mais-afetados>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

GLOBO. Flechas põem fim a sonho de evangelizar tribo na Índia. 22/11/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/flechas-poem-fim-sonho-de-evangelizar-tribo-na-india-23252052>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

GOMES, Laurentino. A grande agonia: a escravidão transformou o Atlântico em um imenso cemitério. Aventuras na História. 09/04/2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-grande-agonia>>

escravidao-transformou-o-atlantico-em-um-imenso-cemiterio.phtml>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: 1985 and Beyond: A National Conference, 1984, Baltimore. African-American Political Caucus e Morgan State University, 1984.

GUEVARA, Che. El socialismo y el hombre en Cuba. Habana: Ocean Sur, 2011.

GUIMARÃES, Elione S. Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

GUTIÉRREZ, Horacio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. R. História, São Paulo, 120, p.59-72. jan/jul. 1989.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMERO. Odisséia. s/l: eBooks Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/odisseiap.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

hooks, bell. Killing rage: Ending racism. New York: Henry Holt and Company, 1995.

hooks, bell. Love as the practice of freedom. In: _____. Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

KING JR, Martin Luther. Facing the Challenge of a New Age. Speech in Atlanta, Ga. January 1, 1957. Disponível em: <<https://kinginstitute.stanford.edu/king-papers/documents/facing-challenge-new-age-address-delivered-naacp-emancipation-day-rally>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

KROPOTKIN, Piotr. Ajuda mútua: um fator de evolução. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

LACOMBE, Renata Barreto. A infância dos bastidores e os bastidores da infância: Uma experiência com crianças que trabalham em televisão. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LENIN, V. I. Tarefas das Juventudes Comunistas: Discurso Pronunciado no III Congresso da União das Juventudes Comunistas da Rússia. In: LENIN, V. I. Cultura e Revolução Cultural. Tradução Lincoln Borges Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LENKESDORF, Carlos. Filosofar en clave tojolabal. México: M.A. Porrúa, 2002.

LISPECTOR, Clarice. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LISPECTOR, Clarice. Todas as crônicas. Ed. Rocco, 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas para além do numerus clausus. Instituto Brasileiro de Direito de Família. s/d. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/193.pdf>. Acesso em: 27 jan, 2021.

LOCKS, Gedeão; ORAIR, Rodrigo; MORGAN, Marc. Concentração de riqueza no Brasil é ainda maior que a de renda. Folha de S. Paulo. 24/01/2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/imposto-de-heranca-e-concentracao-da-riqueza-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

MACÉ, Marielle. Siderar, considerar: migrantes, formas de vida. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

MADEIRO, Carlos. País tem recorde de extrema pobreza com 14,5 milhões de famílias na miséria. UOL, 23/05/2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/23/com-145-mi-de-familias-na-miseria-brasil-bate-recorde-de-extrema-pobreza.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

MARTINEZ, Alessandra Frota. Educar e instruir: olhares pedagógicos sobre a criança pobre no século XIX. In: RIZZINI, Irene (Org.). Olhares sobre a criança no Brasil: século XIX e XX. Rio de Janeiro: Petrobás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

MARTÍNEZ, Ángel. Missionário morto por indígenas isolados planejava converter “o último bastião de satanás”. El País, 29/11/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/28/internacional/1543424988_216394.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MATTOSO, Kátia Queirós. O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre). In: LARA, Silvia Hunold (Org.). Escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.8, n. 16, mar/ago., 1988.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Artes & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

MENDOZA, Virginia. Quando você sabe que é bilíngue? El País. 12/09/2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/28/cultura/1503911116_963972.html>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Crianças do sertão: a história de vida dos jaguncinhos da guerra de Canudos. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2011.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 1, n.3, out. 2003.

MORENO, Ana Carolina. Um terço das crianças de 0 a 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vaga, diz IBGE. G1. 20/05/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-terco-das-criancas-de-0-a-3-anos-mais-pobres-do-brasil-estao-fora-da-creche-por-falta-de-vaga-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MORENO, Gilberto Geribola. Tudo que a gente faz na quebrada é política : vida associativa nas bordas da cidade. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade de São Paulo.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. “A criança escrava na literatura de viagens”. Cadernos de Pesquisa, n.31, 1979.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. Violência contra a Criança Escrava no Século XIX. Rev. Bras. Cresc Des. Hum. 11(1): São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, José Sebastião. Fundamentos constitucionais do direito de família. São Paulo: RT, 2002.

OLIVEIRA, Acauam Silvério de. Introdução. In: RACIONAIS MC’S. Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OMELCZUCK, Rebeca Saldanha de Araújo; SOGA, Diogo; MURAMATSU, Mikiya. 200 anos de caleidoscópio. Revista Brasileira de Ensino de Física, vol. 39, nº 3, e3602, 2017.

OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. FARIA, Nalu Faria; MORENO, Renata (Orgs.). Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, 2012.

PALLASMAA, Juhani. Habitar. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PANDOLFI, Dulce; GAZIR, Augusto; CORRÊA, Lucas (Orgs.). O Brasil de Betinho. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.41-105, jul./dez. 2006.

PASOLINI, Pier Paolo. Os jovens infelizes. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PASSOS, Mailsa Carla. Aprendi no pé da Érica: diálogos, negociações e transformações em uma prática de cultura popular. Trabalho Completo apresentado na 29ª Reunião Anual, 2006.

PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Encontros cotidianos e a pesquisa em Educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação. Educar em Revista, n. 51, p. 227-242, Curitiba, Editora UFPR, jan./mar. 2014.

PASTORE, Stela. Estudo prova que riqueza concentrada decorre de impostos não cobrados. Brasil de Fato, 03/03/2021. Disponível em:
<<https://www.brasildefatores.com.br/2021/03/03/estudo-prova-que-riqueza-concentrada-decorre-de-impostos-nao-cobrados>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

PERAZZO, Priscila Ferreira; Prisioneiros de guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). (Tese de Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PEREIRA, Rita Ribes; GOMES, Lisandra Ogg; SILVA, Conceição Firmina Seixas. A infância no fio da navalha: Construção teórica como agir ético. Educação Temática Digital. Campinas, SP, v. 20, n. 3, p. 761-780, jul./set. 2018.

POTEGAL, M., STEMMLER, G.; SPIELBERGER, C. (Orgs.). International Handbook of Shame: Constituent and Concomitant Biological, Psychological, and Social Processes. Springer, New York, 2010.

- PRADO, Renata Lopes Costa. A participação de crianças em pesquisas brasileiras das ciências sociais e humanas. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade de São Paulo.
- PUENTE, Fernando Rey. Breves considerações sobre o tema da *φιλία* em Aristóteles na Obra de H.C. de Lima Vaz. In: MacDOWELL, J. (org). Saber filosófico, história e transcendência, 2002.
- PULEO, Alicia H.. Anjos do ecossistema? In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, 2012.
- QUEIROZ, Caroline Trapp de. A aprendizagem do “estar morto” como estratégia metodológica na pesquisa com crianças. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, set.-dez. 2018.
- QUEIROZ, Caroline Trapp de; MILANEZ, Fernanda de Azevedo; VIEGAS, Juliana Botelho. A observação e a escrita como lugares de negociação da participação das crianças na pesquisa. 6º GRUPECI – Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias, Belém-Pará, 2018.
- QVORTRUP, Jens. Infância e política. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 777-792, set./dez. 2010.
- RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORI, M. (Org.). História das crianças no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 19-54.
- RAMMI, Anne. Feminismo e infância. *Você é feminista e não sabe*. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cKyuHFjrKBU&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- REIS, Aline Henrique. Desenvolvimento de uma intervenção para o manejo de raiva em crianças e validação da Emotion Regulation Checklist. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil: a história não contada*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ROCHA, Zeferino. O amigo, um outro si mesmo: a *Philia* na metafísica de Platão e na ética de Aristóteles. *Psyche*, v. 10, n. 17, p. 65-86, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- ROCHAFERREIRA, Frederico. A insana perseguição política do governo Bolsonaro é nova forma de censura. *Justificando*, 20/08/2019. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2019/08/20/a-insana-perseguiacao-politica-do-governo-bolsonaro-e-nova-forma-de-censura/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869. *Estud. Econ.* [online]. 2019, vol.49, n.4, pp.777-806. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612019000400777&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SAILLANT, Francine. O Navio Negreiro: refiguração identitária e escravidão no Brasil. Tempo, Niterói, v. 15, n. 29, p. 111-137, Dec. 2010.

SAINT- EXUPÉRY, Antoine de. O Pequeno Príncipe; com aquarelas do autor. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2008.

SALLES, João Moreira. A morte e a morte. Revista Piauí, 07/2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SANTARÉM, Paique Duques. In: INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. "A concepção do transporte coletivo no Brasil está conectada aos navios negreiros" diz Paique Duques Santarém". 14/12/2020. Disponível em: <<https://itdpbrasil.org/a-concepcao-do-transporte-coletivo-no-brasil-esta-conectada-aos-navios-negreiros-diz-paique-duques-santarem/>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SASSE, Cintia. Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. Agência Senado. 12/03/2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres#:~:text=Visto%20do%20topo%20da%20pir%C3%A2mide,quase%20um%20ter%C3%A7o%20do%20total>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo.

SCLIAR, Moacyr. Nem doeu. Um país chamado infância. São Paulo: Ática, 2005.

SOARES, Natália Fernandes. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância, Zero-a-Seis, v. 7, n. 12, jul./dez. 2005.

SODRÉ, Muniz. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. “Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). Revista de História, 5, 1-2, 2013.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As lutas sociais contra as violências. Política & Sociedade, v. 06, p. 71-100, 2007.

Silva, Edson Soares da. A dinâmica da raiva e suas implicações para o instituto penal da “violenta emoção”. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

TELES, Amelinha. Introdução. In: SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1999, vol.19, n.37, pp.35-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2020.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALIM, Patrícia. Da Sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, 2007.

VENAS, Raíza Moreira Martins. Corporeidades na infância: um convite ao olhar sensível. 2020. Monografia (Licenciatura em Dança). Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

VIEIRA, Aurélio Miguel da Rocha. “É tempo de homem partido”: o homem de 1940 no poema “Nosso tempo” de Carlos Drummond de Andrade. Revista Areia, n. 2, 2019.

VILELA, Pedro Rafael. Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional. Brasil de Fato, 19/01/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VOLPI, Mario. Sem Liberdade, Sem Direitos: a privação da liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

ZERO, Arethusa Helena. O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada - Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP : [s.n.], 2004.

ANEXO – Obras completas de Jean-Michel Basquiat

Coelho vermelho



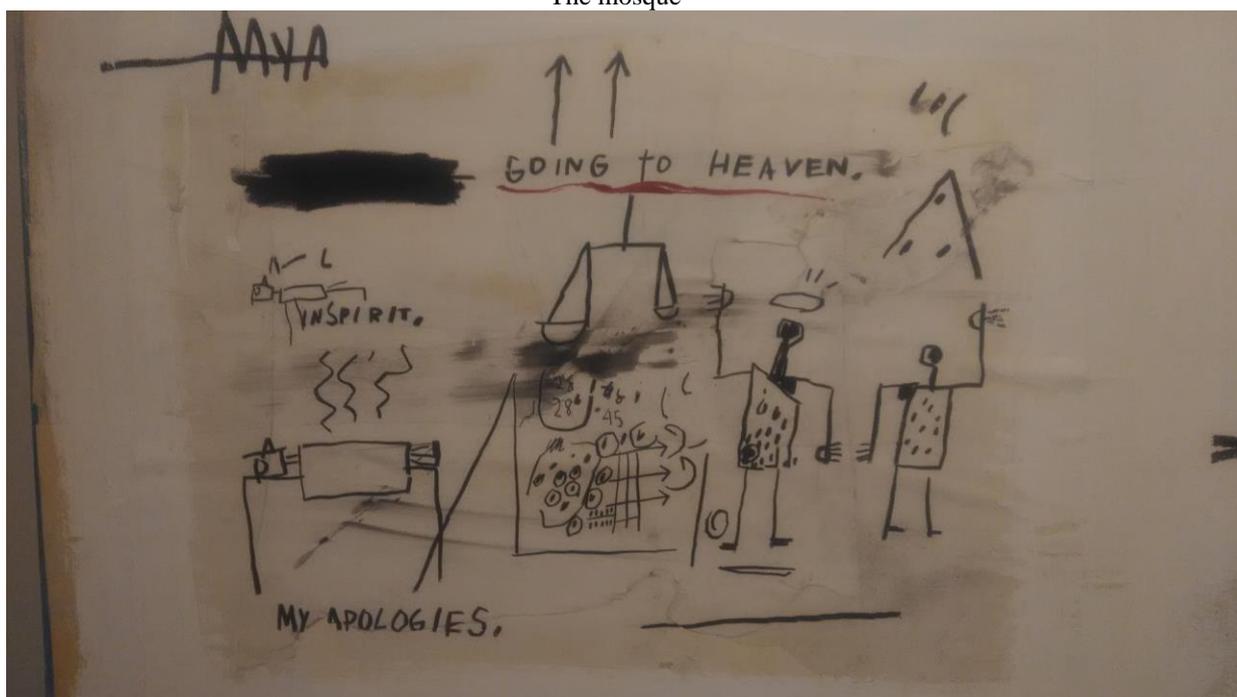
Jean-Michel Basquiat. Coelho vermelho. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.

Sem título



Jean-Michel Basquiat. Sem título. 1983. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.

The mosque



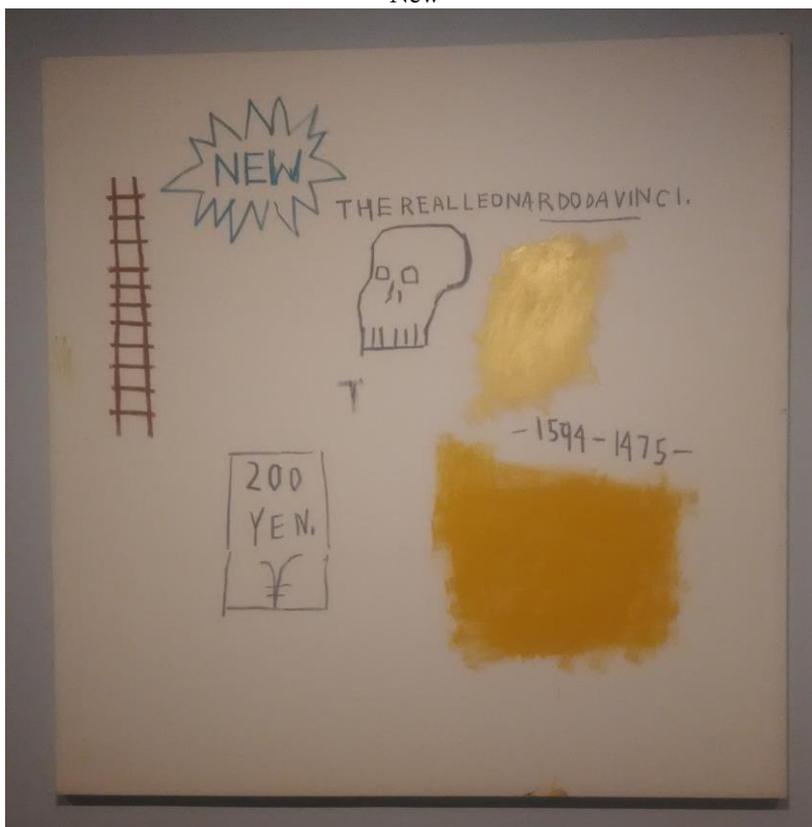
Jean-Michel Basquiat. The mosque. 1982. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.

Sem título



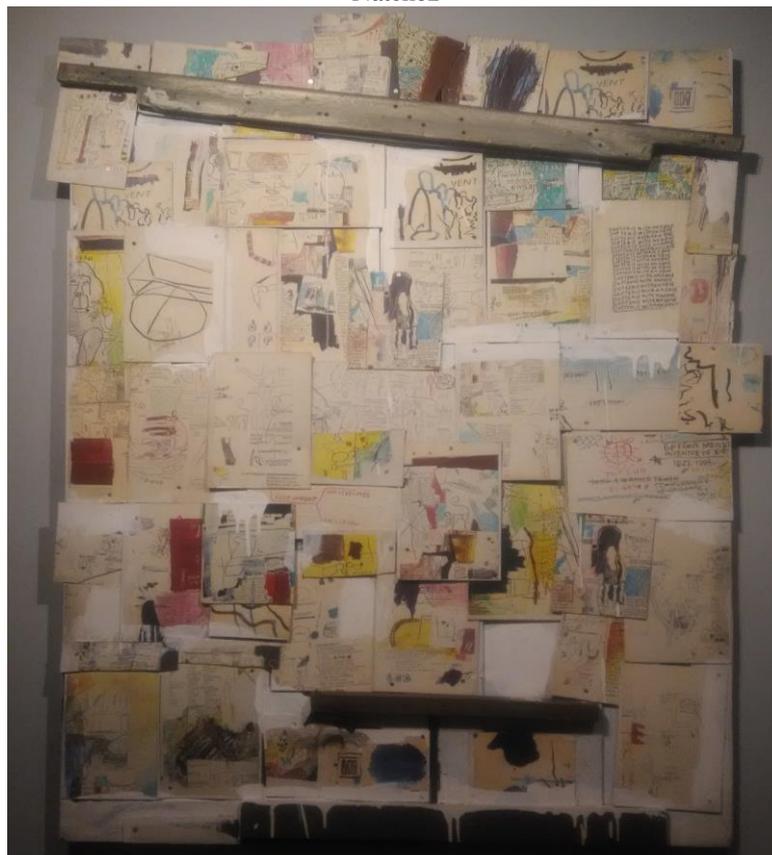
Jean-Michel Basquiat. Sem título. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.

New



Jean-Michel Basquiat. New. 1983. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.

Natchez



Jean-Michel Basquiat. Natchez. 1985. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.

Heart Attack



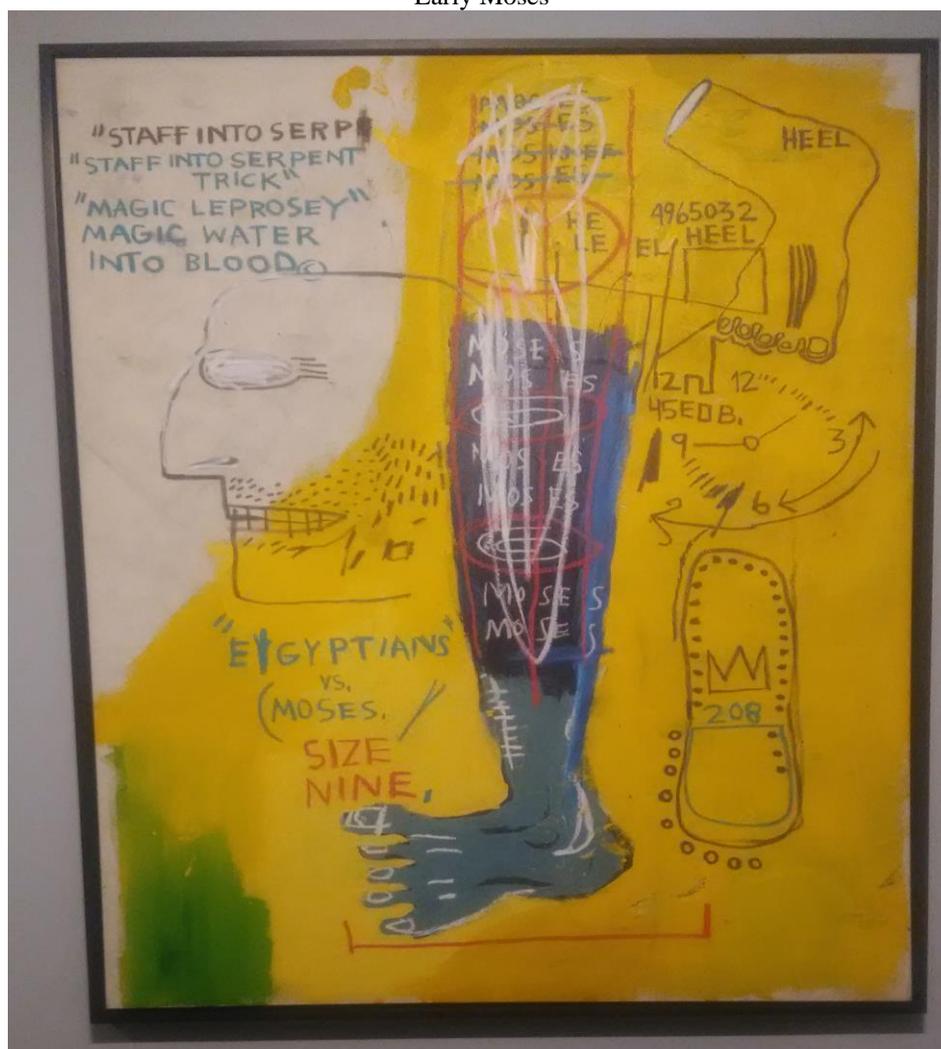
Jean-Michel Basquiat + Andy Warhol. Heart attack. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.

Back of the neck.



Jean-Michel Basquiat. Back og the neck. 1983. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019

Early Moses



Jean-Michel Basquiat. Early Moses. 1983. Fotografia tirada na Exposição Basquiat no CCBB-RJ. 2019.